

|
**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

ANDRESSA CAROLINA COBUCCI TIRADO

**O FENÔMENO DO MONITORAMENTO PRIVADO DO ESPAÇO
PÚBLICO: TENSÕES ESPACIAIS NO USO DE CÂMERAS DE
VIGILÂNCIA EM CURITIBA**

**CURITIBA
2016**

ANDRESSA CAROLINA COBUCCI TIRADO

**O FENÔMENO DO MONITORAMENTO PRIVADO DO ESPAÇO
PÚBLICO: TENSÕES ESPACIAIS NO USO DE CÂMERAS DE
VIGILÂNCIA EM CURITIBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU da Escola de Arquitetura e Design da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

T596f
2016 Tirado, Andressa Carolina Cobucci
O fenômeno do monitoramento privado do espaço público : tensões
espaciais no uso de câmeras de vigilância em Curitiba / Andressa Carolina
Cobucci Tirado ; orientador, Rodrigo José Firmino. – 2016.
145 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2016
Bibliografia: p. 98-102

1. Vigilância eletrônica. 2. Espaços públicos – Curitiba (PR). 3. Planejamento
urbano. I. Firmino, Rodrigo José. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

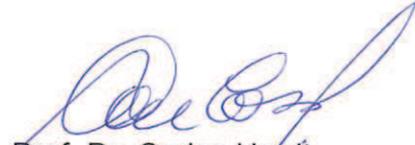
TERMO DE APROVAÇÃO

**“O FENÔMENO DO MONITORAMENTO PRIVADO NO ESPAÇO PÚBLICO:
TENSÕES ESPACIAIS NO USO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM CURITIBA”**

Por

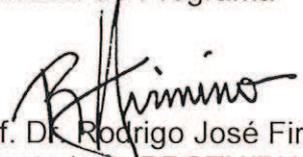
ANDRESSA CAROLINA COBUCCI TIRADO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



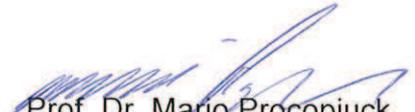
Prof. Dr. Carlos Hardt

Coordenador do Programa – PUCPR



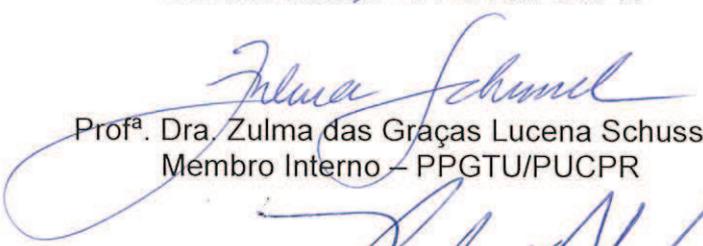
Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

Orientador – PPGTU/PUCPR



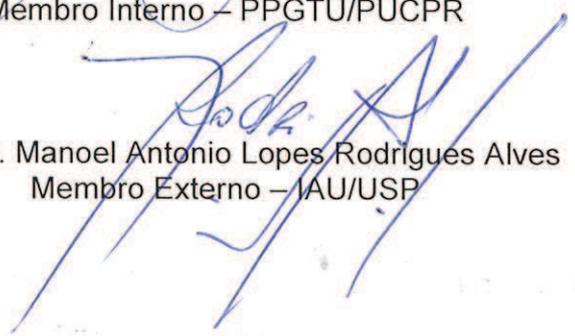
Prof. Dr. Mario Procopiuck

Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof.ª Dra. Zulma das Graças Lucena Schussel

Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves

Membro Externo – IAU/USP

Curitiba, 18 de fevereiro de 2016.

“(…) Não é possível ranger os dentes ao pressionar um botão. [...] Uma tecla é uma tecla. Se a tecla for pressionada, ela liga uma máquina de fazer sorvete na cozinha, alimenta uma rede de eletricidade ou libera os cavaleiros do Apocalipse, não faz diferença” (ANDERS, 2007, p. 52).

RESUMO

A cidade não é composta apenas por espaço físico, mas também por fenômenos resultantes de encontros, fluxos e relações socioespaciais, o que conseqüentemente determina novos arranjos na sociedade. De modo geral, o espaço público é considerado aquele de uso comum e posse de todos, onde se desenvolvem atividades coletivas e convívio entre grupos. Enquadram-se nessa categoria ruas, praças e parques, onde a circulação de pessoas deve ser livre, no entanto há espaços onde os limites entre público e privado não são claros. A relação entre público e privado na cidade baseia-se, principalmente, na relação entre pessoas, cujos valores variam dependendo do contexto onde se encontram. O desafio de distinguir limites entre esses espaços deve-se ao fato de a cidade ser um organismo complexo e mudar conforme seu uso pelos cidadãos, que estão constantemente conceituando novos significados aos espaços. Esse desafio de distinção dos limites entre os espaços resulta automaticamente em alterações nas relações sociais. Com o advento de uma tecnologia cada vez mais sofisticada e imperceptível, vem se tornando muito comum um fenômeno que pode estar causando a privatização de espaços públicos: o uso de câmeras de vigilância privadas para monitorar espaços públicos. O objetivo geral da pesquisa é compreender o fenômeno e as práticas de monitoramento privado de espaços públicos, bem como suas manifestações territoriais na cidade contemporânea. Para alcançar o objetivo, a pesquisadora sintetizou a base teórica de referências relacionadas aos temas centrais; compreendeu a situação dos bairros mapeados; identificou e mapeou as câmeras de vigilância e monitoramento nos bairros selecionados; organizou e catalogou as informações de campo, buscando construir uma tipologia das situações encontradas e; coletou a perspectiva da sociedade privada responsável pelo monitoramento de espaços públicos, através de um *survey*. O resultado foi a elaboração de uma análise cruzada entre base teórica e prática, que retrata o atual fenômeno de vigilância e monitoramento nos espaços públicos, bem como suas relações com a sociedade tecnológica contemporânea. A relevância deste estudo consiste no desafio de compreender as características e tipologias de monitoramento privado nos espaços públicos na cidade contemporânea e, suas implicações nas relações territoriais entre o espaço público e o privado.

Palavras-chave: Espaço Público. Vigilância. Câmeras de Vigilância. Sociedade Tecnológica. Controle.

ABSTRACT

A city is not only composed of physical space, but also a sequence of meetings, flows and socio-spatial interactions, which determines new arrangements in society. In general, the public space is considered that one in question for common use and partnership, where are developed social activities and interaction between people. In this set, it is taken into account, for instance the streets, squares and parks, where people flow should be free, though there are spaces where the boundaries between public and private are not quite clear. The relation between public and private areas in the city is based mainly on the relation between people, whose values vary depending on the context where they are. The challenge of distinguishing boundaries between these areas are due to the fact that the city is a complex organism that changes as its use by citizens, who are constantly abstracting the spaces and giving them new meanings. It is real the existence of a challenge nowadays to differentiate the limitations between public and private spaces, which automatically results in changes in social interactions. With the arrival of even more advanced and imperceptible technology, it has become a very common incident that may be causing the privatization of mutual spaces: the use of private surveillance cameras to monitor public spaces. The objective of this research is to understand the phenomenon and the practices of individual surveillance of public spaces, likewise their territorial manifestations in the contemporary city. To achieve the goal, the researcher summarized the theoretical basis of references related to the main subjects; analyzed the situation of the neighborhoods mapped; furthermore, the surveillance cameras were identified and mapped in the selected districts; a catalog was formulated with information of the field research, attempting to build a classification of the found situations and; gathered through a survey the perspective of the private population that is responsible for the monitoring of public spaces. The result was a development of a mixed analysis between theory and practical basis, which represents the current surveillance and monitoring occurrence in public areas, as well as its relations with the contemporary technological society. The importance of this study consists in the challenge of understanding the characteristics and typologies of private monitoring in public spaces at the contemporary city, and its implications for territorial relations between the public and private space.

Key-words: Public Space. Surveillance. Surveillance Cameras. Technological Society. Control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de rendimento mensal mediano dos domicílios particulares permanentes em Curitiba (por bairro)	53
Figura 2 - Mapa de homicídios em Curitiba por bairro (2010)	54
Figura 3 - Mapa do bairro Cabral	56
Figura 4 - Mapa do bairro Prado Velho	57
Figura 5 - Quantidade de câmeras por ponto - Cabral	65
Figura 6 - Quantidade de câmeras por ponto-Prado Velho	65
Figura 7 - Mapeamento das câmeras no bairro Cabral	66
Figura 8 - Mapeamento das câmeras no bairro Prado Velho	66
Figura 9 - Quantidade de câmeras por ponto mapeado no bairro Cabral	67
Figura 10 - Quantidade de câmeras por ponto mapeado no bairro Prado Velho	67
Figura 11 - Exemplo - Foto de câmera tubular	68
Figura 12 - Exemplo - Foto de câmera tipo dome	68
Figura 13 - Exemplo - Foto de câmera dentro do lote	69
Figura 14 - Exemplo - Foto de câmera fora do lote	69
Figura 15 - Exemplo - Foto de câmera voltada para o acesso de pedestres	69
Figura 16 - Exemplo - Foto de câmera voltada para o acesso de veículos	69
Figura 17 - Exemplo - Foto de câmera voltada para a fachada.....	70
Figura 18 - Exemplo - Foto de câmera voltada para a rua	70
Figura 19 - Exemplo - Foto de câmeras posicionadas em lados opostos	70
Figura 20 - Exemplo - Foto de câmera com fácil acesso	70
Figura 21 - Exemplo - Foto de câmera com difícil acesso.....	71
Figura 22 - Exemplo - Foto de câmera com proteção	71
Figura 23 - Exemplo - Foto de câmera disfarçada	71
Figura 24 - Quantidade de câmeras por ponto - Cabral	75
Figura 25 - Quantidade de câmeras por ponto - Prado Velho	75
Figura 26 - Modelo de câmera – Cabral.....	76
Figura 27 - Modelo de câmera - Prado Velho.....	76
Figura 28 - Localização da câmera - Cabral.....	76
Figura 29 - Localização da câmera - Prado Velho	76
Figura 30 - Posicionamento da câmera - Cabral	77
Figura 31 - Posicionamento da câmera - Prado Velho.....	77
Figura 32 - Acesso da câmera – Cabral.....	78
Figura 33 - Acesso da câmera - Prado Velho.....	78
Figura 34 - Aparência da câmera – Cabral.....	79
Figura 35 - Aparência da câmera - Prado Velho	79
Figura 36 - Proteção da câmera – Cabral	79
Figura 37 - Proteção da câmera - Prado Velho	79
Figura 38 - Relação com a rua - Cabral	82
Figura 39 - Relação com a rua	82
Figura 40 - Impressão da rua - Cabral	82
Figura 41 - Impressão da rua	82
Figura 42 - Conhecimento das pessoas na vizinhança - Cabral	83
Figura 43 - Conhecimento das pessoas na vizinhança – Prado Velho	83
Figura 44 - Utilização da rua – Cabral.....	83
Figura 45 - Utilização da rua - Prado Velho	83
Figura 46 - Sensação com a câmera - Cabral.....	84

Figura 47 - Sensação com a câmera - Prado Velho.....	84
Figura 48 - Situação de perigo – Cabral.....	85
Figura 49 - Situação de perigo - Prado Velho	85
Figura 50 - Satisfação com o governo - Cabral	86
Figura 51 - Satisfação com o governo - Prado Velho.....	86
Figura 52 - Motivo de uso da câmera - Cabral	87
Figura 53 - Motivo de uso da câmera - Prado Velho	87
Figura 54 - Segurança - Cabral.....	88
Figura 55 - Segurança - Prado Velho.....	88
Figura 56 - Fluxo de pessoas – Cabral	89
Figura 57 - Fluxo de pessoas - Prado Velho	89
Figura 58 – Monitoramento das imagens – Cabral.....	90
Figura 59 – Monitoramento das imagens - Prado Velho	90
Figura 60 - Acompanhamento do monitor - Cabral	90
Figura 61 - Acompanhamento do monitor - Prado Velho	90
Figura 62 - Tempo imagens gravadas - Cabral	91
Figura 63 - Tempo imagens gravadas - Prado Velho.....	91
Figura 64 - Ações desencadeadas - Cabral	91
Figura 65 - Ações desencadeadas - Prado Velho	91
Figura 66 - Responsabilidade pelo espaço público - Cabral	92
Figura 67 - Responsabilidade pelo espaço público - Prado Velho	92
Figura 68 - Limites do controle – Cabral	93
Figura 69 - Limites do controle - Prado Velho	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de vítimas fatais por armas de fogo na população - Brasil	27
Tabela 2 - Número e taxas de mortalidade por armas de fogo em 90 países	29
Tabela 3 -Classificação dos bairros quanto à renda média mensal	52
Tabela 4 -Extensão dos bairros e distância relativa ao marco zero da cidade.....	53
Tabela 5 - Planilha padrão com roteiro para levantamento de campo	57
Tabela 6 - Modelo de questionário para survey	59
Tabela 7 - População, Crescimento Absoluto e Taxa Média de Crescimento Anual.	64
Tabela 8 - Tabela-resumo com os números coletados em levantamento de campo	64
Tabela 9 - Tabela padrão para a construção de tipologia das câmeras mapeadas ..	72
Tabela 10 - Resultados em números para a construção de tipologia.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ArcGIS – Software para Sistemas de Informações Geográficas

CCTV – Closed Circuit TeleVision (Circuito Fechado de Televisão)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. Introdução	12
1.1. Justificativa	17
1.2. Objetivo	18
1.3. Organização do trabalho	19
2. Fundamentação teórica	20
2.1. Os Domínios do Espaço Público.....	20
2.1.1. Conceitos e Relações entre Espaço Público e Privado	20
2.1.2. O Medo e a Privatização do Espaço Público	26
2.2. O Fenômeno da Vigilância, Monitoramento e Controle.....	35
2.2.1. Vigilância e Tecnologias da Informação e Comunicação no Mundo Contemporâneo	35
2.2.2. O Poder da Disciplina	38
2.2.3. O Banóptico pelo olhar da Exclusão Social	40
2.3. Manifestações e Implicações de uma Sociedade Tecnológica e Vigilante ..	44
2.3.1. Sociedade Ausente e Automatizada	44
2.3.2. Contornos e Limites Éticos na Sociedade da Vigilância	48
3. Metodologia da pesquisa	50
3.1. Roteiro da Metodologia	50
3.2. Aplicação da Metodologia	52
4. Uma análise do público e privado pelas lentes das câmeras de vigilância: um estudo em Curitiba	61
4.1. A escolha dos bairros.....	62
4.2. O mapeamento	64
4.3. Reflexões acerca da Construção Tipológica	68
4.4. Aos olhos de quem promove o monitoramento: reflexões acerca do survey aplicado aos atores privados	74
5. Conclusão	95
6. Referências	98
7. Apêndices	103

1. INTRODUÇÃO

Uma cidade não é composta apenas por espaço físico, mas também por fluxos e relações socioespaciais. O espaço urbano é complexo pelo fato de as relações entre indivíduos estarem em constante mutação e, conseqüentemente, determinarem novos arranjos na sociedade. Em sua obra “Espaço e Método”, Santos (1992) afirma que a essência do espaço é social e o entende como sendo um conjunto indissociável de fixos e fluxos, um sistema de objetos dispostos e relacionados entre si e de atividades neles ocorrentes, em que a inexistência de um destes impossibilitaria a formação do espaço. A mesma ideia foi trazida anteriormente por Soja (1971), que afirmou que, como todo sistema social, uma sociedade é conectada por uma estrutura de regular e persistente interação ou relações entre suas unidades componentes. Os espaços adquirem significado devido aos usos, fluxos e relações sociais que nele ocorrem. Segundo Castello (2007), são as pessoas e o uso que elas fazem do ambiente construído que agregam valor aos lugares nas cidades.

Assim como a sociedade molda o espaço, valores pessoais e culturais da sociedade variam dependendo do contexto e espaço onde se encontram. Porém há áreas na cidade que não possuem regras definidas nem consenso quanto a seus usos. Por exemplo, de maneira geral o espaço público da cidade é considerado pela população como sendo aquele de uso comum e posse de todos, onde se desenvolvem atividades coletivas, convívios e trocas entre grupos. Enquadram-se nessa categoria ruas, praças e parques, onde a circulação de pessoas deve ser livre. Porém definir os limites entre espaço público e privado torna-se um desafio a partir do momento em que não há regras definidas e que cada cidadão passa a utilizá-los da maneira que melhor lhe convém, podendo prejudicar o espaço e privacidade de outras pessoas. A dificuldade em definir esse limite causa incertezas e insegurança aos cidadãos, ocasionando conflitos ao se utilizar destes espaços na cidade. Por não haverem regras quanto a essas delimitações, os conceitos de uso dos espaços tornam-se nebulosos e acabam gerando comportamentos

individualistas, em que cada cidadão age de acordo com seus próprios interesses. Segundo Caminha (2011, p. 04)

A mistura das características de individualismo com a possibilidade de conectividade gera um fenômeno interessante sobre o homem contemporâneo: suas atividades não têm um contorno delimitado e sua intimidade pode ser facilmente visitada. As fronteiras entre o público e o privado, o natural e o artificial, são confusas e incertas.

Da Matta (2001) complementa que o espaço privado da casa é identificado como o local da calma e tranquilidade, um refúgio onde cada pessoa é membro único e insubstituível de um grupo. Já o espaço público da rua é reservado ao movimento, perigo e tentação, é onde as pessoas são desconhecidas e tratadas em termos genéricos, como “povo” e “massa”, o que inferioriza o indivíduo. Num espaço onde o indivíduo perde sua individualidade podem surgir aspectos de insegurança. O autor ainda afirma que, para conviver em harmonia, a população tem necessidade de sentir-se segura e conviver num espaço onde as regras e limites são conhecidos. Jacobs (2000) afirma que uma cidade próspera é aquela em que as pessoas sentem-se protegidas, mesmo na rua e em meio a tantos desconhecidos. Com sentimento de insegurança e diante da indefinição de fronteiras entre público e privado, os cidadãos criam seus próprios conceitos dos espaços. Um bom exemplo desse caso é o fenômeno do amplo uso de câmeras privadas para monitorar e vigiar o espaço público. Na cidade contemporânea uniu-se a falta de proteção sentida pela população à rápida evolução das tecnologias, que estão cada vez mais imperceptíveis e economicamente acessíveis. O resultado da disseminação exagerada dessas tecnologias é que, ao se infiltrar na cidade, tornam-se parte dela e acabam por passar despercebidas.

O fenômeno da vigilância por câmeras de segurança que monitoram espaços públicos é crescente e cada vez mais comum. A preocupação excessiva com a segurança talvez seja responsável por gerar ainda mais medo na sociedade. Lopes (2008) quando cria o neologismo “fobópole”, cria também uma nova forma de descrever a cidade contemporânea, baseada no medo urbano. Segundo o autor, “fobópole” é uma cidade impregnada de medo, sendo esse um dos aspectos principais do cotidiano urbano, atuando de diferentes formas no imaginário da

sociedade. Nesse contexto, questões como a falta de segurança se tornam um item qualificador da cidade, invadindo desde conversas informais até noticiários diários e a mídia em geral. O medo, real ou imaginado, da população acarreta em diversas mudanças na sociedade, desde aspectos físicos a aspectos de usos e fluxos no espaço. Complementando essa condição de sociedade condicionada ao medo, a teoria do apego, de Freud (1930) trata o conceito de desamparo. Esse conceito mostra que grande parte dos medos humanos vem da consciência de ser impotente e mais fraco que as forças da natureza, acarretando no afastamento daquilo que desconhece. Há uma vantagem de sobrevivência na capacidade de perceber condições desfavoráveis e possivelmente perigosas, como, por exemplo, o desconhecimento, e manter-se distante.

Seguindo o pensamento de “sociedade do medo” e diante da ausência do governo, caberia então ao cidadão contemporâneo buscar maneiras para mitigar os efeitos do medo constante que o cerca. Dentro desse processo as tecnologias infiltradas, representadas por câmeras de vigilância e monitoramento, encontram seu lugar no mundo a partir da promessa de controle e de segurança. Esses artefatos tecnológicos, apesar de poderem estar sendo utilizados apenas controle e segurança, podem estar trazendo outras consequências que não necessariamente estejam diretamente ligadas à intenção inicial. Com o advento das tecnologias e práticas de vigilância, cada vez mais comuns e onipresentes, cresce a dificuldade para estabelecer as regras de utilização do espaço. Por um lado torna-se difícil delimitar até onde o setor público pode responsabilizar-se pela segurança da cidade sem importunar ou constranger as pessoas de seu convívio. O espaço urbano faz parte de um ambiente extremamente controlável, ordenado e potencialmente cada vez mais controlável. Cuff (2003) afirma que quando a população está no encargo da resolução dos problemas de segurança da cidade, podem surgir de outras adversidades, como a falta de privacidade de outros indivíduos. O que inicialmente parece uma ação inofensiva pode ser, na realidade, uma estratégia para privatizar e selecionar espaços quanto a pessoas e usos e, gerar outros diversos problemas. Será essa apenas uma forma de a população obter segurança por conta própria, visto que a manutenção exercida pelo governo não parece ser suficiente? Vale lembrar que a proteção da cidade é realizada também “[...] pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos

presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2000, p. 32). Bauman e Lyon (2013, p. 106) ressaltam uma questão muito importante relativa à ausência do governo na segurança das cidades:

As funções sucessivamente abandonadas ou perdidas são relegadas à camada inferior, à esfera da ‘política de vida’, a área em que os indivíduos são nomeados para a função dúbia de se tornar suas próprias autoridades legislativas, executivas e judiciárias numa só. Agora se espera dos ‘indivíduos por decreto’ que imaginem e tentem pôr em prática, com seus próprios recursos e habilidades, soluções individuais para problemas gerados no nível social.

Esse é o significado da individualização na atualidade, um estado de dependência que se disfarça de progresso e autonomia. A população se depara com dificuldades em relação aos recursos disponíveis para realizar as soluções da cidade, daí surgem os sentimentos de desespero e impotência.

Bauman (2009) trata a questão como se o medo daquilo que é diferente fosse ainda mais aumentado pela segregação e, ao mesmo tempo, alimentado por ela, ou seja, o medo do outro. O medo do desconhecido passa a um nível extremo, de maneira a se evitar entrar em contato com o que se desconhece. Acredita-se então que, nesse processo de ruptura do espaço, surgem condomínios fechados exclusivos, o abandono do espaço público e as tecnologias de vigilância e monitoramento. A tecnologia definitivamente modificou as fronteiras entre o público e o privado. Talvez a sociedade esteja iniciando um novo tempo de individualismo extremo, em que a ideia de aproveitar o espaço público coletivamente esteja abrindo caminho para algo mais anárquico e carnavalesco. Nestes tempos de “individualismo radical” estimulado pela fascinação com a comunicação solitária, a compreensão e apreciação coletiva do espaço público e cívico podem ter sido diminuídas. Kennicott (2015) afirma que a sociedade viverá em espaços cada vez mais cheios de pessoas, porém passará mais tempo isolada nos interiores. Os autores Bauman e Lyon (2013, p. 22) concordam com esta hipótese e afirmam que “indiferença, distanciamento e automação hoje desempenham cada qual o seu papel, com a ajuda do computador”. É necessário desvendar a intenção de todo esse controle do espaço urbano, buscando equilibrar possíveis instabilidades dos setores da população. Como

demonstra Gandy (2011), a categorização social alcançada pela contemporânea vigilância do consumidor constrói um mundo de desvantagens cumulativas.

Grande parte da sociedade atual já está habituada a lidar com equipamentos tecnológicos, o que torna estes itens muito presentes nas soluções para diversas necessidades no dia a dia. Com a questão da segurança não é diferente, as câmeras de vigilância e monitoramento citadas anteriormente estão praticamente onipresentes na cidade, tornaram-se parte quase intrínseca do espaço. A tecnologia está por toda a parte, com dispositivos cada vez menores e mais difíceis de serem notados, o que a torna tão poderosa ao desvendar elementos invisíveis no espaço urbano, como fluxos, ações e até mesmo aspectos socioculturais. Esse fenômeno contemporâneo de tecnologia unida à vigilância atinge a sociedade em escala global. Na escala da cidade, abala ainda mais a definição dos limites entre espaço público e privado. A invasão pode não ser física, de modo que, mesmo que a câmera esteja dentro dos limites do lote do morador, seu alcance de visão vai além dos muros. Jacobs (2000) afirma que, para que uma cidade diminua os índices de violência, é necessário que haja uma nítida separação entre o espaço público e o espaço privado. Não se sabe nem se há realmente definição dos limites possíveis para se adentrar num espaço alheio, porém é notável a crescente necessidade de definição de lugares-territórios nas cidades da atualidade, principalmente pelo veloz desenvolvimento de potentes tecnologias infiltradas no espaço urbano. “O novo espetáculo é um drama mais ardiloso, em que o ‘poder pode mover-se à velocidade de um sinal eletrônico’” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 19).

Há, contudo, um desconhecimento sobre as implicações do uso generalizado de dispositivos de vigilância e monitoramento, facilmente disponíveis na cidade contemporânea. É necessário dar continuidade e aprofundamento ao tema, afinal, como afirmou Mathiesen (1997), compreender o papel dos meios de comunicação de massa é vital para nosso entendimento das atuais condições culturais. Diante do desconhecimento acerca das questões que envolvem o emprego desses tipos de dispositivo, como se a segurança fosse o único aspecto ou o mais importante, a importância do presente estudo está em compreender as relações da população com o espaço público e o uso das novas tecnologias. Captando as nuances presentes no ambiente será possível compreender mais claramente as relações

entre população e cidade e, mitigar possíveis adversidades. “É crucial entender as novas maneiras pelas quais a vigilância está se infiltrando na corrente sanguínea da vida contemporânea” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 139).

A tecnologia automatizada, que permite que a sociedade se mantenha ausente e distante ao manipulá-la, possui efeitos preocupantes. Ao permanecer distante do dispositivo tecnológico utilizado, os efeitos de culpa e responsabilidade moral do ser humano parecem se dissolver e desaparecer automaticamente (BAUMAN; LYON, 2013, p. 139). Portanto, a grandiosidade do poder da tecnologia, juntamente à isenção de responsabilidade humana, assusta ao causar mudanças socioculturais, afinal “não é possível ranger os dentes ao pressionar um botão. [...] Uma tecla é uma tecla. Se a tecla for pressionada, ela liga uma máquina de fazer sorvete na cozinha, alimenta uma rede de eletricidade ou libera os cavaleiros do Apocalipse, não faz diferença” (ANDERS, 2007, p. 52). Mesmo que uma nova tecnologia seja criada honestamente e conscientemente, surge um novo leque de possibilidades de fatalidades não vivenciadas anteriormente e, de acordo com Bauman e Lyon (2013, p. 93), é preciso conhecer a fundo com o que se está lidando.

Em resumo, a relevância do presente estudo se apoia no desafio de compreender as características e tipos de vigilância e monitoramento privados nos espaços públicos na cidade contemporânea e, quais são as suas implicações nas relações territoriais entre o espaço público e o privado.

1.1. Justificativa

A investigação visa complementar a linha de pesquisa em Planejamento e Projeto Urbano e Regional, focando no programa de Tecnologias e Territorialidades, alinhado às pesquisas do professor orientador. Será articulada a discussão do tema referente à difusão massiva das tecnologias relacionadas a práticas de vigilância do território, fenômeno este que vem alterando as relações entre espaço e tecnologia.

A importância desta pesquisa encontra-se na atual disseminação de equipamentos de vigilância destinados à prática de monitoramento. Pelo fato de

muitos destes elementos serem de propriedade privada e estarem presentes em muitos espaços públicos da cidade contemporânea, é necessário compreender quais são os conflitos e as manifestações territoriais que este fenômeno gera. Ao compreender as novas tipologias de controle e uso do espaço é possível estabelecer normas e padrões que permitam a gestão da cidade de maneira mais justa e equilibrada nas relações entre sociedade, poder público e instituições privadas.

1.2. Objetivo

O objetivo geral da pesquisa é:

Compreender o fenômeno e as práticas de monitoramento privado de espaços públicos, bem como suas manifestações territoriais na cidade contemporânea.

Os objetivos específicos para atender o objetivo geral são:

- a) Elaborar referencial teórico sobre vigilância privada e espaços públicos, relacionando aspectos socioculturais da atualidade e o uso de novas tecnologias;
- b) Compreender o tipo de apropriação pelo setor privado da sociedade, residentes e comerciantes, em relação à vigilância exercida no espaço público;
- c) Compreender e comparar formas de espacialização do fenômeno de monitoramento privado de espaços públicos em Curitiba, pelo mapeamento dessas situações em dois bairros com perfis socioeconômicos distintos;
- d) Avaliar, por meio da realização de *survey*, as práticas dominantes no fenômeno de monitoramento privado de espaços públicos em Curitiba por parte dos atores sociais responsáveis pelo monitoramento (residentes, comerciantes e empresas de segurança privadas que instalam estes sistemas) e como têm sido implantadas.

Dentre todas as tecnologias existentes, a presente pesquisa tem foco particularmente na tipologia de CCTV, especificamente os dispositivos de câmeras

de segurança para vigilância e monitoramento, pertencentes ao setor privado da população e, que vigiem e monitorem espaços públicos.

1.3. Organização do trabalho

Este trabalho é composto por Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia de Pesquisa, Análises e Conclusão.

Na introdução, o objeto e a temática de investigação são brevemente apresentados, bem como as definições e contexto em que o fenômeno se insere, estabelecendo os objetivos principais da investigação.

A Fundamentação Teórica, por sua vez, pontua temas referentes ao fenômeno da vigilância por meio de tecnologias da informação e comunicação. Outros grandes eixos discutidos são relativos às definições de limites do espaço público e à atual sociedade tecnológica e vigilante.

A Metodologia de Pesquisa desdobra-se na realização de um mapeamento das câmeras de vigilância privadas em dois bairros da cidade de Curitiba, visando construir uma espacialização das situações existentes; uma classificação tipológica das situações encontradas em campo, a fim de compreender de que maneiras o fenômeno se apresenta e, finalmente; um *survey* realizado com residentes e comerciantes dos dois bairros estudados, buscando compreender as causas e manifestações territoriais tácitas do fenômeno em estudo.

As análises e conclusão se baseiam no cruzamento das informações teóricas e das coletadas em campo, sendo assim possível encontrar características em comum das situações encontradas e evidenciar uma perspectiva realista e atual do fenômeno.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentada a revisão bibliográfica que irá compor a fundamentação teórica, com conceitos e fundamentos relacionados principalmente com a utilização de câmeras de vigilância privadas em espaços públicos e suas relações com os aspectos socioculturais da atualidade e o uso de novas tecnologias.

2.1. Os Domínios do Espaço Público

Neste subcapítulo procura-se demonstrar as diferentes definições e conceitos do termo espaço público e fatores que possam indicar sua atual privatização por meio de novos usos e apropriações. Relaciona-se ainda o tema do medo e como este elemento pode estar acarretando em novas configurações para as cidades.

2.1.1. Conceitos e Relações entre Espaço Público e Privado

Em termos gerais, o “espaço público” é considerado como aquele de uso comum e posse de todos, com livre direito de ir e vir, onde se desenvolvem atividades plurifuncionais e coletivas, circulação, comércio, convívios, encontros e trocas entre grupos. Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, ruas, praças e parques, onde, em tese, a circulação de pessoas deve ser livre. Souza (1997) define o termo como “um ambiente plurifuncional com livre acesso aos cidadãos”. Uma das imagens mais fortes e concretas da cidade é rua, espaço dotado de diversas funções onde os mais variados fatos ocorrem, como circulação, comércio e encontros. Juntamente com a praça, a rua sempre representou o espaço da liberdade, de fora, do cidadão, o espaço realmente público, enfim, o espaço da coletividade e cidadania, que se opõem ao espaço de dentro.

Espaços não são medidos exclusivamente a partir de experiências individuais, pelo contrário, consideram-se os usos e sentidos compartilhados que as pessoas lhe atribuem. Segundo Páramo e Arroyo (2012), os espaços, as propriedades físicas e ambientais, as regras que o regem e os papéis que os indivíduos assumem permitem sua diferenciação. A relação entre rua e casa é dinâmica e relativa, pois permite uma vasta diversidade de usos e regras. Afinal, são os indivíduos e

comunidade que influenciam sobre o espaço, definindo quais serão as noções de territorialidade e relações socioespaciais. Constata-se que “todas estas dimensões da cidade estão atreladas de alguma maneira ao modo como se dispõe o espaço, ou seja, como ele é previsto, planejado, executado de forma a propor seus usos, fluxos e até a significação natural a partir da presença da sociedade, influem significativamente sobre a constituição de lugares e territórios” (CRESTANI, 2013, p. 50). O desenho urbano, por si só, não tem o poder ou o papel de transformador da sociedade, mesmo porque não possui alcance suficiente para alterá-la substancialmente a ponto de modificar a estrutura social. No entanto, deve-se ressaltar sua capacidade em propor alterações no espaço e, com isso, no uso e apropriação a ele concedidos. As modificações são possíveis até determinado nível em relação às relações socioespaciais, funções e estrutura espacial.

Embora cada espaço público tenha identidade própria, todos os espaços públicos que são criados no mesmo período de tempo e contexto cultural particular compartilham características que definem o seu caráter público. Algumas das dimensões importantes para a definição do caráter público do espaço são: sua configuração física, as atividades que ele dispõe, o controle e conservação/manutenção em que se encontra. Encontrar uma definição para o conceito de espaço público é complexo, porque, por um lado, há diversas opiniões sobre o assunto e, por outro, porque poucos espaços já foram realmente públicos. Na Grécia Antiga, por exemplo, eram os parques, feiras, mercados, praças e ruas os locais que os cidadãos utilizavam para encontrar-se, conversar, comercializar ou votar, ou seja, em que praticavam ações que englobam conceitos de cidadania com o espaço público. Contudo, os direitos de cidadania não se atribuíam a estrangeiros, escravos e mulheres. Essa parcela representava mais da metade da população. O exemplo citado de cidadania seletiva denota falta de inclusão e desigualdade, características que vêm caracterizando a natureza do espaço público desde os primórdios até os dias de hoje. Segundo Serpa (2007), o espaço público na cidade contemporânea, mesmo com o propósito de uso público, vem se tornando um espaço para o consumo de poucos. As cidades e espaços públicos são feitos para pessoas, porém não para todas.

Bauman (2003) quando trata do espaço público, afirma que a ideia que prevalece é a de que “lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto”. Na mesma linha de pensamento, Da Matta (1997) afirma que devemos levar em consideração que o espaço público é perigoso, porque é fundado na lei que iguala, subordina e, muitas vezes, explora. É o local onde cada cidadão não pode se definir por meio da relação com alguém ou alguma coisa. E complementa que o mundo da casa, espaço privado, pode ser definido como o local da moradia, calma e da tranquilidade, um refúgio onde cada pessoa é membro de um grupo, único e insubstituível. Em contrapartida, o mundo da rua, o espaço público, é reservado ao movimento, perigo e tentação. Na rua, as pessoas são indiferenciadas e desconhecidas, são tratadas em termos genéricos, como “povo” e “massa”. O fato de não haver o reconhecimento individualizado inferioriza o indivíduo. É ainda o lugar de luta e trabalho, onde a "dureza da vida" pode ser mais bem percebida ou sentida.

Santos (1985) apresenta uma visão do espaço que considera além dos “fixos” nele situados, também os “fluxos” que o percorrem. Ou seja, os espaços e seus significados não são formados apenas por elementos físicos, mas também pelas ações que nele ocorrem. Alguns componentes importantes para a definição do espaço público são: o acesso, o agente que controla o espaço e quem tem permissão para usá-lo. Hertzberger (1999), por exemplo, acredita na diferenciação gradual entre os espaços público e privado e centra suas discussões nas questões de acessibilidade, forma de uso do espaço e população usuária. Já a abordagem de Da Matta (1997) se concentra nas diferenciações entre o público e o privado a partir de estudos antropológicos entre o que ele chama de “a casa” e “a rua”, considerando a espacialidade física e moral e estabelecendo uma relação dinâmica e complementar entre eles.

Com outra visão do espaço público, Jacobs (2000) defende que as ruas e calçadas são os órgãos vitais de uma cidade, pois são nestes espaços que se desenvolvem as relações interpessoais e convivência de uma sociedade, gerando aspectos positivos, como a vitalidade do espaço urbano, mas também conflitos que

podem dificultar a convivência entre os cidadãos. Para que os conflitos sejam reduzidos é importante que o indivíduo se sinta parte de uma comunidade, de modo que possa agir em prol das causas da cidade e derrubar possíveis barreiras invisíveis criadas pela própria sociedade. A autora ainda afirma que as cidades devem ter um limite claro entre espaço público e privado para que os índices de violência sejam reduzidos.

Na cidade contemporânea, por motivos diversos, há alguns casos em que se torna privado algo que era anteriormente público. São os casos de condomínios fechados ou quando se bloqueia a entrada da rua em frente à residência - a rua, que deveria ser um espaço de acesso e uso públicos, é destinada para um público selecionado, eliminando parte da sociedade. Segundo Melgaço (2012), atualmente os condomínios fechados configuram os novos anseios e ideais urbanos de moradia e não se limitam à propriedade particular da casa, mas também ao seu entorno. Melgaço (2012) afirma que o morador da cidade atual possui o desejo de exclusividade, distinção social com os que estão de fora e homogeneidade social com os que estão dentro do condomínio fechado, desejam possuir a facilidade de diversas amenidades e, principalmente, a segurança. Esses tipos de ruas internas privadas da atualidade são imitações das ruas públicas antigas, onde as crianças podiam brincar e os pais deixavam as portas de casa abertas. Imaginar poder recriar uma versão idealizada de um estilo de vida passado em um espaço artificialmente tranquilo, controlado e perfeitamente planejado para a felicidade de pessoas semelhantes é um ilusionismo utópico compartilhado pelos moradores.

No caso da cidade de Curitiba, os terrenos à venda em condomínios fechados já representam 22% das ofertas, com um total de 3,4 mil unidades. O valor ultrapassa 20% que o mesmo período no ano passado. Segundo o INPESPAR (2015), o bairro de Santa Felicidade é o que concentra o maior número desses terrenos, com um número de 308 unidades, seguido do Boqueirão com 179, depois vêm ainda Campo Comprido com 149, Xaxim com 147 e Uberaba com 137 terrenos. Já os bairros mais próximos ao centro da cidade possuem os menores números de terrenos à venda em condomínios fechados: o Centro possui 24 unidades, Batel 16, Prado Velho e Alto da Glória 9 e Centro Cívico 4 terrenos apenas.

Bauman e Lyon (2013) explicam o fenômeno: “o Estado-nação não é a única ‘agência em crise’. Outra ‘agência em crise’ é o indivíduo, convocado e encorajado a encontrar ‘soluções individuais para problemas socialmente gerados’”. E sugerem que o sentimento de individualidade não resultará em soluções: “os problemas com que nos defrontamos só poderiam ser ‘resolvidos’ coletivamente, e não por uma só pessoa” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 132). Melgaço (2012) considera que os condomínios fechados: geram problemas na mobilidade das cidades, visto que concentram o fluxo de veículos nas ruas que não estão fechadas; criam ambientes de mais preconceito e intolerância, pois as diferenças se multiplicam e acabam gerando novas violências no coletivo urbano; e reduzem as possibilidades de ações em conjunto, deixando espaço para práticas individualistas. Segundo Melgaço (2012), esse enclausuramento promove claramente uma segregação espacial e serve como um instrumento urbanístico que, ao invés de promover uma cidade para todos, estimula a construção de uma cidade para poucos.

Porém Crestani (2012) analisa outra visão da situação e defende que “mesmo que a barreira física do condomínio pareça, em sentido amplo, estabelecer um afastamento não apenas concreto, mas simbólico, histórico e espacial, ela poderá ser confirmada ou não pelas relações que em seu entorno se desenvolvem”. Ou seja, não se deve generalizar todos esses casos e rotulá-los como vilões do urbanismo. Uma explicação para a disseminação de fatos de privatização como esses, pode ser a de Sollohub (2004), que diz que “existe hoje uma tendência entre os urbanistas de expandir o espaço público e, os cidadãos acabam desejando também estender seu controle privado sobre esse mesmo espaço”. Essa mistura das características de individualismo com a possibilidade de conectividade gera um fenômeno interessante sobre o homem contemporâneo - suas atividades não tem um contorno delimitado e sua intimidade pode ser facilmente visitada. As fronteiras entre o público e o privado e o natural e o artificial são confusas e incertas.

De acordo com Jacobs (2000), ao contrário das pequenas coletividades, a privacidade é uma característica da metrópole e considerada indispensável. Porém, se os contatos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia. Os contatos feitos nas ruas são fundamentais,

pois revelam uma compreensão da identidade pública das pessoas, geram uma rede de respeito e confiança mútuos aos cidadãos.

Espaços pertencentes ao governo são, muitas vezes, confundidos com espaços públicos, principalmente edifícios do governo, praças e parques e, ainda, são associados a espaços ideais para manifestações e protestos. Toda sociedade, em qualquer que seja seu tempo na história, molda um espaço social diferenciado para atender as suas exigências sociais e econômicas. O espaço público continua sendo visto por sociólogos e antropólogos como um medidor político e social. Santos e Vogel (1985) apontam a rua como uma extensão da casa para diversas comunidades, observadas e vivenciadas por meio de atividades cotidianas, como as brincadeiras infantis e encontros de vizinhos; ou sazonais, como as festas. A partir desse pensamento, entendemos que espaços públicos são flexíveis, permitem apropriações diferenciadas, mesmo que tenham sido inicialmente concebidos para outra atividade específica.

Por vezes, não satisfeita com o tratamento formal dado ao espaço público, a sociedade trata de se apropriar dele, tornando-o mais adaptado aos seus usos, o que não necessariamente indica numa ação negativa. De acordo com Mendonça (2007), existem apropriações do espaço público que nem sempre implicam em indícios de marginalidade. Pelo contrário, podem até mesmo demonstrar criatividade e capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas e, ainda, fornecer subsídios que alimentem futuras construções de ambientes mais focados nas necessidades dos cidadãos. Essa situação é explicada por Santos e Vogel (1985), que atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. Entende-se, então, esse tipo de apropriação do espaço público como um fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e seu vínculo ao ambiente urbano.

Observando o fenômeno de distanciamento da sociedade do espaço público urbano, Mendonça (2007) afirma que a proliferação de lazer em ambientes fechados e controlados por aparato de segurança e, conseqüentemente seletos e

excludentes, vêm alterando costumes e repercutindo em mudanças nas relações sociais relacionadas aos espaços públicos.

2.1.2. O Medo e a Privatização do Espaço Público

Se os valores de um lugar dependem dos significados que lhe são atribuídos, sua apropriação também dependerá das características que o espaço dispuser a seus usuários, tanto em termos funcionais, como perceptivos. Segundo Crestani (2013), à medida que o meio se espacializa, a exemplo das tecnologias que estão em constante mutação e evolução, as inferências sobre os elementos do espaço fazem com que este entre em um movimento dinâmico de (re)significação.

Atualmente as cidades estão tomadas pela “arquitetura do medo”, ou seja, ambientes totalmente dominados por aparatos de proteção, como os condomínios fechados, centros de lazer privativos, enormes muros com arame farpado, câmeras de vigilância e até mesmo *bunkers*. Mendonça (2007) afirma que a apropriação do espaço público vem sendo altamente influenciada pela difusão do medo associado à violência urbana. Percebe-se que essa “arquitetura do medo”, ao buscar se livrar de possíveis perigos, acaba gerando um imaginário de insegurança generalizado na sociedade, com impressões que nem sempre condizem com a realidade. Esse sentimento molda as cidades e talvez o medo exacerbado tenha se tornado maior que a violência em si. É possível que os problemas sociais do país gerem nos cidadãos apenas uma sensação de insegurança e ameaça constante. Mas, afinal, o medo do crime não é menos grave que o crime em si. Souza (2008) diz que são nas cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado prospera.

Nas cidades da atualidade, predominam o medo e a percepção de um crescente risco em relação à segurança pública. O medo assume posição proeminente em conversas e notícias das mídias, fato este que se relaciona com os fenômenos defensivos, preventivos e repressores, advindos do Estado ou, até mesmo, da sociedade civil. Toda mudança causada por esse fenômeno tem claras implicações na organização do espaço urbano e nas relações sociais. A imagem da

fobópole engloba características das preocupações atuais, e possivelmente futuras, em torno da justiça social e liberdade, que correm risco de estarem sendo sacrificadas em nome da segurança.

Mesmo que o foco da presente pesquisa não seja a violência, é necessário ressaltar que a situação do Brasil é diferente da de outros países. Segundo o Mapa da Violência (2014), o atual índice de hostilidade no país deve-se a fatores como a cultura de violência impregnada na sociedade, a impunidade dos crimes e a tolerância constitucional. De acordo com o Mapa da Violência (2015), o Brasil é um ambiente culturalmente violento e com facilidade de acesso a um imenso arsenal de armas de fogo, que o torna um dos países com maior índice de “mortes matadas”, chegando a ter um número equivalente ou superior a países em situação de guerra ou conflito civil armado. No decorrer dos anos os índices de mortes vêm crescendo no país. Em 32 anos o número total de vítimas por arma de fogo cresceu mais de 486%, como pode ser visto na tabela 1:

Tabela 1 - Número de vítimas fatais por armas de fogo na população – Brasil 1980/2012

ANO	POPULAÇÃO TOTAL					15 A 29 ANOS				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indetermi- nado	Total arma de fogo	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indetermi- nado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710	155	292	3.159	809	4.415
1981	448	731	6.452	1.689	9.320	189	365	3.325	856	4.735
1982	467	657	6.313	1.608	9.045	206	312	3.118	839	4.475
1983	566	789	6.413	3.062	10.830	242	348	3.215	1.633	5.438
1984	515	766	7.947	3.350	12.578	242	337	4.061	1.851	6.491
1985	575	781	8.349	3.783	13.488	265	334	4.482	2.098	7.179
1986	669	788	8.803	4.609	14.869	334	347	4.750	2.562	7.993
1987	677	951	10.717	3.747	16.092	304	394	5.711	2.081	8.490
1988	586	827	10.735	4.978	17.126	279	360	5.760	2.778	9.177
1989	605	850	13.480	5.505	20.440	291	349	7.513	3.227	11.380
1990	658	989	16.588	2.379	20.614	329	427	9.193	1.264	11.213
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550	644	490	8.560	1.866	11.560
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086	496	479	7.718	2.172	10.865
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742	205	557	9.317	2.048	12.127
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318	161	603	10.455	1.882	13.101

(continua)

1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764	239	692	12.168	1.180	14.279
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481	117	636	12.428	781	13.962
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753	97	614	13.680	748	15.139
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211	181	545	14.643	1.437	16.806
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198	464	513	15.475	1.138	17.590
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985	143	508	18.252	1.347	20.250
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122	140	575	19.800	1.083	21.598
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979	123	549	20.567	1.247	22.486
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325	118	516	21.755	865	23.254
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113	88	471	20.827	822	22.208
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060	96	428	20.336	664	21.524
2006	404	1.138	34.921	897	37.360	188	406	20.939	471	22.004
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840	126	364	20.546	691	21.727
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658	153	375	21.475	801	22.804
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677	156	310	21.912	913	23.291
2010	352	969	36.792	779	38.892	152	299	21.843	400	22.694
2011	264	916	36.737	827	38.744	122	252	21.594	465	22.433
2012	284	989	40.077	1.066	42.416	119	284	23.867	612	24.882
Total	15.312	35.957	747.760	81.357	880.386	7.164	14.331	432.444	43.631	497.570
Δ %	-26,4	49,8	556,6	-31,7	387,0	-23,2	-2,7	655,5	-24,4	463,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

Na tabela 2, comparando os números brasileiros do Mapa da Violência (2014) com os de outros países é possível perceber os níveis de violência existentes no país. Com uma taxa de 27,4 homicídios a cada 100 mil habitantes, o país já ocupava a 7ª posição num conjunto de 95 países, podendo ser considerado um dos mais violentos do mundo. Considerando a população total do Brasil, essa taxa de homicídios é 274 vezes maior que a da Inglaterra, 137 vezes maior que as do Egito ou Marrocos e 91 vezes maior que a do Japão. Já considerando apenas a população jovem de 15 a 29 anos, a taxa brasileira de homicídios corresponde a 545 vezes à de Hong Kong, 273 às da Inglaterra ou Japão e 137 vezes às da Alemanha ou Áustria (MAPA DA VIOLÊNCIA 2014). De acordo com o Mapa da Violência (2015), no quesito mortalidades por armas de fogo, o Brasil ocupa a 11ª posição entre 90 países do mundo, com dados comparados entre 2008 até 2012. Na tabela 2 podem-se observar os números totais e ainda as taxas relativas de cada país, de acordo com o tamanho da população. Destaque para o Brasil, que apresenta o maior número absoluto de óbitos por armas de fogo.

Tabela 2 - Número e taxas de mortalidade por armas de fogo em 90 países 2008/2012

Tabela 9.1. Número e taxas de mortalidade por AF segundo causa básica em 90 países do mundo.										
País	Ano	Número de Óbitos por AF					Taxas (por 100 mil)			Ordem
		Acid.	Suic.	Homic	Indet.	Total	Suic.	Homic	Total	
Venezuela	2009	54	77	8.563	6.149	14.843	0,3	31,9	55,4	1º
Ilhas Virgens (EUA)	2010	3	2	48	.	53	1,9	45,0	49,7	2º
El Salvador	2011	4	2	2.765	.	2.771	0,0	45,5	45,6	3º
Trinidad e Tobago	2008	4	4	448	13	469	0,3	36,4	38,1	4º
Guatemala	2012	1.326	43	3.182	.	4.551	0,3	22,6	32,3	5º
Colômbia	2011	35	406	13.093	324	13.858	0,9	29,3	31,0	6º
Iraque	2008	5.123	.	1.772	927	7.822	0,0	6,3	27,7	7º
Bahamas	2010	.	2	76	.	78	0,6	24,5	25,1	8º
Belize	2010	.	3	74	1	78	1,0	23,5	24,8	9º
Puerto Rico	2010	19	34	869	.	922	0,9	23,4	24,8	10º
BRASIL	2012	284	989	40.077	1.066	42.416	0,5	20,7	21,9	11º
Panamá	2011	8	7	596	2	613	0,2	17,2	17,7	12º
México	2012	442	509	15.936	865	17.752	0,4	13,6	15,1	13º
Ilhas Cayman	2010	.	.	7	.	7	0,0	13,9	13,9	14º
Santa Lúcia	2012	2	.	20	.	22	0,0	12,3	13,6	15º
São Vicente e Gran.	2012	.	.	11	.	11	0,0	10,6	10,6	16º
Estados Unidos da A.	2010	607	19.392	11.169	260	31.428	6,3	3,6	10,2	17º
Uruguai	2010	84	143	85	1	313	4,3	2,6	9,5	18º
Chile	2011	11	110	280	.	401	0,7	1,7	2,4	43º
República Checa	2012	9	174	16	14	213	1,7	0,2	2,0	44º
Israel	2011	4	52	81	20	157	0,7	1,0	2,0	45º
Canadá	2011	16	518	139	6	679	1,5	0,4	2,0	46º
TFYR Macedónia	2010	3	13	22	.	38	0,6	1,1	1,8	47º
Hungria	2012	2	80	11	2	95	1,5	0,2	1,8	48º
Bélgica	2010	2	144	36	15	197	1,3	0,3	1,8	49º

(continua)

Turquia	2012	412	12	169	63	656	0,0	0,5	1,8	50º
Eslováquia	2010	21	51	10	13	95	0,9	0,2	1,7	51º
Egito	2011	792	129	132	335	1.388	0,2	0,2	1,7	52º
Bulgária	2012	17	71	25	7	120	1,0	0,4	1,7	53º
Luxemburgo	2012	1	7	.	1	9	1,3	0,0	1,7	54º
Látvia	2012	.	24	5	5	34	1,2	0,2	1,7	55º
Armênia	2012	.	3	11	32	46	0,1	0,4	1,5	56º
Suécia	2012	1	122	16	2	141	1,3	0,2	1,5	57º
Escócia	2012	.	10	2	2	14	0,2	0,0	0,3	80º
Reino Unido	2010	8	109	27	11	155	0,2	0,0	0,2	81º
Inglaterra e Gales	2012	5	78	4	11	98	0,1	0,0	0,2	82º
Catar	2012	2	1	.	.	3	0,1	0,0	0,2	83º
Mauritius	2012	.	2	.	.	2	0,2	0,0	0,2	84º
Romênia	2012	8	14	10	2	34	0,1	0,0	0,2	85º
Kuwait	2012	.	2	3	.	5	0,1	0,1	0,1	86º
República da Coreia	2012	3	14	3	3	23	0,0	0,0	0,0	87º
Marrocos	2011	.	2	11	.	13	0,0	0,0	0,0	87º
Japão	2011	1	15	11	3	30	0,0	0,0	0,0	87º
Hong Kong SAR	2011	.	1	.	.	1	0,0	0,0	0,0	87º

Fonte: SIM/SVS/MS.

O Brasil apresenta níveis de violência mais altos do que países em situação de guerra. Porém, ainda assim o medo generalizado pode estar sendo utilizado para justificar táticas sociais de seleção, exclusão na sociedade e gentrificação. Caldeira (2000) afirma que diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social, quanto à retirada de outros grupos sociais dos bairros tradicionais das cidades. Ao mesmo tempo em que percebe essa tática social, a autora registra a ocorrência de processos de transformações sociais em diversos países, como transições democráticas na América Latina; pós-apartheid na África do Sul; pós-socialismo no leste europeu; transformações étnicas decorrentes de intensa imigração nos Estados Unidos. Essa generalização de diferentes formas de exclusão vem sendo percebida em sociedades de alta renda de todo o mundo, numa maneira

que tem o poder de reconfigurar aspectos de segregação espacial nas cidades. Nas cidades atuais nota-se uma onda de “higienização” dos espaços públicos com o uso de elementos segregadores: pinos metálicos evitam que pessoas sentem em determinados espaços, regadores que impedem moradores de rua a dormir na grama, pedras pontiagudas que impossibilitam as pessoas de conviver em determinada área, ou bancos divididos onde não é possível se deitar ou sentar-se de uma maneira diferente. Em geral, esses elementos configuram táticas que impedem o descanso de moradores de rua, a prática de atividades esportivas, o simples ato de sentar e conversar, esperar um ônibus ou simplesmente permanecer no espaço e observar a paisagem urbana. Essas são tentativas de “embelezamento” do espaço para grupos seletos, eliminando outros grupos para que apenas os selecionados possam aproveitar a cidade.

A arquitetura defensiva e hostil mantém os problemas sociais invisíveis aos olhos da sociedade. Ela é uma tentativa de sanar um ciclo de questões sociais que passam pela política, economia, cultura, educação e urbanismo. Porém, isso torna as cidades menos humanas e as consequências, como num ciclo vicioso, se refletem na intolerância e violência diárias. Esse modelo de segregação explícita transforma fortemente a qualidade do espaço público e noções de limites entre público e privado. Caldeira (2000) ressalta o desenvolvimento de dois novos modos de discriminação, a privatização da segurança a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados. Os espaços privatizados fortificados são fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalhos empresariais, ou condomínios residenciais. É uma tipologia que atrai aquela parte da sociedade que teme a heterogeneidade social dos bairros e prefere abandoná-los deixando-os para a parcela pobre da população. Por se tratar de um tipo de espaço fechado cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenha usos coletivos e semi-públicos, o espaço privatizado é uma tipologia que transforma profundamente o caráter do espaço público, contradiz diretamente com os ideais de sociabilidade, acessibilidade e igualdade, que são a base para organizar o espaço público atual. De acordo com Caldeira (2000), o novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não democrático e não-moderno. A violência urbana se origina da miséria e desigualdade, não serão muros e barreiras físicas que solucionarão o problema, eles simplesmente reforçarão a exclusão.

Segundo Varna (2011), a relação entre espaço público e políticas públicas é complexa. Por um lado, o caráter de cada espaço público é resultado de um processo de desenvolvimento histórico, mas, por outro, o pesquisador deve observar e investigar as medidas de controle e políticas adotadas que afetem o caráter público desse espaço. Quanto à gestão do espaço público, diferentes políticas e medidas são adotadas no sentido de minimizar os possíveis perigos derivados do espaço público como um espaço que acolhe a diferença, encontros inesperados e liberdade de expressão. A política de “arquitetura do medo” aparece tanto em zonas ricas, quanto em zonas pobres, em residências ou imóveis comerciais e, normalmente, seus critérios são: separação da rua e vigilância constante. Dentre outros mecanismos evidentes de proteção, estão os espaços fechados, centros comerciais isolados, climatizados e afastados. Estes são acontecimentos intencionais vistos como símbolo de crescimento, o que demonstra que as cidades atuais estão num contexto deformado.

Há uma estreita relação entre espaço público e controle. O espaço público, visto como modelo de liberdade de expressão, tem a qualidade de promover a interação entre pessoas, espontâneos e inesperados encontros, o que, por si só, faz com que seja um "espaço descontrolado" mais do que outros espaços urbanos. Com a atual e crescente tendência em controlar os espaços públicos há, cada vez mais, ambientes que reduzem o potencial para encontros inesperados e a base para uma vida social saudável. Isso se dá devido a uma grande variedade de modos de controle relacionados, tanto à gestão quanto à concepção dos espaços públicos e nota-se que há uma estreita ligação entre privatização do espaço público e aumento nos modos e medidas de controle. Alguns estudiosos apreciam a ideia de falar e agir livremente, pois quando se age deste modo é que se aprende mais sobre eles e, portanto, sobre nós mesmos.

Com a cidade não é diferente, o caráter público dos espaços possui relação com a liberdade e ausência de controle explícito. O prazer de um espaço urbano utilizado livremente é o espetáculo dessas peculiares formas e a chance de um encontro interessante. A autora Varna (2011) define que num mundo ideal o espaço

público perfeito não teria necessidade da presença de qualquer forma de controle (polícia ou câmeras). Haveria sempre "os olhos na rua" de Jane Jacobs. Varna (2011) não nega a importância do papel da polícia na sociedade civil contemporânea, apenas afirma que um espaço público ideal não precisaria de presença visível de controle. Na prática, o espaço da cidade está cada vez mais sendo detido ou gerido por interesses privados, ainda que com a aparência de espaços públicos, numa nova tendência de enclausuramento. Por espaço público privatizado, refere-se àquele espaço que aparenta ser público, como uma praça ou rua, mas é na verdade possuído e controlado por um proprietário privado ou até mesmo gerenciado de maneira privada por um proprietário público. De qualquer maneira, regras diferentes são aplicadas. É uma tendência que tem sido impulsionada para os sistemas de regeneração do setor privado e reforçada pela infinidade de leis públicas cada vez mais controversas.

Em Londres, a privatização de espaços públicos iniciou nos anos 80, na área de *Canary Wharf*, e cresceu a partir dali. O processo foi impulsionado em 2004, quando a base legal mudou, permitindo que as ordens de compra compulsórias fossem avaliadas. Anteriormente deveria haver "interesse público" para comprar as áreas. A partir das mudanças de lei bastava demonstrar "interesse econômico". Edifícios de escritório rapidamente se mudaram para a área, o que aguçou os olhares das autoridades locais, enxergando uma possibilidade economicamente vantajosa de reformular a cidade. Em muitos desses espaços, as autoridades locais estavam estranhamente dispostas a ceder espaços públicos em suas relações com os desenvolvedores. E então surgiu o *Business Improvement District* (termo traduzido como "distrito de melhorias nos negócios"), administrado pelas autoridades locais e financiado por negócios locais. Junto com essa administração privada vêm as regras e um conjunto de policiais para vigiar a área, o que significa que não haveria mais apresentações de rua, músicas, piqueniques, álcool, fotografias, jogos, skates, patins, bicicletas e, até mesmo, protestos. O fato de o governo e a câmara municipal de Londres estarem nessa área, significa uma afronta à democracia cívica. A vigilância está espalhada, geralmente via CCTV, e as ruas foram privatizadas sem que ninguém percebesse. De fato, nota-se que alguns espaços são controlados pelo setor privado, principalmente pelos avisos. Por exemplo, uma placa afixada de área

para não fumantes demonstra um controle privado num espaço que parece ser público.

Os atuais *shoppings* e grandes comércios seguiram este padrão. O jornalista John Harris falou sobre o *Bristol's Cabot Circus*, um espaço parcialmente coberto e parcialmente aberto. O *Cabot Circus* se integra à cidade e suas áreas abertas de gramado são desconcertantes para aspectos do desenvolvimento, pois apesar de parecerem ser áreas públicas comuns, são na verdade de domínio privado. Essas novas tipologias de espaços na cidade possuem as usuais regras dos *shoppings centers*, mas por fazerem parte da paisagem urbana, colocam os usuários em dúvida. Anna Minton (2006) afirma que "apesar de essas regras não parecerem tão significativas, a partir do momento em que se tornam leis são acrescidas de orientações e instrumentos legais, tornando situação bem diferente".

Os pontos principais vistos nessa seção foram relativos aos espaços públicos das cidades contemporâneas, que ganham significado a partir dos usos dados pela população. Diante de diversos problemas sociais, a população se vê numa situação de insegurança e desamparo, o que acarreta num medo generalizado nas cidades. Na tentativa de solucionar as adversidades da atualidade, a própria sociedade procura estabelecer o controle dos espaços de diversas maneiras, o que modifica substancialmente os aspectos da cidade. Uma das maneiras encontradas e julgadas pela população como solução para seus problemas é a privatização de espaços, seja criando áreas enclausuradas para alguns segmentos da população, seja implantando mecanismos de vigilância em espaços inicialmente públicos. De modo geral, diversos autores citados no decorrer do texto defendem que essa prática é excludente e reforça aspectos de desigualdade social. Como citado anteriormente, um dos modos de vigilância existentes e amplamente difundido na atualidade é a tipologia de CCTV. Nos capítulos seguintes trataremos especificamente dos dispositivos de câmeras de segurança para vigilância e monitoramento voltados aos espaços públicos.

2.2. O Fenômeno da Vigilância, Monitoramento e Controle

Neste subcapítulo procura-se demonstrar os usos da vigilância na sociedade contemporânea e as atuais consequências da disseminação de novas tecnologias da informação e comunicação. A esses temas relacionam-se ainda conceitos sobre disciplina e controle e procura-se enriquecer a discussão analisando as teorias com a visão da exclusão social.

2.2.1. Vigilância e Tecnologias da Informação e Comunicação no Mundo Contemporâneo

A evolução e disseminação rápida e silenciosa das tecnologias trouxeram mecanismos cada vez mais acessíveis e adaptados às necessidades da sociedade. Os problemas sociais, a generalização do medo e a ausência do governo na cidade contemporânea trouxeram a necessidade de controle e proteção pelos próprios cidadãos. Uma das práticas privadas mais utilizadas atualmente é a do uso de câmeras de vigilância e monitoramento. De acordo com Bauman e Lyon (2013), à medida que o mundo vem se transformando ao longo de sucessivas gerações, a vigilância assume características sempre em mutação. A tecnologia está se modificando, trazendo consigo mudanças na sociedade. Mas o que se entende por “vigilância privada”? Para Lemos (2009), o termo pode ser entendido como

um ato com vistas a evitar algo, como uma observação com fins de prevenção, como um comportamento atencioso, cauteloso ou zeloso. É interessante notar que a palavra tem sentidos diferentes em francês e inglês, mas não há a distinção em português. Em inglês e francês há duas palavras, com as mesmas grafias e os mesmos sentidos: ‘vigilant’ - para alguém que se dedica a uma atenção cuidadosa e ‘surveillance’ - para atos ligados a ação policial ou judicial com fins de proteção ao crime. Em português, vigilância/vigilante tem os dois sentidos (LEMOS, 2009, p. 623).

Em contrapartida, há outra definição do termo como “a observação intencional de ações de alguém ou, a recolha intencional de informações pessoais a fim de observar as medidas tomadas no passado ou futuro” (GOW, 2005, p. 8).

A vigilância não possui um caminho exato para percorrer, vai surgindo de maneira irregular através da tecnologia e vai tomando forma de maneira a atender os anseios da população. Deleuze (1992) introduziu a expressão “sociedade de controle”, em que a vigilância cresce de maneira flexível, como se fosse erva daninha, e não como uma árvore rígida. Ainda assim é altamente poderosa, pois tem a capacidade de captar os fluxos da cidade e transformá-los em dados corporais altamente móveis e fluidos, uma eficiente técnica de controle da sociedade. Porém, nota-se que vigilância atual ocorre principalmente em culturas caracterizadas pela fragmentação social, incertezas e inseguranças, pois muitos dos significados, símbolos e instituições tidos anteriormente como certos, atualmente estão se modificando.

As novas tecnologias eletrônicas são mutáveis, móveis e altamente poderosas, pois controlam de maneira sutil, não possuem ligação direta com o sentimento de falta de liberdade. Mais do que isso, a tecnologia atual se camufla com características de diversão e entretenimento. Bauman e Lyon (2013) confirmam que a atual face das tecnologias “permite formas de controle que apresentam diferentes faces, que não têm uma conexão óbvia com o aprisionamento e, além disso, amiúde compartilham as características da flexibilidade e da diversão encontradas no entretenimento e no consumo”.

Aspectos de disciplina e segurança possuem uma forte conexão entre si. Se os cidadãos se sentem inseguros, é provável que ajam de maneira menos disciplinada. Auxiliando na compreensão da situação das cidades contemporâneas, Bauman e Lyon (2013) afirmam que o poder e a política estão se separando. O fato é que, com o advento das novas tecnologias, o poder se expandiu para um espaço além dos limites territoriais, enquanto a política continuou local, tornando-se incapaz de ligar interesses individuais e públicos.

Com o auxílio da vigilância, é possível se utilizar de monitoramento, rastreamento, localização e observação sistemática para compreender o que ocorre no mundo. Segundo Bauman e Lyon (2013), a vigilância não diz respeito unicamente ao poder crescente das novas tecnologias, mas à forma como esse poder é distribuído.

Segundo Bauman (2000), Foucault usa o conceito do panóptico como metáfora do poder moderno, em que os prisioneiros devem a todo o tempo permanecer em espaços determinados, pois estão sob vigilância constante sem saber onde estão os vigilantes, estes, livres para moverem-se à vontade. Atualmente a controle rígido do atual panóptico é mais dissolvido e menos perceptível à sociedade. Esta é a fase que Bauman (2000) denomina “pós panóptica”.

Na cidade da atualidade, a população é permanentemente checada, monitorada, testada, avaliada e julgada. E, conforme essa vigilância se aprofunda, torna-se mais difícil de identificar a ação de quem vigia. De acordo com Bauman e Lyon (2013), a transparência simultaneamente aumenta para uns e diminui para outros, mas isso não significa algo necessariamente intencional, muito menos conspiratório.

Um dos problemas mais conhecidos relacionados a vigilância é o da falta de privacidade. Porém, há outros aspectos a serem considerados, como questões de imparcialidade, justiça, liberdade e direitos humanos. Lyon (2003) afirma que “a categorização social é basicamente o que a vigilância realiza hoje, para o bem ou para o mal”.

Outro problema da atualidade é o que Bauman e Lyon (2013) nomeiam como “adiaforização” da tecnologia. Os sistemas e processos são isentos de considerações de caráter moral e inspiram mais confiança que os seres humanos, pois estes optam por contar sua versão da história.

Andrzejewski (2008) afirma que até hoje há resquícios do panóptico, em princípios de hierarquia e distinções de classe, como por exemplo em prisões, fábricas, escolas e até mesmo nas residências.

Bauman e Lyon (2013) disseram que a destruição do anonimato da atualidade é consequência da ampla difusão de serviços de mídia social, do barateamento e facilidade de acesso da tecnologia e principalmente de uma mudança cultural na visão das pessoas sobre o que deve ser público e o que deve ser privado.

A vigilância da atualidade obtém sucesso, pois conseguiu reunir e convencer diversos atores a trabalharem a serviço de um mesmo propósito. Por um lado, a estratégia do panóptico é implantada aos poucos, trazendo a sensação de que não se sabe quando é observado, porém poderá estar sendo a qualquer momento. Por outro lado, a sensação de nunca estar sozinho transformou-se no medo de se sentir abandonado, ignorado e excluído. Segundo Bauman e Lyon (2013), o medo da exposição foi abafado pela alegria de ser notado. A condição de ver e ser visto foi transformada de ameaça para tentação.

A maneira como as pessoas se relacionam entre si é diretamente influenciada pela quantidade de informações que se tem do outro. Segundo Simmel (1996), “não divulgar informações é fundamental para formatar a interação social”. Atualmente se ultrapassam as fronteiras da privacidade, do território individual do cidadão, do poder da decisão. De acordo com Bauman e Lyon (2013), as pessoas acostumaram-se com a difusão da tecnologia, perdeu-se a coragem, energia e disposição de persistir na defesa desses direitos pessoais.

Atualmente, o cidadão que mantém sua invisibilidade tem a tendência a ser rejeitado ou até mesmo considerado suspeito. A sociedade contemporânea é confessional, eliminou a fronteira entre o que é público e o que é privado, tornou obrigatória a exposição pública do que inicialmente era privado. Bauman e Lyon (2013) fizeram um sábia observação relativa a este conceito: “no final, a escolha é entre segurança e liberdade: você precisa de ambas, mas não pode ter uma sem sacrificar pelo menos parte da outra; e quanto mais tiver de uma, menos terá da outra”.

2.2.2. O Poder da Disciplina

De acordo com Foucault (2008), “o ato de vigiar não é apenas dedicar um olhar constante ao indivíduo, o principal é estruturar uma maneira em que o indivíduo se sinta vigiado”. Ao sentir que está sendo observado, o cidadão interioriza a repressão do poder e passa a ser o princípio de sua própria vigilância. Essa tem sido a

estratégia mais eficaz para manter o controle e ordem em diversos setores da sociedade.

A disciplina não é um poder que reduz as forças, mas as multiplica para utilizá-las unidas. Ela é capaz de adestrar uma população inteira confusa, imóvel e sem opinião, como se fossem elementos individuais. Segundo Foucault (2008), o grande poder da disciplina é a capacidade de tornar os indivíduos, ao mesmo tempo, objetos e instrumentos de seu exercício. Um dos simples instrumentos a que se deve o sucesso da técnica disciplinar é o olhar hierárquico claramente direcionado a quem está sendo vigiado. Foucault (2008) afirma que o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar, um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

A vigilância baseada na hierarquia funciona devido às novas mecânicas de poder que traz consigo. Seu poder é múltiplo, automático e anônimo, funciona como uma rede de relações. Um indivíduo produz o poder, distribui outros indivíduos sob seu contínuo e permanente cuidado, pois está o tempo todo por toda a parte. A vigilância controla, em silêncio, inclusive os que estão encarregados de controlar. A disciplina se autossustenta discretamente por seus próprios mecanismos. É um tipo de poder menos corporal, pois é mais sabiamente físico. Segundo Foucault (2008), graças às técnicas de vigilância, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, ou à violência.

Juntamente com a vigilância, a regulamentação é outro grande instrumento de poder, que carrega um grau de normalidade ao corpo social homogêneo que a segue. Foucault (2008) diz que a regulamentação é ainda capaz de classificar, hierarquizar e selecionar. Ao mesmo tempo em que obriga a homogeneidade da população, ela individualiza, permitindo medir desvios, determinar níveis, fixar especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.

Foucault (2008) utiliza o termo “exame” para definir a combinação de técnicas de hierarquia vigilante juntamente às sanções normalizadoras, de modo que, mesmo na homogeneidade, é possível estabelecer sobre os indivíduos uma visibilidade a

fim de que sejam diferenciados e sancionados individualmente. O exame permite dois aspectos: um é de que o indivíduo se constitua num objeto descritível e analisável, sob o controle de um saber permanente, porém mantendo traços e aptidões individuais. Por outro lado, esse sistema comparativo permite medir os fenômenos globais, descrever grupos, caracterizar fatos coletivos, estimar desvios dos indivíduos entre si e como se distribuem na sociedade. O indivíduo é uma representação da sociedade e uma realidade fabricada pela disciplina. Foucault (2008) diz que é necessário enxergar o poder com perspectivas além das negativas, pois esta apenas cumpre seu papel de produzir a realidade.

A superposição das relações de poder com as de saber são extremamente poderosas. No antigo Panóptico de Bentham o vigiado é visto, mas não vê nada, já o vigia vê tudo e não é visto. Esse fenômeno assemelha-se ao atual uso de câmeras de vigilância. Um dos efeitos mais importantes do Panóptico é o de induzir no observado um estado consciente e permanente de sua visibilidade, o que assegura o funcionamento automático do poder, mesmo que essa ação seja descontínua. O poder deve ser invisível e inverificável, ou seja, mesmo que o vigiado tenha o equipamento diante de seus olhos, fica em dúvida se está sendo observado, porém tem a certeza de que sempre pode estar sendo. Uma submissão real nasce mecanicamente de uma relação ilusória, de maneira que não seja necessário recorrer à força para obrigar o vigiado ao bom comportamento. O mesmo princípio do Panóptico pode ainda ser utilizado sempre que a situação se tratar de controlar múltiplos indivíduos, a quem se impõe uma tarefa ou comportamento. É possível reduzir o número de pessoas que exercem a vigilância ao mesmo tempo em que se multiplica o número de pessoas controladas e observadas.

2.2.3. O Banóptico pelo olhar da Exclusão Social

Atualmente, já se constatou que para a utilização do Panóptico deve haver limites históricos e necessidades lógicas, afinal a disciplina é poderosa e influencia de maneira complexa nas mudanças de comportamento. Segundo Haggerty (2011), talvez seja necessário estabelecer limites para seu uso. Foucault (2008) explica

Quem está sujeito a um campo visual, e sabe disso, assume responsabilidade pelas limitações de seu poder; faz com que ela explore espontaneamente suas fraquezas; inscreve em si mesmo a relação de poder na qual desempenha simultaneamente dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (FOUCAULT, 2008, p. 56).

Esse modo de visibilidade é uma grande armadilha, que o próprio vigiado ajuda a construir. É importante ressaltar que esse tipo de prática, do modelo panóptico, é principalmente usado em espaços onde as pessoas são caracterizadas como inferiores na escala hierárquica, ou até mesmo excluídas. A única forma de autoafirmação possível para os vigiados é fazer eles mesmos aquilo que os dominadores desejam realizar, ou seja, fazer o trabalho dos dominadores. Visto isso, as tendências de comportamento dos vigiados podem variar entre o aspecto racional de ir ao encontro de recompensas e evitar punições, e o aspecto irracional de iniciativa, audácia, experimentação, autoafirmação, emotividade, prazer e busca por diversão.

Bauman e Lyon (2013) lançam o termo “vigilância líquida” para caracterizar a ampla disseminação da vigilância e tecnologia nas cidades atuais: “na vigilância líquida tudo se move, da imposição à tentação e à sedução, da regulação normativa às relações públicas, do policiamento à incitação do desejo; e tudo assume, a seu turno, o papel principal no que se refere a atingir os resultados desejados” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 59).

O sociólogo Wacquant (2008, p. 25) lança o termo “panopticismo social”, que define os projetos voltados para uma possível promoção do bem-estar da população de mais baixa renda, porém submetendo-a a uma forma cada vez invasiva e intensa de vigilância punitiva.

O principal estudioso do tema, Didier Bigo (2011) propõe o termo “Banóptico” para definir o uso disseminado de tecnologias para elaborar perfis sociais, determinando os alvos que serão colocados sob vigilância específica. Normalmente o alvo em questão trata-se das “minorias indesejadas”, em que o Banóptico é capaz de traçar perfis, excluindo certos grupos devido a seu possível comportamento

futuro; normalizar grupos não excluídos, permitindo a livre troca de bens, capital e informação. O Banóptico causa efeitos de poder e resistência que podem ser sentidos além dos limites entre Estado e sociedade. É um fenômeno contrário ao Panóptico, pois ao invés de manter os vigiados “dentro”, ele mantém distância e convence de preocupações relativas a segurança. Segundo Bauman e Lyon (2013), “a exclusão social, razão de ser do banóptico, é em sua essência análoga a um veredicto de morte social, ainda que na grande maioria dos casos a sentença implique uma ordem de adiamento da execução”. Bigo (2011) sugere que a atual “insegurança global” é crescente devido a elementos existentes que visam vigiar, monitorar e controlar os movimentos da população. A vigilância da cidade contemporânea conecta o que Foucault anteriormente separou: disciplina e segurança, de tal maneira que segurança é vigilância, pois suas técnicas em constante evolução monitoram as mobilidades num mundo assombrado pelo risco.

As câmeras de segurança e vigilância estão entre os principais dispositivos representantes do atual Banóptico. É um fenômeno cíclico em que os próprios cidadãos vigiados são os que vigiam, de modo que, quem não se adequa à prática, não é considerado confiável e, portanto, mantido de fora do grupo social. Diante da prática da tecnologia de vigilância dos tempos de hoje é possível definir duas características: o confinamento e a exclusão. Outro aspecto que é possível observar neste fenômeno, é que os cidadãos dos espaços vigiados são considerados supérfluos à comunidade:

Em suma, lixo, o antônimo de ‘coisa útil’, sem utilidade possível. Com efeito, a única habilidade do lixo é sujar e atravancar um espaço que, de outro modo, poderia ser proveitosamente empregado. O principal propósito do banóptico é garantir que o lixo seja separado do produto decente e identificado a fim de ser transferido para um depósito adequado (BAUMAN; LYON, 2013, p. 67).

Mathiesen (1997) discute sobre as diferenças entre o Panóptico, que se trata de poucos vigiando muitos, e o Sinóptico, que se trata de muitos vigiando poucos. O ponto principal de sua discussão é que os efeitos que ainda restam do Panóptico devem ser entendidos juntamente com o Sinóptico, pois um ajudou a moldar os

efeitos do outro. O autor sugere que o Panóptico pode encontrar um aliado nos tempos atuais como, por exemplo, nos meios de comunicação em massa.

Um fato que tem intensificado a sensação global de estar em curso uma ameaça iminente foi o ocorrido de 11 de setembro nos Estados Unidos. A ausência do governo, unida ao medo da sociedade, levou-os a procurar encontrar por conta própria as soluções para diversos problemas sociais. A responsabilidade na cidade contemporânea foi indiretamente delegada à comunidade: “o que antes era visto como dever dos gerentes, a ser realizado à custa deles e por seu esforço, foi transferido para os objetos do gerenciamento, lhes foi ‘terceirizado’” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 70).

2.3. Manifestações e Implicações de uma Sociedade Tecnológica e Vigilante

Neste subcapítulo trata-se das características referentes à sociedade atual, que se utiliza de uma diversidade enorme de equipamentos tecnológicos e, que talvez esteja mais ausente devido a essa automação. A este tema relaciona-se ainda o conceito de ética devido ao uso indiscriminado de tecnologias de vigilância.

2.3.1. Sociedade Ausente e Automatizada

Uma das características mais surpreendentes propiciadas pelo enorme desenvolvimento tecnológico da atualidade foi a capacidade amplificada de agir à distância. Junto a essa possibilidade, a tecnologia ainda trouxe consigo a possibilidade de agir de maneira discreta e silenciosa, de estar por trás de máquinas e dispositivos. Esse aspecto gera um problema social: a isenção de responsabilidade. O ser humano que opera a máquina sente-se mais confortável em não ser diretamente responsável pelos atos que toma, facilitando ações inconsequentes e até mesmo negativas. Se usada sem medidas, essa evolução tecnológica certamente pode ter consequências éticas negativas para a sociedade.

A capacidade instrumental devido à evolução tecnológica leva a sociedade, ao invés de ajustar os meios a partir dos fins, a determinar os meios a partir da disponibilidade dos fins. Com a imensa quantidade de dispositivos e mecanismos disponíveis, encontra-se a cada dia novas necessidades para que seja possível utilizá-los. Bauman e Lyon (2013) confirmam que atualmente as pessoas escolhem coisas para fazer simplesmente porque a tecnologia para isso foi desenvolvida.

Relativo ao hábito atual de a sociedade esconder-se manipulando as novas tecnologias de vigilância, Arendt (2004) tratou essas responsabilidades flutuantes e suas consequências nominando-as de “responsabilidade de ninguém”:

Trata-se de um expediente utilizado, com efeitos assombrosos, pelos perpetradores do Holocausto muito antes do advento da sofisticada tecnologia de vigilância atual, mas que se tornou muito mais limpo, suave, hábil e livre de problemas para quem dá as ordens. E, como

já sabemos, fazer flutuar a responsabilidade é um dos difundidos e eficazes estratagemas da adiaforização (ARENDR, 2004, p. 90).

Anders (2007) alertou que “se algo simboliza a natureza satânica de nossa condição, é precisamente a inocência do gesto” (ANDERS, 2007, p. 52). Um operador de equipamento de vigilância pode estar desempenhando uma função negativa, porém se mantém seguro, afinal não será acusado de imoralidade. A culpa se esconderá por trás do dispositivo. Mesmo que o propósito da vigilância não seja declaradamente mau, seus propósitos englobam a exclusão de alvos selecionados para além do território.

Todos os dispositivos e sistemas criados pelo desenvolvimento tecnológico são consequência de relações culturais, sociais e políticas. Tudo o que se denomina “tecnologia” é característica de relações sociotécnicas, ou seja, sua união com aspectos da sociedade, de modo a exibir tendências morais.

A maior parte dos serviços de vigilância está implicitamente envolvida com questões de controle e poder, porém existe também a possibilidade de que ela possa estar positivamente a serviço da sociedade. Bauman e Lyon (2013) afirmam que diariamente são criadas novas e mais evoluídas formas de tecnologia e que, ao aceitarmos uma ação, somos da mesma forma compelidos a aceitar os riscos a que ela estão inevitavelmente associados. Mesmo que a tecnologia tenha sido criada para um propósito, ela pode ter consequências que causem justamente o oposto do objetivo buscado. “Uma tecnologia voltada para a incapacidade também pode ter algumas utilidades para os que buscam o oposto” (SILVERSTONE 2003, p. 469).

Uma das principais justificativas para o uso ilimitado da vigilância é a busca por segurança e acredita-se que o principal meio se obter segurança na sociedade contemporânea esteja nas novas tecnologias de vigilância. Essas soluções estão disseminadas nos grandes centros urbanos com o suposto propósito de proteger, no entanto os perigos não são exatamente claros. Segundo Bauman e Lyon (2013), os subprodutos desse fenômeno são diferentes formas de medo, uma insegurança fortemente sentida pelas pessoas muito pobres, quem as medidas de segurança deveriam proteger. A população atual se utiliza dos meios tecnológicos de

segurança para tentar tornar suportável viver diante da sensação de medo generalizada. Monahan (2010) mostra que existem diversos tipos diferentes de culturas de segurança com infraestruturas de vigilância correspondentes, porém que todas possuem consequências semelhantes. Gera inseguranças e simultaneamente agravam as desigualdades sociais. O tema unificador de todos esses dispositivos de segurança intraurbana é o medo do outro.

A princípio, maior parte da população sente medo de outra pessoa, seja um vizinho, transeunte, ou qualquer estranho. Se todos os moradores da cidade são estranhos entre si, conclui-se que todos são suspeitos de portar o perigo, o que os leva a desejar que essas possíveis ameaças sejam homogeneizadas e reunidas num conjunto controlado de suspeitos. Espera-se que esse conjunto mantenha-se afastado, uma para manter-se livre da ameaça e outra para não ser classificado como parte dele. Talvez por esse motivo tem-se investido tanto nessa densa rede de medidas de proteção e vigilância e, conseqüentemente, seleção, segregação e exclusão social. De acordo com Bauman e Lyon (2013), precisamos acusar para sermos absolvidos, excluir para evitarmos a exclusão. A sociedade confortavelmente confia e acredita nos dispositivos de vigilância, do contrário poderá se tornar seu próximo alvo.

Observar o contexto dessa sociedade tecnológica e vigilante leva a crer que a maioria dos cidadãos tornou-se viciada por segurança. Minton (2006) confirma, a necessidade de segurança tornou-se viciante, as pessoas descobrem que, embora tenham muito, isso nunca será suficiente. Minton (2011) diz que o medo alimenta o medo.

O grande paradoxo do mundo atual é que, mesmo estando altamente protegidos, com dispositivos de segurança por toda a parte, a insegurança da cidade contemporânea é imensa. A preocupação com o medo é diária para a sociedade. De acordo com Bauman e Lyon (2013), as tecnologias de segurança são parte de uma configuração social e política mais ampla, relacionada ao risco e a seu primo próximo, a incerteza. Portanto, provavelmente, a única solução que poderá ter algum efeito real seria a criação de uma política globalizada.

O poder da vigilância encontra-se na capacidade de enxergar permanentemente e, segundo Murray (2006), “o domínio da batalha contemporânea começa com a capacidade de a pessoa ver, visualizar, observar ou encontrar”. As tecnologias de vigilância têm seus olhos sempre abertos às ruas e são capazes de coletar dados abrangentes e fluxos de informações pessoais, o que as torna riscos reais à vida da população. Talvez todo esse equipamento não seja necessário. Talvez não se tenha ideia das consequências que tudo isso pode causar.

O desejo de cada vez mais vigilância é somente uma manifestação, embora uma das mais espetaculares e estimulantes do pensamento. O cerne da ânsia humana, demasiadamente humana, por transcendência é o impulso no sentido do conforto e da convivência; de um hábitat que não tenda a causar problemas nem preocupações, que seja totalmente transparente, sem guardar surpresas e mistérios, sem jamais nos pegar desprevenidos ou despreparados; um mundo sem contingências nem acidentes, ‘consequências imprevistas’ ou reversos da fortuna (BAUMAN; LYON, 2013, p. 109).

Bauman e Lyon (2013) discutem sobre a possível explicação de Freud para a inquietação do atual fenômeno de instalação de trancas, câmeras de segurança, e tantos outros dispositivos de proteção. É a busca pelo insaciável desejo de tranquilidade que, no entanto, nunca será completamente satisfeito durante a vida. A ironia é que esse desejo só poderia ser satisfeito durante a morte, contudo, é justamente essa sensação que torna a sociedade compulsiva, obsessiva e viciada na construção de ordem e proteção. Esse ciclo mantém a sociedade viva e ansiosa e, a busca por controle a torna insatisfeita e insaciável, resultando numa realidade desordenada e carente de mudanças. O criador da psicanálise afirma ainda que a vigilância será uma das raras indústrias em que não se deve temer a falta de emprego.

Se a sociedade continuar acreditando que a solução para um mundo mais tranquilo seja a criação de tecnologias maiores, mais rápidas, evoluídas e conectadas, continuará se fechando para outras opções. É preciso ampliar os horizontes e buscar novas ideias para um novo contexto da sociedade.

Bauman e Lyon (2013) citam cidades antigas, como Babilônia e Nínive, as quais possuíam culturas fechadas e protegidas contra ataques externos, numa cultura onde a segurança era constituída de muros e máquinas, porém com uma visão de cidade onde fazer justiça e amar o próximo vinham antes. A partir do compromisso com o bem-estar do próximo, surgem sentimentos de paz, prosperidade, liberdade e conseqüentemente a tão buscada segurança. Essas são cidades de cultura baseada na inclusão e confiança.

2.3.2. Contornos e Limites Éticos na Sociedade da Vigilância

A vigilância voltada para questões de segurança confronta-se com questões de ética. É dado o nome de “adiaforização” ao processo de separação total entre o ato do monitoramento e qualquer tipo de consideração moral. A outra questão é o fato de a vigilância tornar mais eficiente o processo de manipular ações à distância, o que distancia o ator das conseqüências de seus atos. De acordo com Marx (1998), a ética é necessária para a reformulação de um novo tipo de vigilância pelo fato de a mudança tecnológica ocorrer tão depressa, com conseqüências tão profundas no campo da segurança – que formas de regulação antigas precisam urgentemente ser atualizadas. O trabalho de Marx sugere regras e intervenções aplicáveis ao fenômeno de difusão da vigilância, dando prioridade à dignidade do ser humano e reforçando a prevenção de prejuízos referentes ao uso da tecnologia, estando ou não a população consciente de que é objeto de vigilância.

A atual vigilância eletronicamente controlada, inevitavelmente envolve o cotidiano de seres humanos, de maneira que os corpos são informatizados e reduzidos a dados. Por ser eletrônica, essa mediação permite maior distanciamento entre o ator e o resultado da ação. O resultado dessa adiaforização ocorre de tal forma que a responsabilidade do vigilante é eliminada no processo e, ainda, o conceito da informação reduz a humanidade a dados, independente da complexidade dos fatos. São aspectos humanos e emocionais reduzidos a números. Esses valores podem prejudicar as relações interpessoais, pois se os aspectos emocionais só são descobertos diante do reconhecimento da responsabilidade

pessoal pelo outro, há algo extremamente contraditório nos sistemas de vigilância, que parecem eliminar a capacidade de relação de maneira muito sutil. Introna (2003) ressaltou a importância de como o efeito de distanciamento da tela pode desfigurar o outro, o observado. Quando a vigilância categoriza e filtra os aspectos a serem observados, as pessoas são selecionadas e excluídas. São desconsideradas muitas de suas outras características pessoais.

Atualmente as ambições éticas e ditatoriais ficaram esquecidas, os vigilantes possuem uma solução melhor para o controle e dominação: transferir os deveres gerenciais para os próprios gerenciados. Dessa forma, aos olhos dos vigilantes os observados deixam de ser prejuízo e passam a ser uma vantagem, se transformam de seres passivos a ativos. Bauman e Lyon (2013) afirmam que a “terceirização” dessa tarefa para a parcela de população que se encontra na extremidade da operação gera lucros aos gerenciadores.

A vigilância aplicada na segurança das cidades pode até anular alguns aspectos de caráter moral ao se manifestar em ações de proteção que não são nada inocentes, mas para isso há consequências. Segundo Bauman e Lyon (2013), ainda estamos esperando em vão pelo bolo que possamos comer e preservar, ainda que essa descoberta seja novamente anunciada a cada sucessiva novidade tecnológica (BAUMAN E LYON 2013, p. 129).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Roteiro da Metodologia

Na presente pesquisa foi realizada uma investigação de natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter exploratório multimétodos. Quanto às técnicas, foram utilizados mapeamento, classificação tipológica e um *survey*. O mapeamento aconteceu juntamente com a classificação, a fim de construir a espacialização das situações existentes de monitoramento privado em espaços públicos. O *survey* realizado com residentes, comerciantes e empresas de seguranças privadas é relativo a práticas de monitoramento e vigilância. Quanto à abrangência da pesquisa, o universo foi a cidade de Curitiba e a amostra do tipo não probabilística intencional, tendo sido selecionados dois bairros que representassem populações com faixas de renda distintas: Cabral e Prado Velho, onde foi realizado o mapeamento. A unidade de observação restringiu-se à população de residentes, comerciantes e empresas que possuem câmeras de vigilância particulares voltadas para o espaço público e que estão dentro dos dois bairros selecionados. No que se refere à coleta de dados, as etapas seguidas durante a pesquisa foram:

- **Pesquisa Bibliográfica** para iniciar o embasamento da fundamentação teórica e captar os aspectos essenciais de análise;
- **Coleta documental** de registros confiáveis, como mapas, tabelas e dados gerais de investigação elaborados previamente pelo IPPUC e Prefeitura de Curitiba, buscando extrair o maior número de informações que embasassem a seleção dos bairros que seriam mapeados e analisados;
- **Levantamento de campo** para mapear todas as câmeras dos bairros selecionados, quanto a aspectos de localização, quantidade e propriedade, dados esses que foram organizados em mapas, tabelas e gráficos e fotografias, possibilitando comparações e análises;
- **Observação direta sistemática** durante o mapeamento de câmeras do levantamento de campo, visando captar aspectos quantitativos e qualitativos da atual situação do fenômeno. O observador trabalhou de maneira passiva sem interação com o entorno, baseando-se num roteiro de pesquisa com os aspectos mais importantes que deveriam

ser coletados. Todas as informações foram registradas no momento da coleta e com exatidão;

- **Organização e catalogação** das informações coletadas em campo, bem como alimentação de planilhas contendo todos os dados;
- **Construção tipológica** das situações das câmeras encontradas em campo, levando em consideração características específicas de cada caso, como por exemplo, modelo de câmera, localização, posicionamento, entre outros;
- **Questionário *survey*** com 15 questões fechadas, não sendo necessário saber os dados pessoais do respondente. As informações coletadas possibilitaram uma perspectiva realista e atual do fenômeno estudado e serviram como importante elemento de comparação com os dados teóricos.

Os temas julgados pertinentes pela pesquisadora foram relativos às definições de limites do espaço público, ao fenômeno da vigilância por meio de tecnologias da informação e comunicação e à atual sociedade tecnológica e vigilante. Essas definições de temas foram os eixos de discussão e se transformaram nos tópicos da fundamentação teórica.

A partir do momento em que se tem o domínio intelectual das temáticas relativas ao objeto de pesquisa, é possível a sistematização de uma fundamentação teórica que embase as relações que devem ser observadas com mais atenção, procurando compreender o fenômeno. Após se aprofundar nos temas e direções a serem tomadas foi estabelecido um roteiro de ação e cronograma para as etapas seguintes de pesquisa.

A pesquisa teórica deu-se no decorrer de quase todo o trabalho, buscando sempre encontrar referências de autores com diversas linhas de pensamento. A etapa de coleta documental foi realizada a fim de preparar o levantamento de campo, que ocorreu juntamente com a observação. Após isso foi iniciada a organização e catalogação dos dados encontrados em campo e, no final dessa fase, já foi possível começar a construir as tipologias das situações encontradas em campo. A etapa seguinte foi a do *survey*, realizado por meio da aplicação de um

questionário nos bairros, que tomou um tempo maior que o esperado, devido a conflitos sociais existentes na época da pesquisa. Portanto, juntamente com o final da aplicação dos questionários, já foram iniciadas as análises que embasam a conclusão do estudo.

3.2. Aplicação da Metodologia

A escolha dos bairros resultou da **Coleta Documental** de dados do IPPUC e Prefeitura de Curitiba e foram levados em consideração aspectos referentes à renda média por domicílio, índice de violência, extensão territorial e estudo bibliográfico. Deveriam ser selecionados dois bairros de aspectos contrastantes e que tivessem dimensões semelhantes para que fosse possível analisar se há realmente relação entre renda, criminalidade e o controle na sociedade através do uso de câmeras de vigilância e monitoramento.

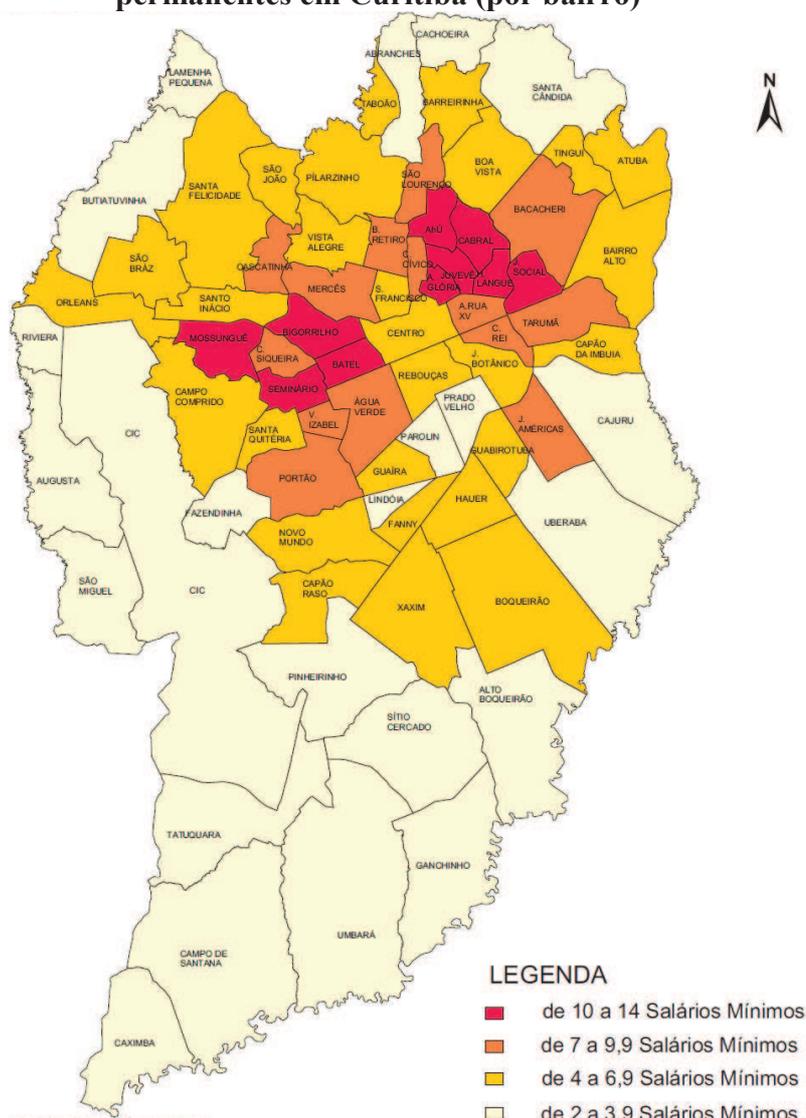
Tabela 3 -Classificação dos bairros quanto à renda média mensal

Bairro	Classificação	Renda média (R\$)
Batel	1º	10.340
Jardim Social	2º	9.302
Cabral	3º	7.904
Prado Velho	62º	1.548

Fonte: Agência Curitiba

Edição pela autora – foco nos bairros Cabral e Prado Velho.

Figura 1 - Mapa de rendimento mensal mediano dos domicílios particulares permanentes em Curitiba (por bairro)



Fonte: IPPUC – Banco de Dados, Monitoração e Geoprocessamento.

A grande diferença de renda entre os bairros Cabral e Prado Velho foi um dos aspectos determinantes para a escolha, sendo o bairro do Cabral o de renda mais alta com a média de R\$7.904,00 e o bairro Prado Velho com a média de R\$1.548,00. Outros critérios de escolha foram a distância até o centro da cidade e as dimensões semelhantes dos bairros.

Tabela 4 -Extensão dos bairros e distância relativa ao marco zero da cidade

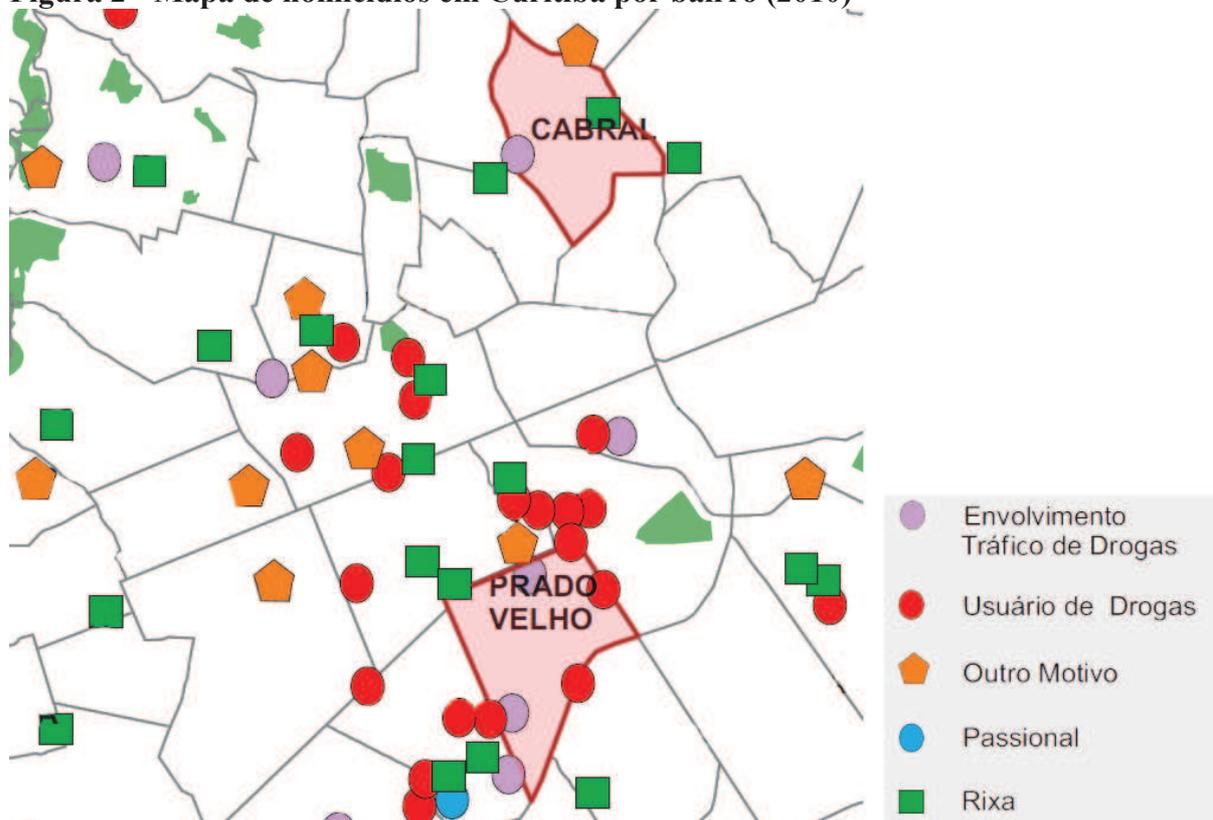
Bairro	Extensão (km ²)	Distância (m) do marco zero
Cabral	2,04	3.324
Prado Velho	2,43	3.530

Fonte: IPPUC - Curitiba em dados

Edição pela autora – foco nos bairros Cabral e Prado Velho.

Outra característica importante para a seleção das áreas a serem analisadas foi a diferença de homicídios e violência em geral nos bairros escolhidos e entorno. Foi dada preferência a áreas que fossem contrastantes quanto a esse critério.

Figura 2 - Mapa de homicídios em Curitiba por bairro (2010)



Fonte: IPPUC – Banco de Dados, Monitoração e Geoprocessamento.
Edição pela autora – foco nos bairros Cabral e Prado Velho.

Com olhar direcionado ao que deveria ser observado, a próxima etapa da pesquisa foi o **Levantamento de Campo**, em que a pesquisadora contou com o auxílio de duas estudantes de iniciação científica (PIBIC) para realizar o mapeamento de câmeras dos bairros selecionados. Antes de ir a campo já havia um roteiro dos dados que deveriam ser coletados: quantidade de câmeras por ponto, coordenada geográfica, existência de administração por empresa de segurança e fotografias das câmeras (no mínimo duas por ponto, sendo uma do posicionamento geral em relação à rua e outra mais aproximada). O posicionamento georreferenciado das situações de monitoramento foram coletados e inseridos na base do *software* ArcGIS para construção do mapeamento de todas as situações nos dois bairros.

Deveriam ser obedecidos dois critérios para a catalogação das câmeras observadas nos bairros: ser de propriedade particular, podendo ser de residentes ou comerciantes e ainda, podendo estar ou não sob os cuidados de empresas de segurança. O outro critério foi de que as câmeras deveriam estar voltadas para a vigilância e monitoramento do espaço público, caso estivessem voltadas apenas a espaços privados, não seriam englobadas na pesquisa. O objetivo do estudo foi compreender esse fenômeno apenas nos espaços públicos, analisando as manifestações territoriais advindas exclusivamente do setor privado da população.

Juntamente com a etapa de levantamento de campo ocorreu a **Observação Direta Sistemática**, visando captar aspectos quantitativos e qualitativos da atual situação do fenômeno. Os observadores trabalharam de maneira passiva, ou seja, sem interação com o entorno, baseando-se num roteiro de pesquisa pré-estabelecido com os aspectos mais importantes que deveriam ser coletados. Todas as informações foram registradas no momento da coleta e com exatidão para depois serem organizadas e catalogadas em planilhas que serviram como base para a construção tipológica das situações.

A equipe iniciou o trabalho pelo levantamento no bairro Cabral em 13 de janeiro de 2015 e encerrou em 02 de fevereiro de 2015. A pesquisa no bairro Prado Velho foi iniciada em 11 de março de 2015, tendo sido finalizada em 07 de abril de 2015. Foram levados a campo: os mapas dos bairros com seus limites e numa escala em que fosse possível visualizar todas as ruas a serem mapeadas, o roteiro padrão com os dados a serem recolhidos e mapeados e uma câmera fotográfica.

Com os mapas dos bairros impressos foram feitas subdivisões dos bairros em setores para otimizar os percursos que seriam realizados a cada dia. Este método tornou a técnica rápida e eficaz.

Figura 4 - Mapa do bairro Prado Velho



Fonte: IPPUC

A planilha com um roteiro estabelecido foi impressa e levada ao levantamento de campo, o que possibilitou um mapeamento simples e prático, os observadores já sabiam o que deveria ser coletado.

Tabela 5 - Planilha padrão com roteiro para levantamento de campo

PONTO	DATA	SETOR	CÓDIGO CÂMERA	QUANTIDADE DECÂMERAS	QUANTIDADE FOTOS	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO

Fonte: Elaborado pela equipe de levantamento.

Durante essa etapa de coleta de dados não houve resistência por parte da população quanto à presença das pesquisadoras para a captura de imagens para banco de dados. Todos os dados coletados foram **Organizados** e **Catalogados** para posterior análise.

A partir dos dados coletados foi possível iniciar a **Construção Tipológica** das situações das câmeras mapeadas. Para cada ponto mapeado nos bairros foram observadas características de cada câmera existente como: número de câmeras no ponto; modelo da câmera; localização da câmera em relação aos limites do lote; posicionamento da câmera em relação à construção; facilidade de acesso à câmera por transeuntes; existência de proteção na câmera, como gaiola ou caixa externa; posição e tamanho da câmera, com a intenção de que ficasse bem aparente ou que não fosse notada e a existência ou não de empresa de câmeras de segurança terceirizada. É importante lembrar que no item de posicionamento, cada câmera poderia enquadrar-se em mais de uma situação. Vale ressaltar que o modelo da câmera interfere no ângulo de abertura para a imagem que será coletada. Na construção tipológica foram considerados dois modelos de câmera, a tubular e a do tipo dome. Foram desconsideradas as possibilidades de haverem câmeras falsas, por serem muito semelhantes às reais. Também não foi possível considerar os aspectos de metros de alcance e qualidade das imagens que seriam coletadas pelas câmeras, pois não se podem determinar essas características apenas por observação.

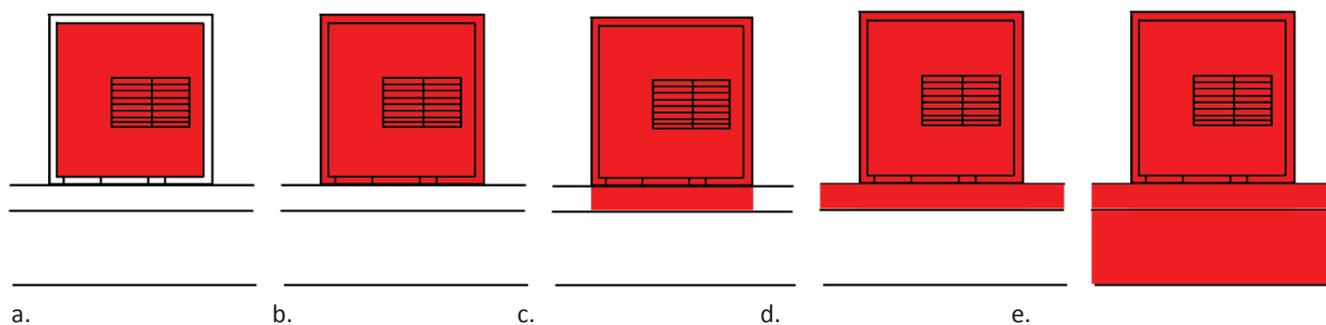
A etapa do **Questionário** foi realizada por meio do método **Survey**, que possibilitou uma perspectiva realista e atual do fenômeno e foi útil na análise e comparação juntamente com fundamentação teórica e mapeamento. Foram realizadas 15 questões fechadas, com opções pré-definidas de respostas, sendo possível acrescentar alguma informação a mais do respondente. Os sujeitos de pesquisa foram os residentes, comerciantes, funcionários, etc., ou seja, pessoas que frequentam as propriedades mapeadas. Os entrevistados foram indagados com perguntas relativas à rua que é monitorada, suas impressões relativas a segurança e fluxos.

Tabela 6 - Modelo de questionário para survey

QUESTIONÁRIO SURVEY	
Entrevistado nº _____	
Relação com o bairro: <input type="checkbox"/> Reside <input type="checkbox"/> Trabalha (contato direto com o público) <input type="checkbox"/> Trabalha (sem contato direto com público)	
Perguntas	Respostas
1. Que impressão você tem da rua que frequenta?	<input type="checkbox"/> Movimentada <input type="checkbox"/> Tranquila <input type="checkbox"/> Deserta <input type="checkbox"/> Segura <input type="checkbox"/> Insegura
2. Quanto você conhece as pessoas que frequentam essa rua?	<input type="checkbox"/> Pouco <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Muito
3. Como você utiliza a rua?	<input type="checkbox"/> Para passagem <input type="checkbox"/> Faço limpeza <input type="checkbox"/> Faço manutenção <input type="checkbox"/> Para lazer: brincadeiras, conversas com vizinhos, etc.
4. Como você se sentiria com uma câmera te vigiando no espaço público?	<input type="checkbox"/> Incomodado <input type="checkbox"/> Neutro/indiferente <input type="checkbox"/> Confortável
5. Você já presenciou alguma situação de perigo nesta rua?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim.
6. Qual é seu nível de satisfação com o governo quanto à gestão do espaço público?	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito alto
7. Por que você utiliza câmera de vigilância?	<input type="checkbox"/> Evitar roubos em minha propriedade <input type="checkbox"/> Inibir a presença de transeuntes em frente à minha propriedade <input type="checkbox"/> Observar as ações que acontecem na rua
8. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão da segurança?	<input type="checkbox"/> Muito menos segura <input type="checkbox"/> Menos segura <input type="checkbox"/> Nada mudou <input type="checkbox"/> Mais segura <input type="checkbox"/> Muito mais segura
9. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão de fluxo de pessoas?	<input type="checkbox"/> Muito menos fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Menos fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Nada mudou <input type="checkbox"/> Mais fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Muito mais fluxo de pessoas
10. Quem faz o monitoramento das imagens coletadas por suas câmeras?	<input type="checkbox"/> Você mesmo <input type="checkbox"/> Empresa de segurança contratada <input type="checkbox"/> Ambos

11. Por quantas horas diárias as imagens coletadas são acompanhadas por alguém que assiste o monitor?	<input type="checkbox"/> 0:00 – 2:00 <input type="checkbox"/> 2:01 – 4:00 <input type="checkbox"/> 4:01 – 8:00 <input type="checkbox"/> Mais de 8 horas
12. Por quanto tempo as imagens ficam gravadas?	<input type="checkbox"/> Elas não são gravadas <input type="checkbox"/> Até 24h <input type="checkbox"/> De 1 a 7 dias <input type="checkbox"/> De 8 a 15 dias <input type="checkbox"/> Mais de 15 dias
13. Quantas vezes algum tipo de ação foi desencadeada por uma situação observada pelas imagens das câmeras? (ex.: chamar a polícia, evitar que pessoas façam algo considerado incorreto, punir pessoas por fazerem algo incorreto, etc.)	<input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> De 1 a 2 situações <input type="checkbox"/> De 3 a 5 situações <input type="checkbox"/> De 6 a 10 situações <input type="checkbox"/> Mais de 10 situações
14. Na sua opinião, quem deve ter responsabilidade sobre a segurança e gestão do espaço público?	<input type="checkbox"/> Governo <input type="checkbox"/> Empresas privadas de gestão e segurança <input type="checkbox"/> Cidadãos <input type="checkbox"/> Governo + Empresas privadas <input type="checkbox"/> Governo + Cidadãos <input type="checkbox"/> Cidadãos + Empresas privadas <input type="checkbox"/> Todos os anteriores

15. Na sua opinião, até onde vão os limites do controle para que o dono da propriedade estabeleça privacidade sobre este espaço?



- a. Toda a parte interna do lote
- b. Parte interna do lote + Muros e cercas
- c. Parte interna do lote + Muros e cercas + Porção indeterminada próxima aos acessos da propriedade
- d. Parte interna do lote + Muros e cercas + Porção indeterminada próxima aos acessos e áreas próximas aos muros da propriedade
- e. Parte interna do lote + Muros e cercas + Faixa indeterminada definida pela porção do espaço captada pela câmera de vigilância da propriedade

Fonte: Elaborado pela autora.

4. UMA ANÁLISE DO PÚBLICO E PRIVADO PELAS LENTES DAS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: UM ESTUDO EM CURITIBA

A pesquisa aconteceu na cidade de Curitiba, município brasileiro de 434,967km², localizado no Paraná. A capital possui uma população aproximada de 1,85 milhão de habitantes, sendo muitos desses descendentes de imigrantes alemães, espanhóis, italianos, japoneses, ucranianos, poloneses, sírios e libaneses. É uma cidade planejada e premiada em gestão urbana, meio ambiente e transporte coletivo (Portal da Prefeitura de Curitiba, 2015). Desde 1960, Curitiba conta com um Plano de Zoneamento de Uso. Em 1965 veio o Plano Diretor, que estabelece um crescimento linearizado para a cidade, através de eixos estruturais que possuíam como base o “tripé” Uso do Solo, Transporte e Sistema Viário. No século XX o setor da indústria se agregou à economia da cidade, que antes era formada principalmente por atividades comerciais e de serviços. Nos anos 70, a cidade sofreu enfrentou uma urbanização acelerada, de população migrando do campo para a cidade, originada da substituição da mão de obra agrícola pelas máquinas (Agência Curitiba, 2015).

No início dos anos 80 todo o Brasil iniciou uma transição para um modelo de governo mais democrático. Em Curitiba, o novo momento político trouxe um ambiente menos repressor, mais livre e sem pressupostos autoritários. Os projetos não seriam mais impostos, haveria participação popular das comunidades nas decisões. Foi um período de idealismo e rico em iniciativas para suportar as novas configurações sociais e econômicas, causadas pelo crescente êxodo rural e pela concentração migratória da população nas periferias das metrópoles. Foram reconhecidas e organizadas diversas associações de bairros e moradores, assegurando a participação da população nos centros decisórios do poder municipal. O Plano de Ação para a cidade estava embasado em três diretrizes: favorecer o aumento e a distribuição social da renda; democratizar o uso da cidade e de seus equipamentos, e favorecer a participação de todos os segmentos da população na gestão da cidade (Agência Curitiba, 2015).

4.1. A escolha dos bairros

Para uma análise efetiva foram selecionados para pesquisa dois bairros de dimensões semelhantes quanto à extensão territorial e que, no entanto, possuíssem diferenças contrastantes quanto à renda média por domicílio e índices de violência. Essa heterogeneidade na escolha das áreas a serem estudadas possibilitaria uma análise acerca da relação entre renda, criminalidade e o controle na sociedade através do uso de câmeras de vigilância e monitoramento.

O bairro Cabral possui este nome, pois é uma homenagem feita à família Cabral, que antigamente era muito influente na cidade residia naquela região. Em meados do século XIX, a família doou o terreno onde foi construído um dos símbolos do bairro, a capela Bom Jesus, hoje denominada Igreja do Cabral. Os primeiros moradores que conseguiram lotes na região foram imigrantes italianos e alemães, tendo estes últimos inclusive fundado o atual clube Graciosa Country Club, que a princípio chamava-se Sport Club Germânia. Desde então o bairro vem crescendo e atualmente abriga prédios importantes, como escolas de ensino infantil e fundamental, o campus de agronomia da Universidade Federal do Paraná e, o prédio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Outro aspecto importante do bairro é a presença da Via Estrutural Norte, componente que está no topo da hierarquia do sistema viário da cidade e, que trouxe junto consigo um terminal de ônibus, grandes avenidas e a canaleta exclusiva para os ônibus biarticulados. Devido a este aspecto, o Cabral cresceu rapidamente, pois facilmente atraía uma vasta quantidade de comércio e serviços para a região. O bairro atualmente abriga residências majoritariamente de alto padrão.

O bairro Prado Velho é caracterizado pela planície, atributo este que originou ali a construção do antigo hipódromo de Curitiba, local onde se realizavam corridas de cavalos. Era um dos locais mais sofisticados da cidade, porém com a mudança do hipódromo para o bairro Tarumã, o antigo prado tornou-se conhecido como Prado Velho. O bairro Rebouças é o que separa o Prado Velho do Centro e, foi desde o início do século XX destinado a abrigar fábricas e moradias operárias, formado em seu entorno um centro industrial. Atualmente, dentro dos limites do bairro existe a universidade católica PUCPR, o colégio Medianeira, o hospital psiquiátrico Nossa

Senhor da Luz, o teatro do Paiol (antigo depósito de pólvora), comércio e prestação de serviços. O bairro possui potencial para hospedar estudantes, pois, além de abrigar a PUCPR, está muito próximo à Universidade Federal do Paraná, por isso a procura de imóveis para os alunos é grande. Atualmente a maioria das residências existentes é de baixo e médio padrão. No entanto, problemas sociais e ambientais revelam um aspecto do Prado Velho que não agrada aos moradores, como o mau odor do rio Belém e a falta de segurança sobretudo na região oeste do bairro, onde se localiza a Vila das Torres. A desigualdade social, violência e assaltos desagradam moradores e pessoas que vivem na região.

No ranking geral, Curitiba é a terceira colocada entre as capitais brasileiras, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,783. Valor superior ao nacional, que apresenta IDH de 0,727. O bairro Cabral possui IDHM de 0,954, acima da média da cidade e do país e, expectativa de vida ao nascer de 81 anos. Já o bairro Prado Velho apresenta IDHM de 0,623, abaixo da média da cidade e do país e, expectativa de vida ao nascer de 69 anos.

A população do bairro Cabral, ao longo dos anos 2000 a 2010, vem crescendo, enquanto a população do bairro Prado Velho vem diminuindo. Este fato pode estar ocorrendo devido às tipologias de edifícios que vem se instalando nos bairros. O Cabral conta com uma vasta quantidade e diversidade de serviços e comércios, que satisfazem toda a região. Já o bairro Prado Velho, conta com edifícios de ensino, muitos prédios de antigas fábricas que estão abandonados e baixa diversidade e disponibilidade de serviços e comércios. Outro aspecto a ser considerado, a fim de se explicar a taxa decrescente de população no bairro, é a sensação de segurança sentida a partir da grande desigualdade vista no Prado Velho.

Tabela 7 - População, Crescimento Absoluto e Taxa Média de Crescimento Anual nos bairros

Bairros	População		Crescimento Absoluto entre 2000 e 2010	Taxa Média de Crescimento Anual - 2000 a 2010
	2000	2010		
Cabral	11.720	13.060	1.340	1,09
Prado Velho	7.084	6.077	-1.007	-1,52
Total da Cidade	1.587.315	1.751.907	164.592	0,99

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010

Elaboração: IPPUC/Banco de dados.

4.2. O mapeamento

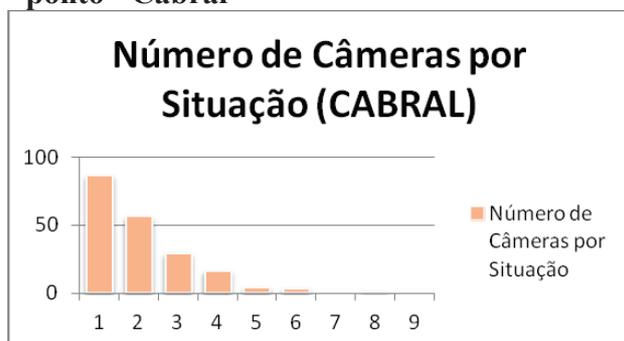
Nos dois bairros mapeados foram encontrados 303 pontos de vigilância, resultando num total de 576 câmeras. No bairro Cabral a equipe de levantamento coletou 195 pontos, com um total de 395 câmeras. No bairro Prado Velho foram 108 pontos, com um total de 181 câmeras. No bairro Cabral 87 câmeras são controladas por 27 empresas de segurança privada e monitoramento, reconhecidas por placas de identificação no ponto. O bairro Prado Velho apresentou 40 câmeras controladas por 23 empresas de segurança, como mostrado na tabela abaixo:

Tabela 8 - Tabela-resumo com os números coletados em levantamento de campo

	PONTOS	CÂMERAS	CÂMERAS CONTROLADAS POR EMPRESAS DE SEGURANÇA
CABRAL	195	395	87
PRADO VELHO	108	181	40
TOTAL	303	576	127

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 5 - Quantidade de câmeras por ponto - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

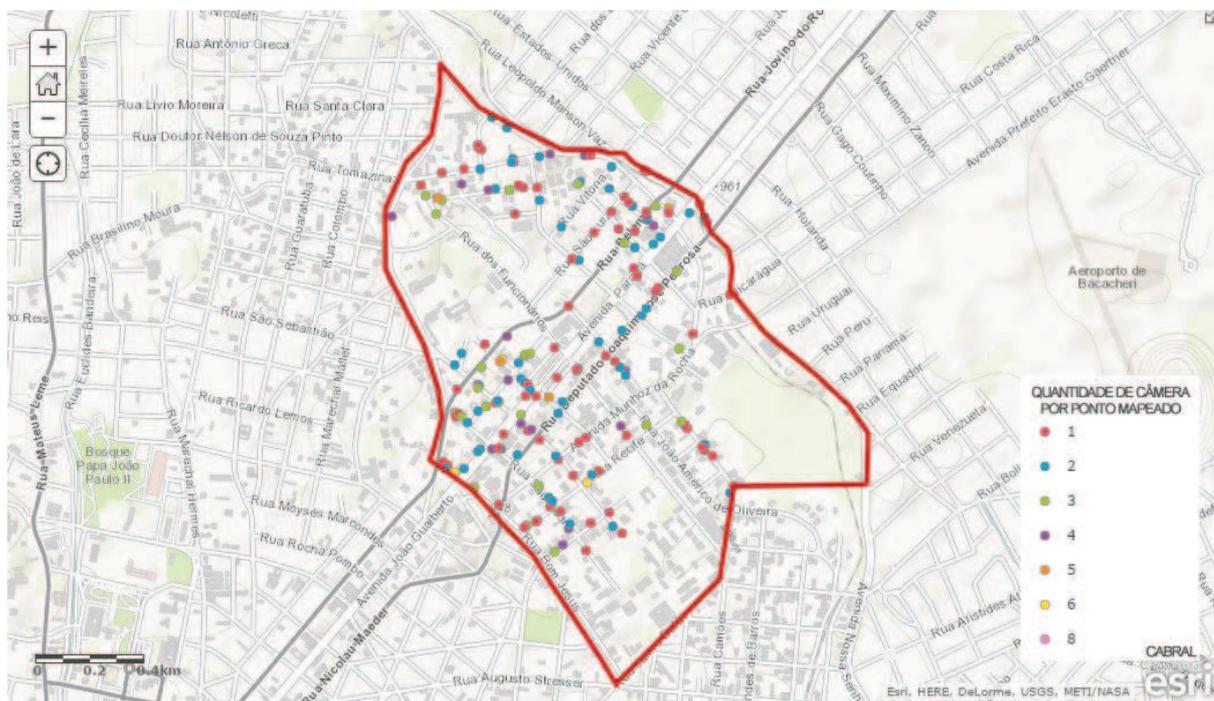
Figura 6 - Quantidade de câmeras por ponto-Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

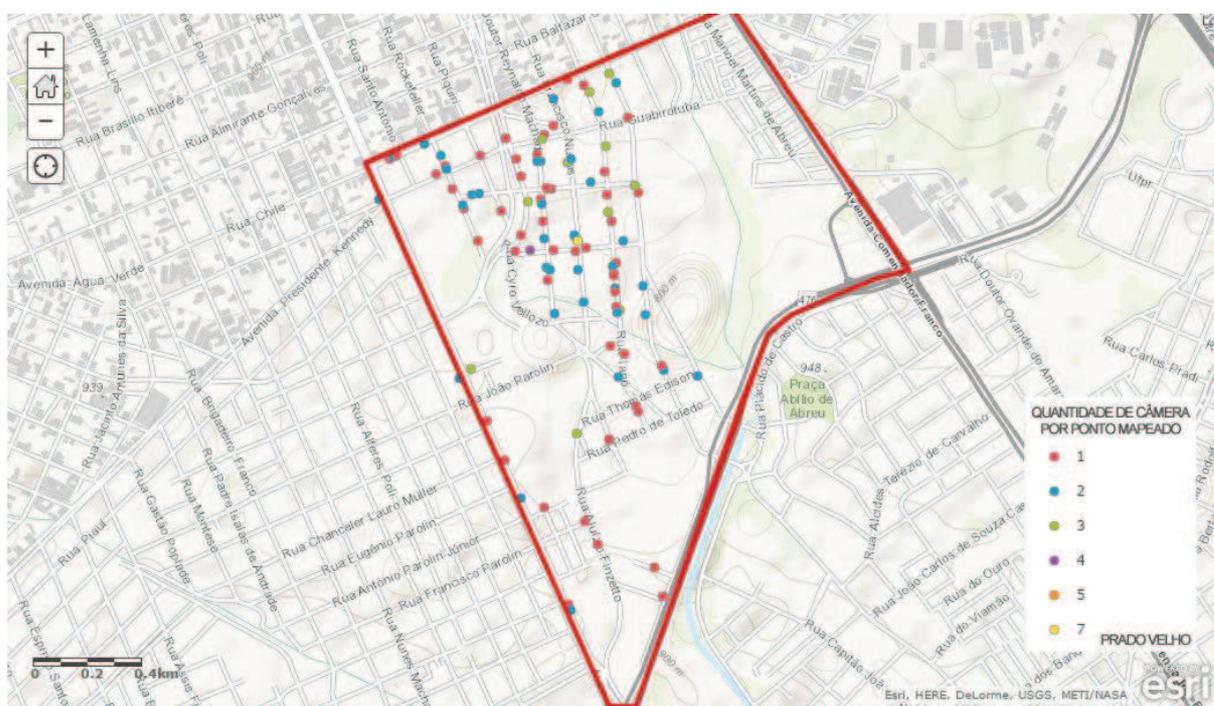
O bairro Cabral apresentou uma média de 2,03 câmeras por ponto e o Prado Velho 1,68 câmeras por ponto. Em ambos os bairros a porcentagem relativa ao total de câmeras existentes controladas por empresas de segurança foi a mesma: 22%. Os outros 78% das câmeras não possuem esse controle por empresa terceirizada.

Figura 7 - Mapeamento das câmeras no bairro Cabral



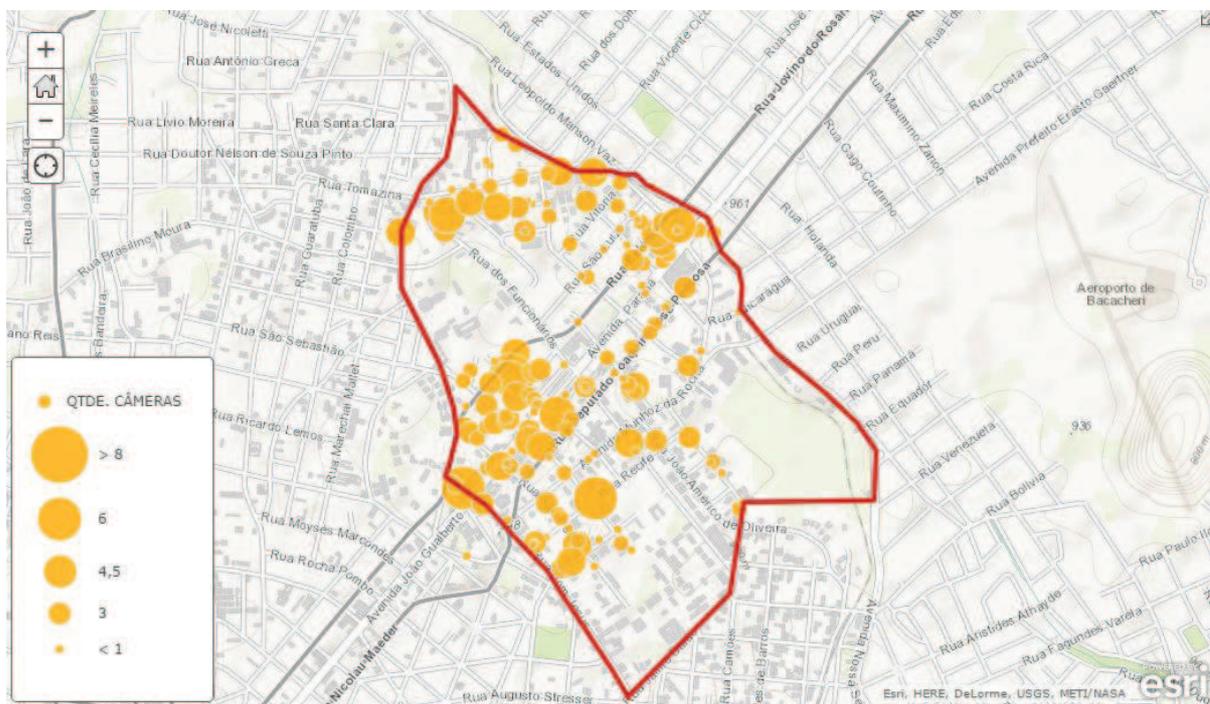
Fonte: Elaborado pela equipe de levantamento.

Figura 8 - Mapeamento das câmeras no bairro Prado Velho



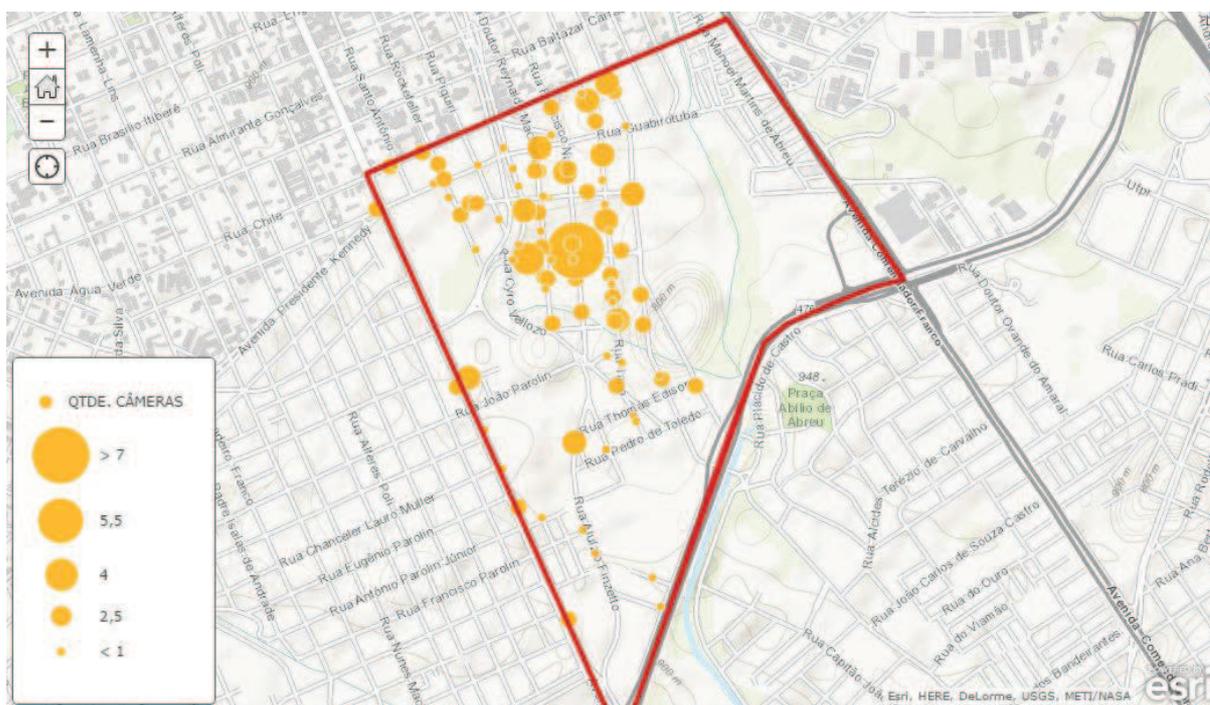
Fonte: Elaborado pela equipe de levantamento.

Figura 9 - Quantidade de câmeras por ponto mapeado no bairro Cabral



Fonte: Elaborado pela equipe de levantamento.

Figura 10 - Quantidade de câmeras por ponto mapeado no bairro Prado Velho



Fonte: Elaborado pela equipe de levantamento.

4.3. A construção tipológica das situações

Observando os dados de mapeamento catalogados já é visivelmente perceptível a diferença na quantidade de pontos de câmeras encontrados em cada bairro. O mapeamento no bairro Cabral apresenta 80% a mais de pontos de vigilância que o bairro Prado Velho. Uma das razões para este fato pode ser devido às tipologias de ocupação, visto que o primeiro bairro é majoritariamente residencial e o segundo possui algumas edificações desocupadas de antigas indústrias.

Para realizar a construção tipológica das situações encontradas em campo, foram observadas características como: número de câmeras no ponto; modelo da câmera, sendo tubular ou domo; localização da câmera em relação aos limites do lote; posicionamento da câmera em relação à construção; facilidade de acesso à câmera por transeuntes; existência de proteção na câmera, como gaiola ou caixa externa; posição e tamanho da câmera, com a intenção de que ficasse bem aparente ou que não fosse notada e; a existência ou não de empresa de câmeras de segurança terceirizada. No item de posicionamento, cada câmera poderia enquadrar-se em mais de uma situação.

Figura 11 - Exemplo - Foto de câmera tubular



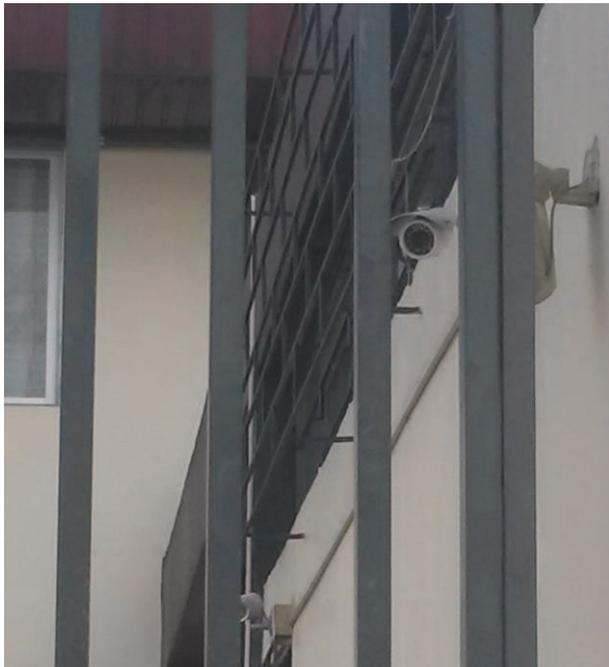
Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 12 - Exemplo - Foto de câmera tipo dome



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 13 - Exemplo - Foto de câmera dentro do lote



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 14 - Exemplo - Foto de câmera fora do lote



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 15 - Exemplo - Foto de câmera voltada para o acesso de pedestres



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 16 - Exemplo - Foto de câmera voltada para o acesso de veículos



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 17 - Exemplo - Foto de câmera voltada para a fachada



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 18 - Exemplo - Foto de câmera voltada para a rua



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 19 - Exemplo - Foto de câmeras posicionadas em lados opostos



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 20 - Exemplo - Foto de câmera com fácil acesso



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 21 - Exemplo - Foto de câmera com difícil acesso



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 22 - Exemplo - Foto de câmera com proteção



Fonte: Material da equipe de levantamento

Figura 23 - Exemplo - Foto de câmera disfarçada



Fonte: Material da equipe de levantamento

As características para construção da tipologia das situações encontradas em campo foram organizadas em uma tabela de modo a analisar o estado de cada câmera isoladamente.

Tabela 9 - Tabela padrão para a construção de tipologia das câmeras mapeadas

CÂMERAS - CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA																		
PONTO	CÂMERA	CARACTERÍSTICAS													EMPRESA			
		MODELO		LOCALIZAÇÃO		POSICIONAMENTO				ACESSO			PROTEÇÃO			APARÊNCIA		
		TUBULAR	DOMO	DENTRO	FORA	ACESSO PEDESTRES	ACESSO VEÍCULOS	FACHADA	RUA	UMA DE CADA LADO	FÁCIL	NORMAL	DIFÍCIL	SIM		NÃO	DISFARÇADA	NORMAL
1	1																	x
2	1																	
3	1																	y
	2																	
4	1																	z
	2																	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Em ambos os bairros mapeados a maioria de modelo de câmera encontrada foi do tipo tubular, com grande diferença na quantidade de câmeras do tipo domo: 516 tubulares e 60 domo. Quanto à localização, há 307 câmeras dentro do lote e 258 fora, um número razoavelmente equilibrado. Em relação ao posicionamento de captura de imagens das câmeras, a maioria está apontada para a rua, com um número de 281 câmeras. Logo após vêm as 194 câmeras apontadas para a fachada, seguidas das 177 que apontam para o acesso de veículos e 149 que apontam para o acesso de pedestres. Por último vem a situação de câmeras posicionadas filmando lados opostos, com 123 casos. Quanto ao acesso das câmeras por transeuntes, apenas 14 câmeras estavam com um acesso muito facilitado, de maneira a parecer proposital. Foram consideradas com acesso dificultado 53 câmeras. O restante, 508, possuíam um acesso julgado normal. De acordo com o aspecto de proteção da câmera, apenas 40 possuíam gaiola ou caixa externa a fim de dificultar vandalismo. As 533 restantes não possuíam qualquer elemento de proteção. Outro aspecto observado foi se as câmeras estavam extremamente aparentes ou não. Foi observado que apenas 31 câmeras

tinham a aparência muito facilitada, parecendo proposital, as outras 546 possuíam aparência normal.

Os dados considerados para a construção de tipologias referentes às situações das câmeras de vigilância e monitoramento foram compilados em uma tabela para facilitar a visualização dos números por bairro.

Tabela 10 - Resultados em números para a construção de tipologia das câmeras mapeadas

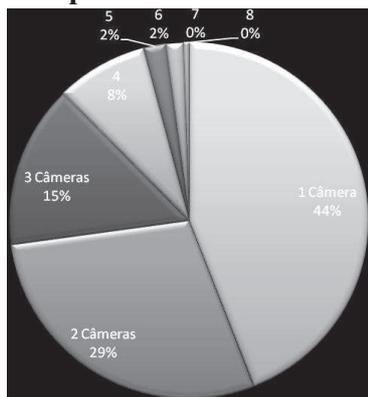
CÂMERAS - CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA																
TOTAL	CARACTERÍSTICAS															
	MODELO		LOCALIZAÇÃO		POSICIONAMENTO					ACESSO			PROTEÇÃO		APARÊNCIA	
	TUBULAR	DOMO	DENTRO LOTE	FORA LOTE	ACESSO PEDESTRES	ACESSO VEÍCULOS	FACHADA	RUA	UMA DE CADA LADO	FÁCIL	NORMAL	DIFÍCIL	SIM	NÃO	DISFARÇADA	NORMAL
CABRAL	363	32	196	189	119	119	112	170	58	14	344	36	19	373	26	370
P.VELHO	153	28	111	69	30	58	82	111	65	0	164	17	21	160	5	176

Elaborado pela autora, 2015.

4.4. Reflexões acerca da Construção Tipológica

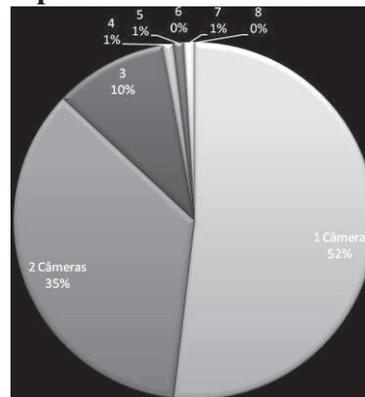
Da Matta (2001) afirma que os espaços já têm em sua essência características predefinidas, ou seja, o espaço público transmite naturalmente a sensação de perigo e insegurança. A partir de um medo generalizado, seja ele real ou não, a preocupação exagerada com a segurança pode estar sendo responsável por gerar ainda mais medo na sociedade. Lopes (2008) denominou a sociedade atual como “fobópole” pelo fato de sentirem um medo exagerado, possivelmente até maior do que a própria violência existente nas cidades. Porém, apesar de haver números que comprovam a redução da violência nos espaços urbanos a nível global, a situação do Brasil é diferente. Os dados do Mapa da Violência (2015) citados anteriormente, comprovam que a hostilidade continua aumentando no país e que o número de mortes desse tipo chega a resultar em números maiores do que de países em situação de guerra. Com a forte cultura da violência e facilidade de acesso a armas de fogo, a sensação de medo se dissemina. A população, sentindo-se insegura e desprotegida pelo governo, procura maneiras de mitigar esse medo. As situações encontradas em campo enquadram-se com o que afirmam os autores Castello (2007) e Páramo e Arroyo (2012), que dizem que os espaços adquirem significado a partir do uso que a população faz dele, que são as regras que regem o espaço público e, os papéis que os indivíduos assumem, que permitem sua diferenciação. Ou seja, a partir da construção tipológica realizada na pesquisa, foi possível perceber que o espaço público não é por si só seguro ou violento, mas são originadas sensações relacionadas à falta de uso do espaço e inexistência de sentimento de pertencimento com o espaço urbano.

Figura 24 - Quantidade de câmeras por ponto - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 25 - Quantidade de câmeras por ponto - Prado Velho

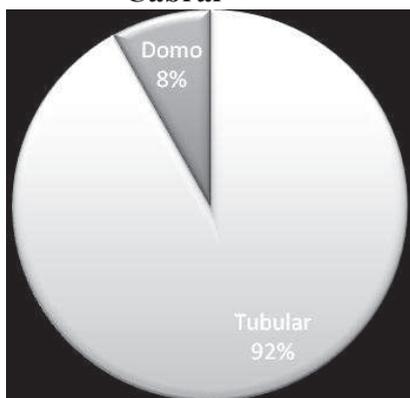


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ambos os bairros apresentam a semelhança de a maioria dos pontos analisados ser mapeado por apenas uma câmera, o que pode indicar que se utilizam das mesmas estratégias de vigilância. Casos com mais de três câmeras são isolados, não chegando a representar nem 5% das situações encontradas. O bairro Cabral apresentou uma média de 2,03 câmeras por ponto e o Prado Velho 1,68 câmeras por ponto. Cuff (2003) anteriormente é citado no texto afirmando que, quando a sociedade se torna responsável pela resolução dos problemas da cidade, podem surgir outros inesperados, como por exemplo, a falta de privacidade. A alta quantidade do uso de câmeras nos estabelecimentos demonstra que essa afirmação pode ser verdadeira, porém será investigada mais a fundo na etapa seguinte de *survey*.

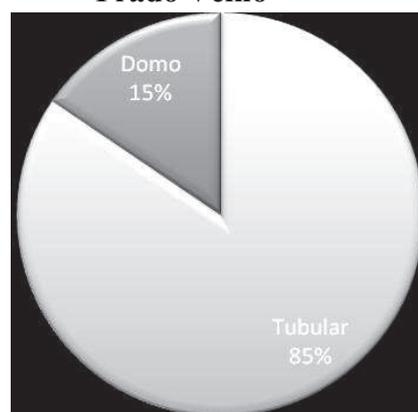
Como citado por Caminha (2011), uma sociedade com características individualistas unidas à possibilidade de conectividade, resulta na falta de limites do espaço privado do indivíduo. Constata-se na cidade contemporânea a existência dessa predominância de comportamentos individualistas que, juntamente com a diversidade e facilidade das tecnologias, no caso as câmeras privadas de vigilância, geram limites incertos entre os espaços públicos e privados. Jacobs (2000) afirma que as cidades devem ter um limite claro entre espaço público e privado para que os índices de violência sejam reduzidos. Esse medo generalizado pode, ainda, estar sendo usado como justificativa para táticas sociais de seleção e exclusão. Caldeira (2000) afirma que diferentes grupos sociais se utilizam do medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão e seleção social.

Figura 26 - Modelo de câmera – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

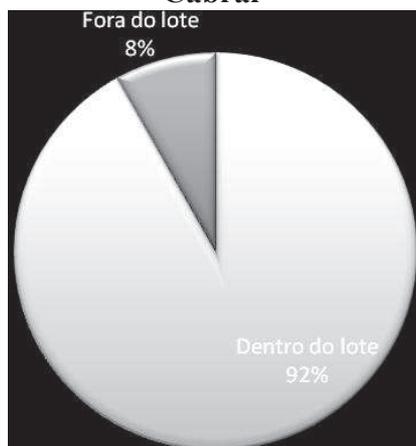
Figura 27 - Modelo de câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

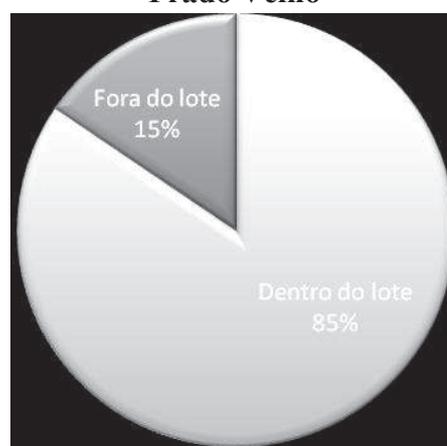
O modelo de câmera de segurança tubular, também chamado de infravermelho, é o mais comum, pode ser instalado em ambientes internos e externos, na parede ou teto, é articulável, de modo que é possível variar o que será filmado. O preço desta câmera pode variar muito, dependendo da qualidade da imagem e capacidade de alcance. Já a câmera do tipo domo tem todas as características da tubular, acrescida de uma cúpula protetora, que dificulta o vandalismo, suporta melhor o mau tempo e possui o cabo internamente, o que torna mais difícil o seu corte. Este modelo possui ainda a capacidade de mover sua câmera internamente sem que alguém o veja. Acredita-se que o modelo tubular tenha sido o mais utilizado devido ao seu maior acesso de compra.

Figura 28 - Localização da câmera - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 29 - Localização da câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A maioria das câmeras localizadas dentro do lote pode representar um cuidado para que as câmeras estejam distante do alcance de quem passa pela rua, ou seja,

uma localização mais segura. De qualquer maneira, as câmeras são capazes de captar o que se passa fora do lote.

A predominância de apenas uma câmera por ponto mapeado, o uso do modelo mais simples e de pouca qualidade do equipamento de vigilância, sua falta de proteção e o fato de a maioria das câmeras estarem bem aparentes, pode trazer a ideia de que seu uso ocorre apenas para que a população faça parte desse disseminado grupo de vigilantes privados. Percebe-se a necessidade de mostrar que há uma vigilância ocorrendo ali, preocupação essa que aparenta ser mais importante do que a própria filmagem em si. Bauman e Lyon (2013) dizem que a sociedade sente a necessidade de confiar e acreditar nos dispositivos de vigilância, pois do contrário, tendem a tornarem-se suspeitos. Em outras palavras, os autores afirmam que a população precisa acusar para não ser o próximo alvo dessa exclusão. E ainda, de acordo com Foucault (2008), o ato de vigiar inclui envolver o indivíduo de maneira que este se sinta constantemente vigiado, pois desta forma ele interioriza a repressão do poder e passa a ser o princípio de sua própria vigilância. Deste modo se tornaria necessário que as câmeras de vigilância se posicionassem de maneira bem aparente aos cidadãos.

Figura 30 - Posicionamento da câmera - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 31 - Posicionamento da câmera - Prado Velho

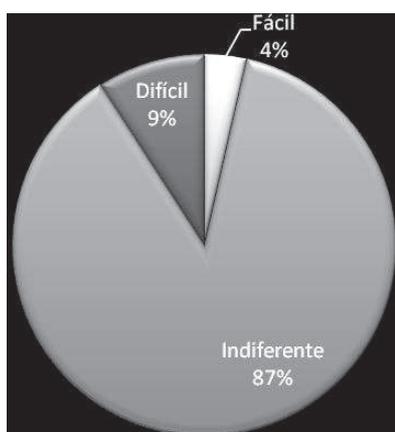


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Nos dois bairros estudados predomina a vigilância da câmera apontada diretamente para a rua. Percebe-se que o bairro Prado Velho concentrou a maior parte de suas câmeras para a o monitoramento do que acontece na parte de fora de seus lotes, enquanto o Cabral está mais preocupado com o monitoramento da parte de

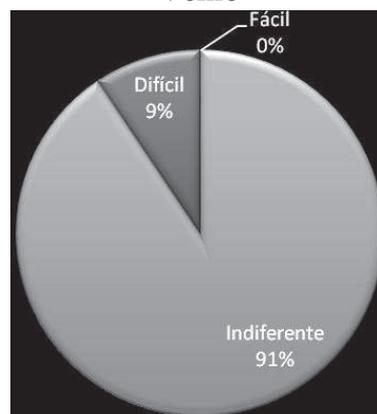
dentro, observando quem transita pelos acessos dos lotes. A grande quantidade e banalização do uso de câmeras de vigilância pode ser um dos elementos utilizados na “arquitetura hostil” citada anteriormente, como um meio de “higienizar e embelezar” as cidades, de uma maneira que segrega a sociedade e acoberta diversos problemas sociais. Lyon (2003) afirma que a vigilância da atualidade realiza, para o bem ou para o mal, uma categorização social.

Figura 32 - Acesso da câmera – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

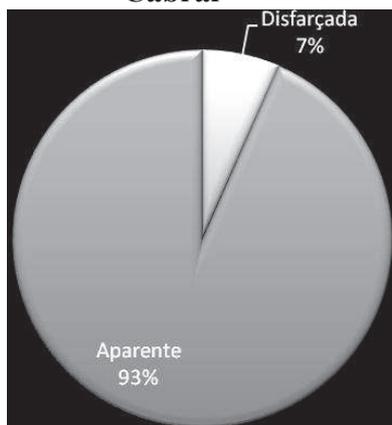
Figura 33 - Acesso da câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

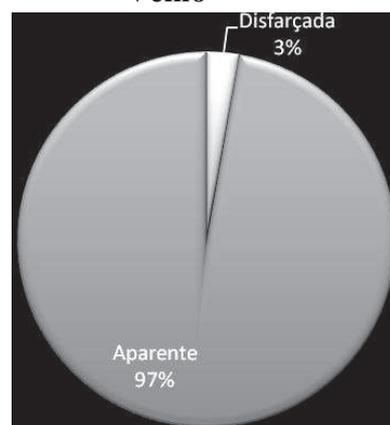
No Cabral o número de câmeras posicionadas de maneira facilitada chegou a 4% com câmeras que pareciam estar instaladas para que fossem vistas, talvez nem fossem equipamentos verdadeiros. Com o termo “panopticismo social”, o sociólogo Wacquant (2008) define as artimanhas para promover o bem-estar da população de baixa renda, porém submetendo-a a uma forma cada vez invasiva e intensa de vigilância punitiva. Segundo Bauman e Lyon (2013), o resultado desse fenômeno da vigilância disseminada é uma insegurança fortemente sentida pelas pessoas muito pobres, quem as medidas de segurança deveriam proteger.

Figura 34 - Aparência da câmera – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

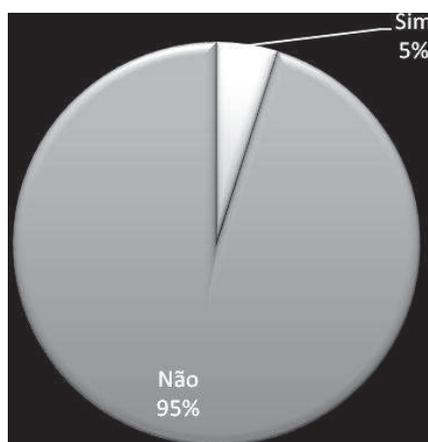
Figura 35 - Aparência da câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

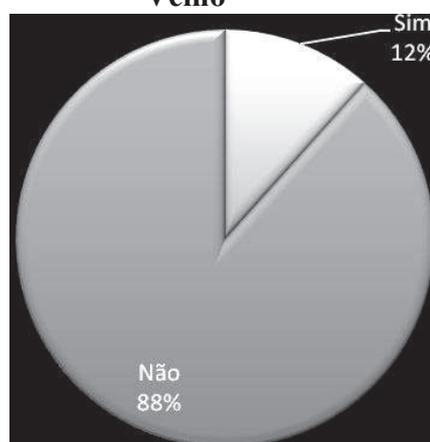
O aspecto de aparência das câmeras permite demonstrar se ela foi instalada para não ser vista, para estar posicionada de maneira camuflada ou instalada do modo aparente tradicional. Uma câmera instalada de forma camuflada indica que não há a intenção de intimidar as pessoas quanto ao uso do espaço público. Já uma câmera aparente é uma espécie de aviso, de precaução para que nada de errado ocorra, porque, se ocorrer, estará registrado.

Figura 36 - Proteção da câmera – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 37 - Proteção da câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A proteção na câmera reflete a preocupação e insegurança sentidas pelo morador ou comerciante em relação ao ambiente externo e, a maioria das câmeras não se encontrava protegida por gaiolas ou caixas.

É indispensável compreender as novas maneiras com que a vigilância vem sendo utilizada na vida da cidade contemporânea, afinal uma nova tecnologia,

mesmo que tenha sido criada honestamente e conscientemente, traz infinitas possibilidades desconhecidas e não vivenciadas anteriormente. Nota-se que a tecnologia tem um poder grandioso, pois esconde o ser humano, como se o isentasse da responsabilidade. Arendt (2004) fala sobre esse hábito que a sociedade tem de se esconder por detrás das novas tecnologias de vigilância e, nomeia essa responsabilidade flutuante e suas consequências como “responsabilidade de ninguém”. Fazer flutuar a responsabilidade é uma estratégia que torna o ato de vigiar mais suave, hábil e livre de” da tecnologia. Os autores afirmam que os sistemas e processos, como problemas. A “adiaforização, por exemplo, por meio das câmeras de vigilância, se tornam processos isentos de considerações de caráter moral e inspiram mais confiança que os seres humanos, pois não contam a sua versão pessoal da história. Apesar disso, Introna (2003) ressalta a importância de como o efeito de distanciamento da tela pode desfigurar o observado. Com a grande quantidade de câmeras de vigilância existente nas cidades, considera-se necessário levar em consideração o fato de que essa observação à distância pode distorcer os fatos reais.

É possível perceber que a arquitetura do medo, representada neste estudo por câmeras privadas de vigilância e monitoramento, aparece tanto em zonas ricas, quanto em zonas pobres. Um aspecto percebido é de que o espaço público da atualidade tem valorizado as desigualdades e separações. Caldeira (2000) afirma que o novo meio urbano é um espaço público não democrático e não moderno. A autora Varna (2011) diz que o espaço da cidade está cada vez mais sendo detido ou gerido por interesses privados, ainda que com a aparência de espaços públicos, numa nova tendência de enclausuramento.

A próxima etapa da pesquisa visa complementar a construção tipológica do mapeamento, acrescentando informações relativas a opiniões e pareceres dos moradores e comerciantes dos bairros estudados, de modo a enriquecer a discussão e confirmar ou refutar as teorias elaboradas nesta fase.

4.5. Aos olhos de quem promove o monitoramento: reflexões acerca do *survey* aplicado aos atores privados

A fase de aplicação do questionário por meio do método *survey* visa compreender as causas e manifestações territoriais tácitas do fenômeno em estudo. É um meio de se obter a perspectiva realista e atual do fenômeno estudado, levando em consideração as opiniões e pensamentos dos usuários das câmeras de vigilância. Serve ainda como um importante elemento de comparação com as teorias e números apresentados anteriormente.

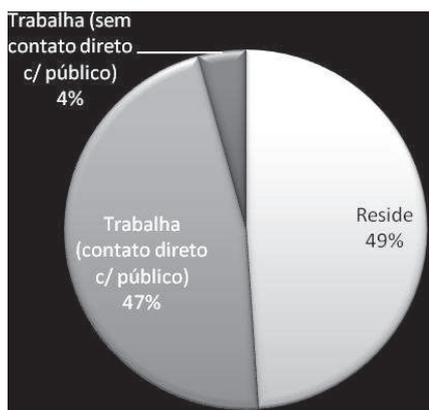
Essa etapa desenvolveu-se por meio da aplicação de um questionário com 15 questões fechadas em ambos os bairros, Cabral e Prado Velho, e foram voltadas exclusivamente aos residentes, comerciantes ou funcionários que estivessem localizados nos pontos onde haviam as câmeras mapeadas anteriormente na fase de levantamento. Não foi necessário conhecer os dados pessoais dos respondentes, apenas informações relativas ao uso das câmeras de vigilância e monitoramento. O questionário com respostas já definidas auxilia nas análises quantitativas e estatísticas.

Para definir a amostra necessária para a pesquisa foram utilizadas estatísticas paramétricas, considerando um índice de erro de 10%, confiança de 95% e heterogeneidade 80/20. Visto isso, seria necessária a aplicação de 47 (de um total de 195 pontos de câmera mapeados) questionários no bairro Cabral e 40 (de um total de 108 pontos de câmera mapeados) no Prado Velho, cada um em um ponto diferente de câmera de vigilância mapeada.

As respostas foram compiladas e organizadas numa tabela final, onde são apresentados os números totais separados por bairro. Os dados foram ainda transformados em porcentagem, de modo a possibilitar uma comparação qualiquantitativa proporcional entre os bairros.

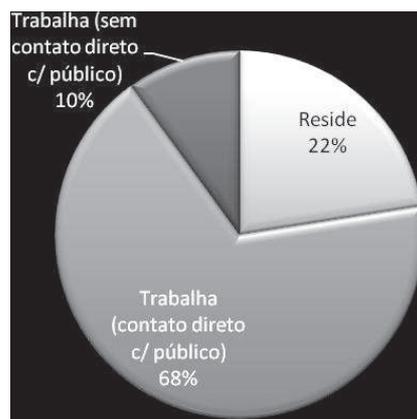
Antes de iniciar as perguntas, o respondente deveria enquadrar-se em uma das alternativas relativas à sua relação com o bairro em questão: se residia, se trabalhava com contato direto com o público, ou se trabalhava sem contato direto com o público.

Figura 38 - Relação com a rua - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 39 - Relação com a rua - Prado Velho

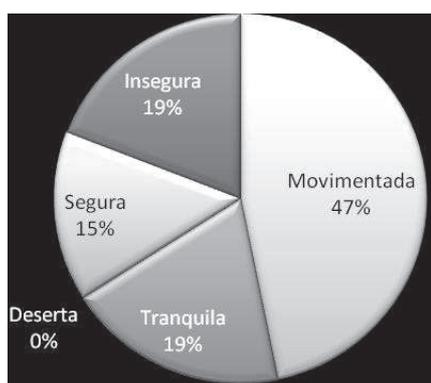


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Enquanto no bairro Cabral o número de entrevistados foi bem equilibrado entre residentes e comerciantes que possuem contato direto com público, no bairro Prado Velho a maioria dos entrevistados foi de comerciantes que possuem contato diário com o público. Deve-se levar em conta que o fato de trabalhar num espaço onde se possui o contato direto com o público que, muitas vezes é desconhecido, pode colocar o trabalhador numa situação de maior risco (ou a sensação dele) quanto à questão da segurança.

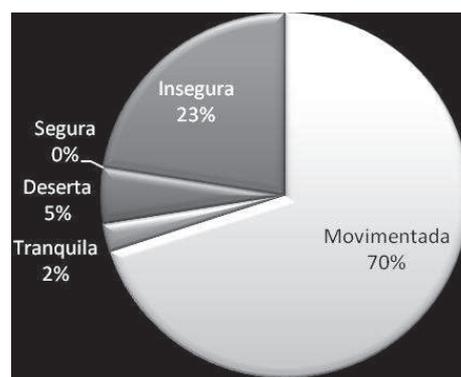
Pergunta 1. Que impressão você tem da rua que frequenta?

Figura 40 - Impressão da rua - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 41 - Impressão da rua - Prado Velho



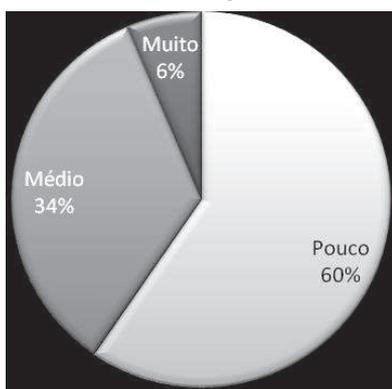
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Em ambos os bairros, a maior parte dos entrevistados considera a rua que frequenta como sendo “movimentada”. No Prado Velho esse número representa uma maioria bem contrastante com o restante das respostas, enquanto no Cabral as respostas foram mais heterogêneas. Os números vêm de acordo com a ideia de Da Matta (2001), que afirma que o espaço público é aquele reservado ao movimento,

perigo e tentação, onde as pessoas são desconhecidas e tratadas em termos genéricos, como “povo” e “massa”, o que inferioriza o indivíduo. Conseqüentemente, surgem aspectos de insegurança, sobretudo no bairro Prado Velho, provavelmente pelo fato de ser um bairro com muitos vazios urbanos das antigas fábricas que ali existiam e hoje encontram-se sem uso.

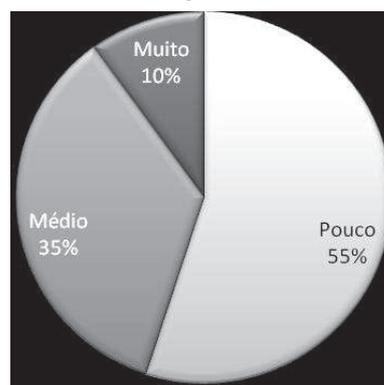
Pergunta 2. Quanto você conhece as pessoas que frequentam essa rua?

Figura 42 - Conhecimento das pessoas na vizinhança - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 43 - Conhecimento das pessoas na vizinhança – Prado Velho

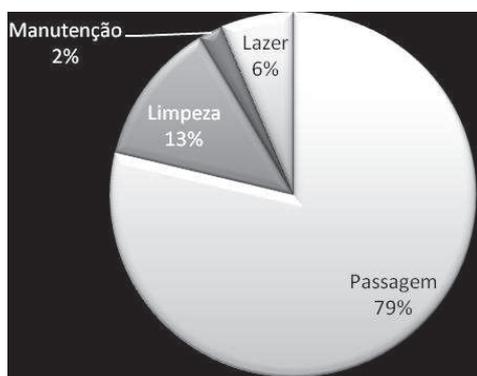


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Neste item, ambos os bairros apresentaram números muito semelhantes. A maioria e mais da metade dos respondentes, tanto no Cabral quanto no Prado Velho, conhecem “pouco” as pessoas que frequentam suas ruas. Esse fato confirma o que relatou Serpa (2007), que o espaço público na cidade contemporânea, mesmo com o propósito de uso de todos, vem se tornado um espaço para o consumo de poucos.

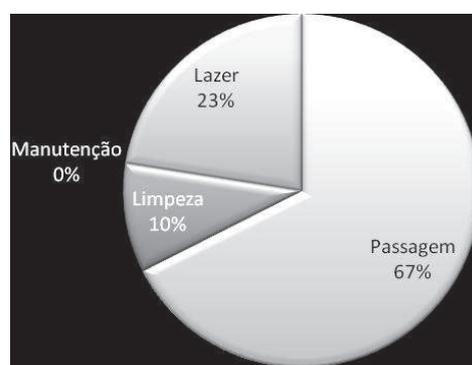
Pergunta 3. Como você utiliza a rua?

Figura 44 - Utilização da rua – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 45 - Utilização da rua - Prado Velho

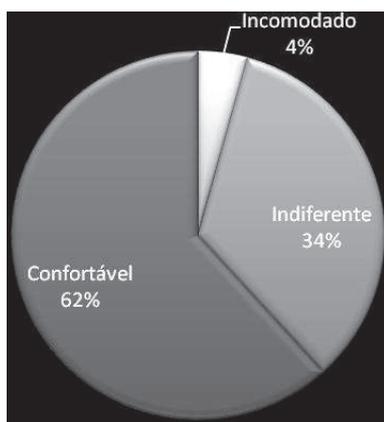


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A maioria dos entrevistados, representando aproximadamente 70% do total nos dois bairros, indica que utiliza sua rua apenas para “passagem”, que não permanece ali para a realização de nenhuma outra atividade. No Prado Velho, o segundo lugar ficou para a alternativa “lazer” e representa o número significativo de quase um quarto da população entrevistada no bairro. Enquadram-se nesse item atividades como conversas, brincadeiras de criança ou outro tipo de permanência na rua. A autora Jacobs (2000) defende que as ruas e calçadas são os órgãos vitais de uma cidade, pois são nestes espaços que se desenvolvem as relações da sociedade, e é isso o que traz vitalidade ao espaço urbano. E, justamente, uma taxa predominante dos entrevistados utiliza a rua apenas para passagem, ou seja, não há relação de permanência ou uso desse espaço público. Com a falta de relação entre essas pessoas, o espaço público perde sua característica de ser uma zona de convívio e integradora, tornando-se uma área “de ninguém”, que gera insegurança e deixa de atrair pessoas, pois estas não se sentem à vontade ali. Bauman (2009) afirma que o medo do diferente aumenta a partir da segregação e, ao mesmo tempo, se alimenta dela. É nesse processo de ruptura que surge o abandono do espaço público e as tecnologias de vigilância e monitoramento.

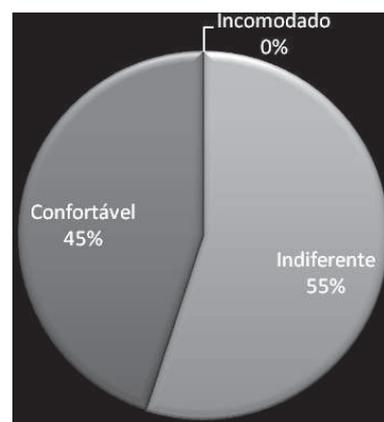
Pergunta 4. Como você se sentiria com uma câmera te vigiando no espaço público?

Figura 46 - Sensação com a câmera - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 47 - Sensação com a câmera - Prado Velho



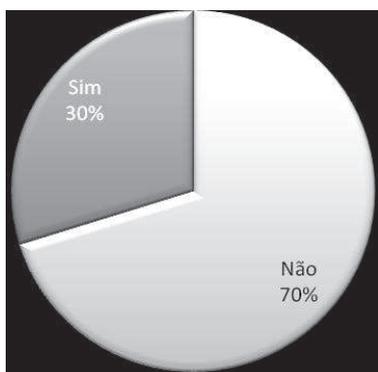
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ser vigiado por uma câmera no espaço público parece agradar mais da metade dos entrevistados do bairro Cabral, que responderam se sentem confortáveis diante de tal fato. Mais de um terço das pessoas disseram que se sentem indiferentes quanto à presença de uma câmera no espaço público. No Prado Velho, a maior parte dos entrevistados não se incomoda com câmeras de vigilância no espaço público e

quase metade dos respondentes afirmou se sentir “confortável” com a presença da câmera. Em ambos os bairros, o número de pessoas que se sente incomodada com a presença das câmeras é insignificante ou inexistente. Durante a aplicação do questionário, a maioria das pessoas dizia se sentir mais segura com a presença da câmera de vigilância. Foi possível constatar portanto, quase com unanimidade, que a presença de câmeras de vigilância e monitoramento em espaços públicos não incomoda os moradores e usuários questionados em ambos os bairros. Pelo contrário, essa presença causa até mesmo conforto e sensação de segurança. Diante de um medo generalizado, a solução autônoma paliativa parece satisfazer temporariamente a população e está disseminada em ambos os bairros estudados. Alguns autores afirmam até mesmo que essa característica individualista pode estar, em muitos casos, disfarçada de progresso e autonomia. Na cidade da atualidade, a população é permanentemente checada, monitorada, testada, avaliada e julgada. E, conforme essa vigilância se aprofunda, torna-se mais difícil de identificar a ação de quem vigia. Bauman e Lyon (2013) dizem que a transparência simultaneamente aumenta para uns e diminui para outros, mas isso não significa algo necessariamente intencional, muito menos conspiratório. Monahan (2010) mostra que as culturas de segurança geram inseguranças e simultaneamente agravam as desigualdades sociais, os dispositivos de segurança intraurbana baseiam-se no medo do outro.

Pergunta 5. Você já presenciou alguma situação de perigo nesta rua?

Figura 48 - Situação de perigo – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 49 - Situação de perigo - Prado Velho

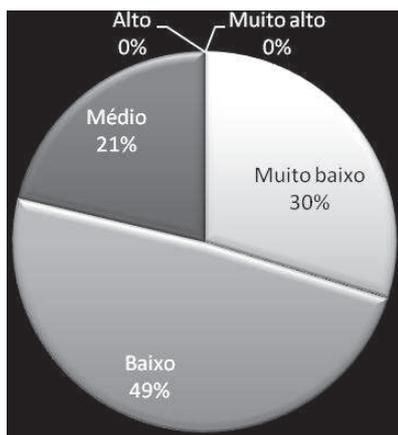


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A maioria dos respondentes afirma não ter presenciado nenhuma situação de perigo na rua. Muitas pessoas que responderam negativamente ao questionário comentaram que, apesar de não terem vivenciado esse tipo de situação de fato, tomam conhecimento de casos de assaltos que ocorrem na região.

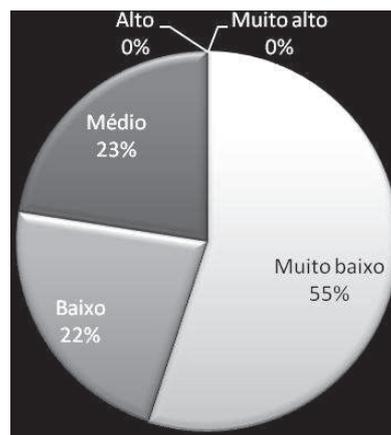
Pergunta 6. Qual é seu nível de satisfação com o governo quanto à gestão do espaço público?

Figura 50 - Satisfação com o governo - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 51 - Satisfação com o governo - Prado Velho

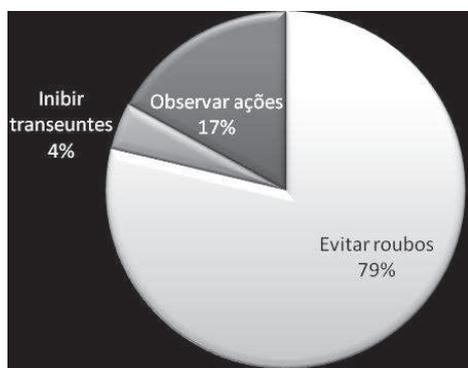


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A satisfação com o governo quanto à gestão do espaço público apresenta uma similaridade em ambos os bairros e, em geral, a população está insatisfeita. O nível de satisfação varia entre muito baixo, baixo e médio e, nenhum dos respondentes se diz satisfeito com a atual gestão do governo, seja em nível municipal, estadual ou nacional. Um dos aspectos que mais gera insatisfação é a falta de segurança, citada por muitos como um grande problema no país. Essa insegurança faz com que a sociedade sinta a necessidade de realizar monitoramento por conta própria. Por meio do questionário foi possível notar que a maioria das pessoas monitora as câmeras por conta própria, sem a intervenção de uma empresa de segurança. Nesse caso é possível supor que muitas das câmeras instaladas possam ser até mesmo falsas e, que tenham sido colocadas bastante aparentes para inibir assaltos, numa tentativa de preservar a segurança.

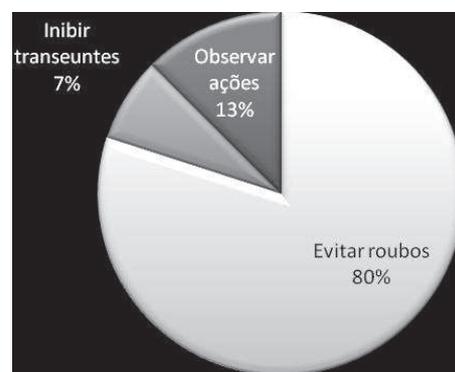
Pergunta 7. Por que você utiliza câmera de vigilância?

Figura 52 - Motivo de uso da câmera - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 53 - Motivo de uso da câmera - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

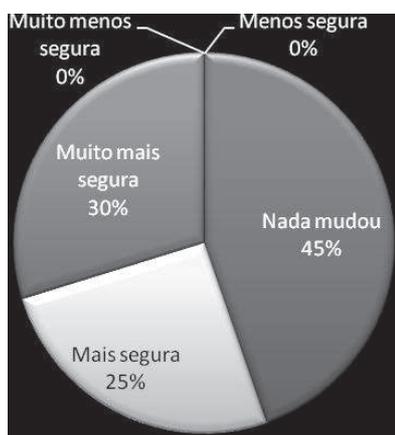
O principal motivo pelo qual os entrevistados disseram se utilizar de câmeras de vigilância é da segurança, representado no questionário pela alternativa “evitar roubos”. Nos casos em que foram respondidas as outras opções, os entrevistados explicavam que o objetivo principal era sempre voltado para a segurança, em momento algum foi citado outro motivo. É justamente o que diz Lemos (2009), que “vigilância privada” é um ato com intuito de evitar algo, uma observação com fins de prevenção, como um comportamento atencioso, cauteloso ou zeloso. Em contrapartida, a teoria de Gow (2005) não parece ser o caso encontrado nos bairros estudados, pois o autor define o termo como sendo uma espécie de observação intencional de ações ou recolha intencional de informações pessoais com o objetivo de observar as medidas tomadas no passado ou futuro. Por outro lado, Bauman e Lyon (2013) afirmam que no mundo contemporâneo as pessoas decidem determinados atos simplesmente porque a tecnologia para isso foi desenvolvida. Diante de tantas novas tecnologias, é possível que esse uso esteja ocorrendo devido à variedade e baixo custo dos equipamentos de vigilância e monitoramento.

Apesar de as pessoas terem respondido que o motivo principal para a instalação das câmeras foi a questão da segurança, surge um fato que parece ser contraditório, pois quando questionadas se haviam presenciado alguma situação de perigo naquela rua, a maioria respondeu negativamente. Uma explicação pode ser que,

apesar de não terem vivenciado esse tipo de situação de fato, tomam conhecimento de casos de assaltos que ocorrem na região.

Pergunta 8. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão da segurança?

Figura 54 - Segurança - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 55 - Segurança - Prado Velho

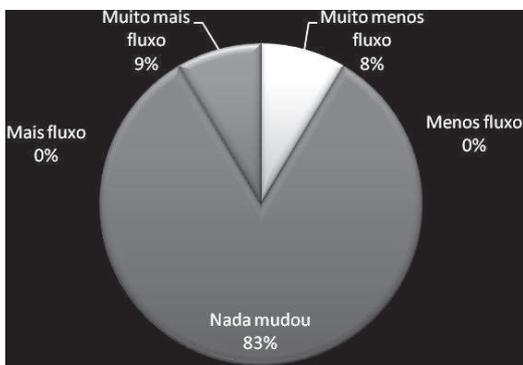


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Após a instalação de câmeras de vigilância, em ambos os bairros a opção “nada mudou” ocupa o primeiro lugar, porém as outras alternativas apresentam números significativos. Vale lembrar que esses valores representam a sensação que cada entrevistado possui em relação a sua segurança e às câmeras instaladas na propriedade, e não necessariamente retratam a realidade dos bairros. De qualquer maneira, a maior parte dos entrevistados durante a pesquisa afirmou que não houve mudanças após a instalação de câmeras. Porém, uma grande parcela das pessoas respondeu que houve aumento na segurança. Vale lembrar que essas respostas podem estar representando apenas a sensação de cada entrevistado e não necessariamente retratam a realidade dos bairros.

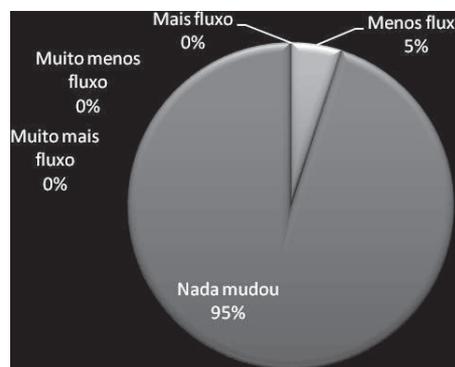
Pergunta 9. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão de fluxo de pessoas?

Figura 56 - Fluxo de pessoas – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 57 - Fluxo de pessoas - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quase com a unanimidade das respostas no questionário, os entrevistados disseram que depois da instalação das câmeras não houve qualquer mudança em relação ao fluxo de pessoas na rua. Isso nos leva a presumir que, provavelmente, o motivo para a instalação das câmeras reside apenas na questão da segurança, não parece haver a intenção de inibir ou controlar a presença de transeuntes na via. Já se percebeu afinal que a instalação de câmeras de vigilância provavelmente não surte efeito nesse sentido, a sociedade parece não se importar com o fato de estar sendo filmada num espaço público. O autor Bigo (2011) sugere que essa atual “insegurança global” existe justamente por conta da existência dos elementos que vigiam, monitoram e controlam a população. A vigilância da cidade contemporânea conecta disciplina e segurança, de tal maneira que segurança já se tornou sinônimo de vigilância, pois as tecnologias em constante evolução auxiliam no monitoramento de num mundo, imaginário ou não, dominado pelo risco.

Pergunta 10. Quem faz o monitoramento das imagens coletadas por suas câmeras?

Figura 58 – Monitoramento das imagens – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 59 – Monitoramento das imagens - Prado Velho

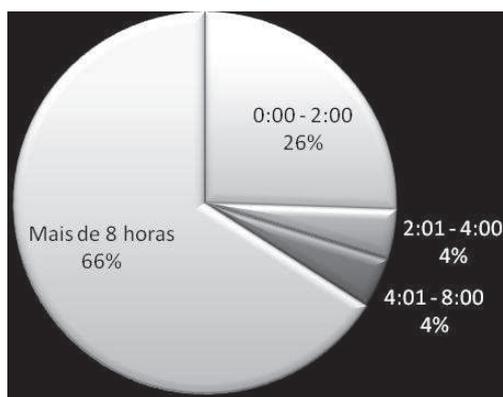


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O monitoramento das imagens coletadas pelas câmeras é realizado de maneira muito similar nos dois bairros. Na maioria dos casos são os próprios moradores ou trabalhadores que observam as imagens coletadas.

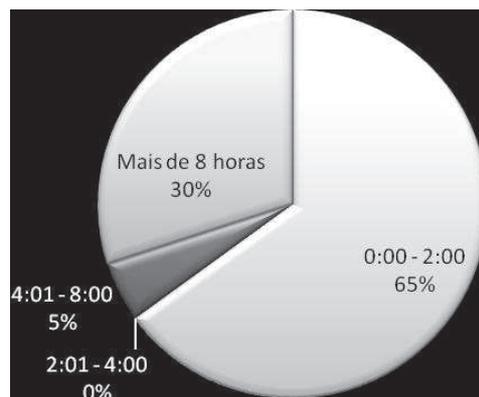
Pergunta 11. Por quantas horas diárias as imagens coletadas são acompanhadas por alguém que assiste o monitor?

Figura 60 - Acompanhamento do monitor - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 61 - Acompanhamento do monitor - Prado Velho



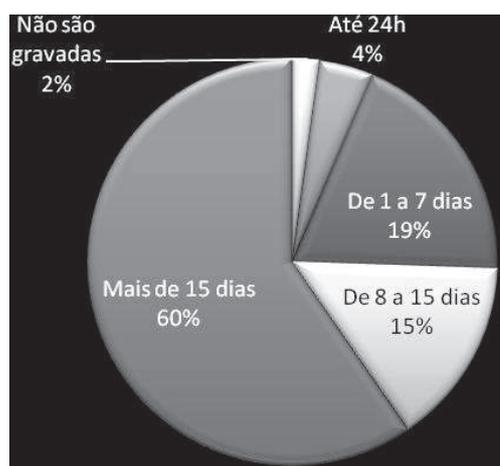
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quanto às horas diárias de monitoramento das imagens em tempo real, as imagens coletadas pelas câmeras são acompanhadas de maneiras diferentes em cada bairro. As opções mais escolhidas foram os horários extremos na lista. No Cabral, a maior parte das imagens é monitorada durante “mais de 8 horas por dia”, com um número que representa mais da metade dos entrevistados no bairro. Já no Prado

Velho, a maior parte das imagens é monitorada de até 2 horas por dia, o menor valor das alternativas dadas, e represente também mais da metade dos entrevistados neste bairro.

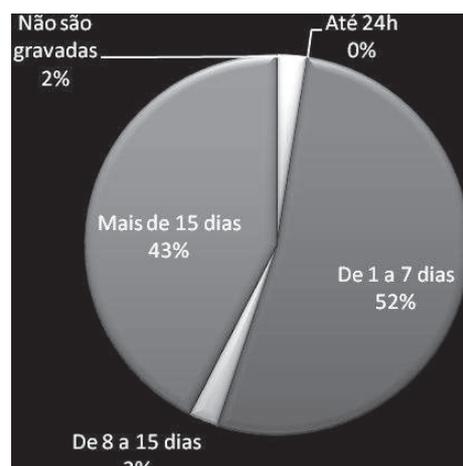
Pergunta 12. Por quanto tempo as imagens ficam gravadas?

Figura 62 - Tempo imagens gravadas - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 63 - Tempo imagens gravadas - Prado Velho

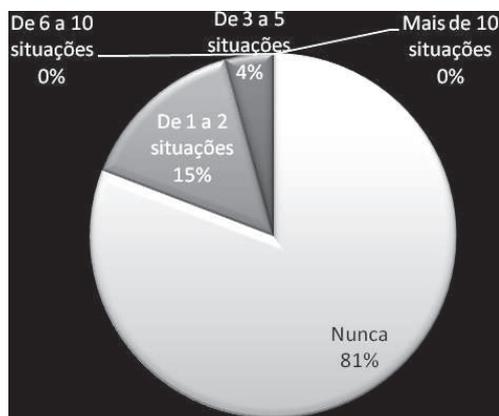


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O tempo em que as imagens permanecem gravadas apresenta-se bem diferente em cada bairro. As alternativas “mais de 15 dias” e “de 1 a 7 dias” foram as mais escolhidas nos dois casos.

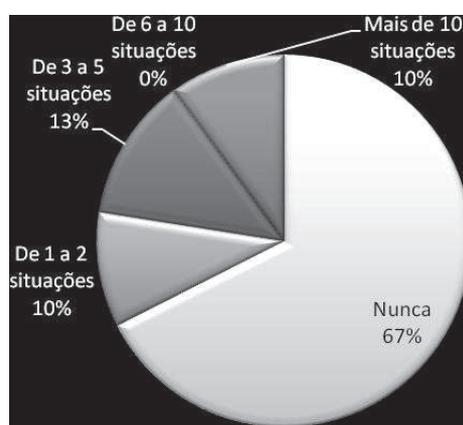
Pergunta 13. Quantas vezes algum tipo de ação foi desencadeada por uma situação observada pelas imagens das câmeras?

Figura 64 - Ações desencadeadas - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 65 - Ações desencadeadas - Prado Velho

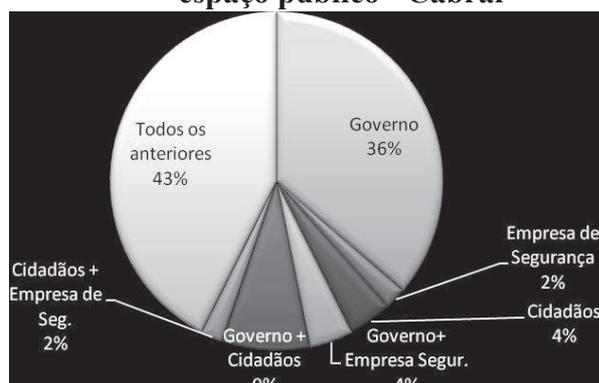


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os entrevistados foram questionados sobre o número de vezes que uma ação foi desencadeada devido a alguma situação considerada suspeita, observada em tempo real pelas câmeras. Muito à frente das demais opções, em ambos os bairros a maioria das respostas foi “nunca”. Esse fato nos leva a pensar que, se nenhuma ação ocorre a partir dessa observação momentânea, de que serve ter a câmera de vigilância? Apenas para observar fatos que já aconteceram e já não se pode mais evitar? Deste modo, a utilização de câmeras de monitoramento e vigilância serviria para a função de punição por fatos ocorridos no passado. Ou seria uma maneira de estabelecer controle sobre as pessoas no tempo presente? Minton (2006) afirma que a necessidade de segurança tornou-se viciante, a quantidade de câmeras instaladas nos bairros nunca será suficiente as pessoas, o medo alimenta o medo.

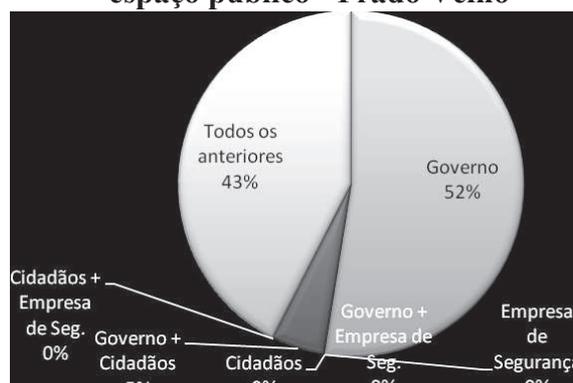
Pergunta 14. Na sua opinião, quem deve ter responsabilidade sobre a segurança e gestão do espaço público?

Figura 66 - Responsabilidade pelo espaço público - Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 67 - Responsabilidade pelo espaço público - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

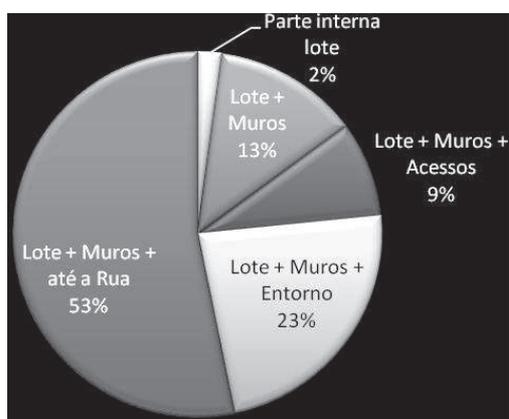
Os respondentes foram questionados quanto a quem deveria cumprir o papel de agente responsável pela segurança e gestão do espaço público. Nos dois bairros, as alternativas “todos os anteriores”, que representa uma ação conjunta do governo, cidadãos e empresas de segurança, e somente “governo” representam a maioria das respostas dos entrevistados.

Os autores Bauman e Lyon (2013) ressaltam que com a ausência do governo na segurança nas cidades, os cidadãos são nomeados para a função dúbia de se tornar suas próprias autoridades legislativas, executivas e judiciárias numa só. Espera-se que os indivíduos planejem e ponham em prática, com seus próprios recursos e habilidades, soluções individuais para problemas gerados no nível social. O poder e a

política atualmente estão se separando, pois com a chegada das novas tecnologias o poder se expandiu para um espaço além dos limites territoriais, enquanto a política continuou local, tornando-se incapaz de fazer a ligação entre interesses individuais e públicos.

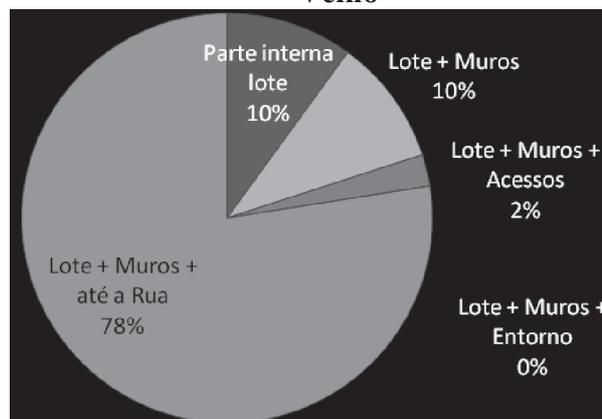
Pergunta 15. Na sua opinião, até onde vão os limites do controle para que o dono da propriedade estabeleça privacidade sobre este espaço?

Figura 68 - Limites do controle – Cabral



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 69 - Limites do controle - Prado Velho



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Por último, foi perguntando aos entrevistados até onde eles acreditam que o proprietário pode controlar o espaço para garantir a sua privacidade. Nos dois bairros, a maioria dos respondentes escolheu a opção “e.”, que é a mais abrangente, incluindo a parte interna do lote do proprietário, seus muros, a calçada no entorno e a rua.

Se a sociedade privada estabelece controle sobre um espaço que é público, mesmo que de maneira virtual, os limites entre público e privado começam a sumir, por mais que isso aconteça de maneira não-física. Esse fato, no entanto, gera uma contradição, se as áreas comuns podem ser controladas por todos os atores do setor privado, o espaço público continua sendo de todos, deste modo é necessário que haja acordos comuns quanto aos usos e regras desses espaços, do contrário poderá haver um grande caos. Bauman e Lyon (2013) afirmam que há atualmente uma mudança cultural na visão das pessoas sobre o que deve ser público e o que deve ser privado. Vale lembrar que Jacobs (2000) diz que uma cidade necessita de uma nítida separação entre o espaço público e o espaço privado, para que os índices de violência sejam

reduzidos. Caldeira (2000) ressalta que o desenvolvimento da privatização da segurança é um modo de discriminação. Novamente, é importante observar que esse controle exacerbado justificado pelo medo pode estar sendo utilizado como justificativa para táticas sociais de seleção e exclusão.

5. CONCLUSÃO

É indispensável compreender as novas maneiras com que a vigilância vem sendo utilizada na vida da cidade contemporânea, afinal uma nova tecnologia, mesmo que tenha sido criada honestamente e conscientemente, traz infinitas possibilidades desconhecidas e não vivenciadas anteriormente. Nota-se que a tecnologia tem um poder grandioso, pois esconde a responsabilidade humana, como se isentasse seu usuário de responsabilidade. A partir dos dados de pesquisa coletados foi possível perceber que a arquitetura do medo está fortemente presente na cidade contemporânea, representada neste caso pelo fenômeno das câmeras de vigilância e monitoramento. Ao realizar a análise desse fenômeno, é importante perceber as diferenças na situação social e cultural do Brasil em relação a países mais desenvolvidos, que é de onde vêm diversos teóricos relacionados ao tema. Observar isso é importante, pois uma teoria que se enquadra num país desenvolvido, pode não se enquadrar num outro onde as taxas de violência sejam extremamente maiores. Foi constatado que as práticas de monitoramento ocorrem tanto em zonas de renda alta, quanto em zonas de renda baixa e, aparecem nas mais diversas tipologias de edificações, sejam residenciais, comerciais ou de serviços. Nota-se ainda que o meio urbano da atualidade tem, propositalmente ou não, valorizado as desigualdades e separações por meio de aspectos individualistas do uso das câmeras de vigilância. As ruas e calçadas são vistas como espaços de perigo e cautela e vêm sendo abandonadas, de modo que a sociedade chega ao ponto de nem ao menos conhecer seus vizinhos, não há relação entre as pessoas. Representando um número muito reduzido dos casos, esse espaço público vem sendo usado com o propósito de alguma outra atividade que não apenas a de passagem.

A presente pesquisa mostrou que o tipo de apropriação que ocorre sobre o espaço público e, que advém do setor privado da sociedade, é primordialmente e quase unânime uma vigilância que parte do sentimento de medo e, tem como objetivo tão só a busca desesperada pela segurança. Um governo ausente e ineficiente gera um nível alto de insatisfação e insegurança na sociedade, que se encontra com necessidade de praticar atos para buscar segurança por conta própria,

por meio daqueles equipamentos que estão ao seu alcance. Entretanto, essa instalação disseminada de câmeras de vigilância parece não alcançar resultados satisfatórios quanto à prevenção de ocorrências violentas. Esses equipamentos podem ajudar na sensação de diminuição da violência e, em partes, nas medidas tomadas após o acontecimento dos fatos, como reconhecer um indivíduo ou sanar dúvidas quanto ao ocorrido. Percebe-se também que a população não possui preocupação com a invasão de sua privacidade, acredita-se que para obter uma sensação de mais segurança, a sociedade acredita que essa troca vale à pena. E, ainda, a sociedade da atualidade não encontra problemas numa superexposição da individualidade, visto que já estão habituados com os meios de comunicação e entretenimento, em que a ideia é se tornar o mais exposto possível.

A pesquisa não permite generalizações, pois possui caráter exploratório. Para que haja um conhecimento mais profundo sobre o fenômeno, são necessários mais estudos descritivos e explicativos. A contribuição do trabalho consiste na percepção de aspectos relativos à atual disseminação de equipamentos de vigilância destinados à prática de monitoramento. Pelo fato de muitos destes elementos serem de propriedade privada e estarem presentes nos espaços públicos da cidade contemporânea, é importante que os gestores públicos compreendam profundamente os conflitos e as manifestações territoriais que este fenômeno gera, deste modo as cidades podem ser melhores geridas e, portanto, vividas pelos cidadãos. Ao compreender as novas tipologias de controle e uso do espaço, é possível estabelecer normas e padrões que permitam a gestão da cidade de maneira mais justa e equilibrada nas relações entre sociedade, poder público e instituições privadas.

O autor Mathiesen (1997) já dizia que é necessário dar continuidade e aprofundamento ao tema, pois para entender as condições culturais das cidades contemporâneas é essencial compreender o papel dos meios de comunicação em massa. Na continuidade da pesquisa, seria interessante buscar o aprofundamento dos conceitos citados e, ainda, outras teorias que, concordando ou discordando, aprofundem a análise. Seria também enriquecedor enquadrar o tema em outros contextos geográficos e temporais. Uma outra possibilidade interessante seria realizar a pesquisa focando no mesmo fenômeno de câmeras de vigilância, porém

desta vez nas áreas públicas, para investigar as semelhanças e diferenças nos dois casos. É possível utilizar-se de critérios de análise semelhantes aos da presente pesquisa para investigar outros eventuais fenômenos que estejam se manifestando na cidade contemporânea e modificando espaços públicos.

6. REFERÊNCIAS

_ **Agência Curitiba**, disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=49>>. Acesso em: 3 de outubro de 2014.

_ **Mapa da Violência 2014**, disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

_ **Mapa da Violência 2015**, disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

_ **Portal da Prefeitura de Curitiba**, disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/usodoautomovel>>. Acesso em: 1 de agosto de 2015.

ANDERS, Günther. **Le temps de la fin**, Paris, L'Herne, 2007, p, 52-3.

ANDRZEJEWSKI, Anna Vemer. Building Power: Architecture and Surveillance. In: **Victorian America**, Knoxville, University of Tennessee Press, 2008.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 375.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**, Cambridge, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. - Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**, Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida: diálogos com David Lyon/Zygmunt Bauman** - Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BIGO, Didier. Security: a field left fallow. In: **Foucault on Politics, Security and War**, Londres, 2011, p. 109.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CAMINHA, D. M. Cultura como inovação e as atitudes de mudança. In: **Revista Urbe: Cultura Visual Urbana e Contemporaneidade, Cartografias Urbanas**, v.01, n.04, 2011, disponível em: <http://www.revistaurbe.com.br/URBE1/files/urbe1_miolo_bx_pageflip.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2015.

CASTELLO, L. **A percepção de Lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura - urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CRESTANI, Andrei. **Revelando Lugares e Territórios Urbanos**: Tensões Conceituais de Espacialidades Urbanas Contemporâneas. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – PPGTU, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba.

CUFF, D. 'Immanent Domain: Pervasive Computing and the Public Realm'. In: **Journal of Architectural Education**, v.57, 2003, pp.43-49. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/nomads/tics_arq_urb/ImmanentDomain.pdf> Acesso em: 5 de março de 2015.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: 1997, 123 p.

DELEUZE, Gilles. **Postscript on the societies of control**, 1992, p.37

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, v.XXI, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008 – 288p.

GANDY, Oscar. Dividing Practices: segmentation and Targeting in the Emerginf Public Sphere. In: **Mediated Politics**: Communication in the future of democracy, Cambridge, 2001.

HAGGERTY, Kevin e ERICSON, Richard. **The surveillance assemblage**, British Journal of Sociology, v.54, n.1, 2000, p.605-22.

HAGGERTY, Kevin. Tear down the walls. In: **Theorizing Surveillance in Crime Control**, 2011, p.231-237.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

HOUELLEBECQ. O que penso, fundamentalmente, é que não se pode fazer alguma coisa no que se refere a grandes mudanças sociais. In: **The Art of Fiction No. 206** - Disponível em: <<http://www.theparisreview.org/interviews/6040/the-art-of-fiction-no-206-michel-houellebecq>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

INPESPAR. **Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial**. Disponível em <<http://www.inpespar.com.br/>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

INTRONA, Lucas. **The face and the interface**: think with Levinas on ethics and justice in an electronically mediated world, Universidade de Lancaster, 2003.

IPPUC. **Análise do Censo**. Disponível em < <http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=197&idioma=1&titulo=an%20E1lise%20do%20censo&liar=n%E3>>. Acesso em: 3 de outubro de 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 528.

KENNICOTT, Philip. How to act in public spaces in a digital age. In: **The Washington Post**. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/entertainment/decorum-in-the-digital-age/2015/04/29/25516560-e854-11e4-aae1-d642717d8afa_story.html> Acesso em 13 de maio de 2015.

LYON, David. **Surveillance as Social Sorting: Privacy, Risk, and Digital Discrimination**, Londres, Routledge, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5 ed. – São Paulo : Atlas 2003.

MARX, Gary T. **An ethics for the new surveillance**, v.14, n.3, 1998.

MATHIESEN, Thomas. The viewer society: Michel Foucault's panopticon revisited. In: **Theoretical Criminology**, v.1, n.2, 1997, p. 215-34.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço public em Campinas. In: **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 1, 2012, p.81-105.

MENDONÇA, E. Apropriações do Espaço Público. In: **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, UERJ, RJ, v.7, n.2, p. 296-306, agosto 2007.

_ **Ministério da Justiça**, disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

MINTON, Anna. What kind of world we are building? - The privatisation of public space. In: **RICS ORGANISATION**. Londres, v. 50479, 2006.

MINTON, Anna. **Ground Control: Fear and Happiness in the Twenty-First Century City**, Londres, Penguin, 2011, p. 171.

MONAHAN, Torin. **Surveillance in the Time of Insecurity**, New Brunswick, Rutgers University Press, 2010, p. 150.

MORONI, Stefano e CHIODELLI, Francesco. Public Spaces, Private Spaces, and the Right to the City. In: **Internacional Journal of E-Planning Research**. Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-65, 2014.

MURRAY, S. F., **Battle Command**: decision-making and the battlefield panopticon, 2006, p. 46-51.

PÁRAMO, Pablo e ARROYO, Andrea Milena Burbano. Sociolugares: en el límite entre lo Público y lo Privado. In: **Avances em Psicología Latinoamericana**. Colômbia, v. 30, n. 2, p. 272 –286, 2012.

PINSONNEAULT, A. e KRAEMER, K. L., Survey research in management information systems: an assessement. In: **Journal of Management Information System**, 1993.

SAMPIERI, R. H. et alii. **Metodología de la investigación**. México, McGraw-Hill, 1991.

SANTOS, C. N. F. (coordenador) e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SERPA, A.. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVERSTONE, Roger. Proper distance: towards an ethics for cyberspace. In: **Digital Media Revisited**: Theoretical and Conceptual Innovations in Digital Domains, Cambridge, 2003, p. 469-90.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estela Muszkat. **Metolodogia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SIMMEL, George. The sociology of secrecy and of the secret societies. In: **American Journal of Sociology**, n.11, 1996, p. 41-98.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington: American Association of Geographers, 1971.

SOLLOHUB, Darius. Territory and Mobility in the American Suburb. In: **IEEE TECHNOLOGY AND SOCIETY MAGAZINE**. Nova Iorque, v. 23, n. 3, p. 13-15, 2004.

SOUZA, C. F. de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). **Imagens Urbanas**: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópolis**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

STAPLES, William G. **Everyday Surveillance**: Vigilance and Visibility in Postmodern Life. Lanham, Rowman & Littlefield, 2008, p.8.

VARNA, Georgiana Mihaela. **Assesing the Publicness of Public Places**: Towards a New Model. 2011. 424 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Glasgow, Glasgow.

WACQUANT, Loïc. **Punishing the poor**: The Neoliberal Government of Social Insecurity, Durham, Duke University Press, 2008, p. 25.

WASELFISZ, J.J. Homicídios e juventude no Brasil – Atualização 15 a 29 anos. In: **Mapa da Violência 2014**. Brasília, FLACSO/CEBELA, 2014.

WASELFISZ, J.J. Mortes matadas por arma de fogo. In: **Mapa da Violência 2015**. Brasília, FLACSO/UNESCO, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p. ISBN 978-85-7780-655-3.

7. APÊNDICES

APÊNDICE 01

Planilha-roteiro para mapeamento do bairro Cabral

PONTO	DATA	SETOR	CÓDIGO CÂMERA	No. DE CÂMERAS	No. DE FOTOS	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO
1	13/01/2015	1	1	1	3	Av. Paraná,998	Poliservice Segurança
2	13/01/2015	1	2	1	2	Av. Paraná,1013	
3	13/01/2015	1	3	2	4	Av. Paraná,1137	Force Vigilância
4	13/01/2015	1	4	2	2	Av. Paraná,1181	Via Force
5	13/01/2015	1	5	2	3	Av. Paraná,1330	Alcatraz
6	13/01/2015	1	6	1	1	Rua Flávio Dallegrave,4468	
7	13/01/2015	1	7	2	2	Rua Flávio Dallegrave,4410	
8	13/01/2015	1	8	1	3	Rua Flávio Dallegrave,4390	Megatronic
9	13/01/2015	1	9	3	5	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,924	
10	13/01/2015	1	10	1	2	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,833	
11	13/01/2015	1	11	1	2	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,817	
12	13/01/2015	1	12	2	2	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,738	
13	13/01/2015	1	13	2	2	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,618	Intersept
14	13/01/2015	1	14	2	3	Rua Quintino Bocaiuva,227	
15	13/01/2015	1	15	1	2	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,512	Intersept
16	13/01/2015	1	16	3	6	Rua dos Funcionários,910	
17	13/01/2015	1	17	3	4	Rua João Américo de Oliveira,110	Metronic
18	13/01/2015	1	18	3	4	Rua Reinaldo E. Heidinger,27	
19	13/01/2015	1	19	2	2	Rua Reinaldo E. Heidinger,61	G5 Segurança
20	13/01/2015	1	20	1	2	Rua Reinaldo E. Heidinger,70	
21	13/01/2015	1	21	2	5	Rua Camões,2291	Metronic
22	13/01/2015	1	22	1	2	Rua Camões,2320	
23	13/01/2015	1	23	1	1	Rua Clóvis Bevilaqua,335	
24	13/01/2015	1	24	1	2	Rua Clóvis Bevilaqua,300	Orsegups
25	13/01/2015	1	25	2	2	Rua Clóvis Bevilaqua,279	
26	13/01/2015	1	26	1	2	Rua Clóvis Bevilaqua,280	
27	13/01/2015	1	27	1	2	Rua Clóvis Bevilaqua,196	
28	13/01/2015	1	28	1	2	Rua Clóvis Bevilaqua,182	Orsegups

29	13/01/2015	1	29	1	2	Rua Clóvis Bevilaqua,180	Orsegups
30	13/01/2015	1	30	3	6	Rua Clóvis Bevilaqua,160	Orsegups
31	13/01/2015	1	31	1	2	Travessa Graciosa,verificar	
32	13/01/2015	1	32	3	7	Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho,33	Intersept
33	13/01/2015	1	33	2	2	Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho,234	Orsegups
34	13/01/2015	1	34	1	2	Rua Munhoz da Rocha,verificar	
35	13/01/2015	1	35	1	2	Rua Flávio Dallegrave,verificar	
36	13/01/2015	1	36	8	9	Rua Flávio Dallegrave,verificar	
37	13/01/2015	1	37	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,63	
38	13/01/2015	1	38	1	2	Rua Nicarágua,40	
39	13/01/2015	1	39	4	6	Rua Quintino Bocaiuva,86	
40	13/01/2015	1	40	2	4	Rua Quintino Bocaiuva,73	G5 Segurança
41	13/01/2015	1	41	2	4	Rua Quintino Bocaiuva,105	
42	13/01/2015	1	42	1	2	Rua Quintino Bocaiuva,131	
43	14/01/2015	2	43	2	4	Rua dos Funcionários,verificar	Santé
44	14/01/2015	2	44	1	2	Rua Belém,397	Lynx
45	14/01/2015	2	45	3	6	Rua Belém,892	
46	14/01/2015	2	46	2	4	Rua Ver.Antônio dos Reis Cavalheiro,329	Metronic Giro
47	14/01/2015	2	47	1	2	Rua Belém,948	Vigilância
48	14/01/2015	2	48	4	6	Rua Campinas,51	
49	14/01/2015	2	49	2	4	Rua Campinas,17	Via Force
50	14/01/2015	2	50	4	8	Rua Belém,1020	Seg Line
51	14/01/2015	2	51	1	2	Rua Belém,1033	
52	14/01/2015	2	52	3	6	Rua Belém,1070	
53	14/01/2015	2	53	5	8	Rua Coronel Amazonas Marcondes,552	Seg Line
54	14/01/2015	2	54	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,537	
55	14/01/2015	2	55	1	2	Rua Flávio Dallegrave,verificar	Via Force
56	14/01/2015	2	56	1	2	Rua Flávio Dallegrave,verificar	
57	14/01/2015	2	57	1	2	Rua Flávio Dallegrave,4690	Intersept
58	14/01/2015	2	58	1	2	Rua Flávio Dallegrave,4700	
59	14/01/2015	2	59	1	2	Rua Flávio Dallegrave,4769	Costa Melo
60	14/01/2015	2	60	1	2	Rua São Luiz,1018	
61	14/01/2015	2	61	2	4	Rua Campinas,157	Protectus
62	14/01/2015	2	62	1	2	Rua Campinas,143	
63	14/01/2015	2	63	1	2	Rua São Luiz,946	Orsegups
64	14/01/2015	2	64	1	2	Rua Ver.Antônio dos Reis	

						Cavalheiro,425	
65	14/01/2015	2	65	1	2	Rua São Luiz,850	
66	15/01/2015	3	66	4	8	Rua Anita Garibaldi,1204	
67	15/01/2015	3	67	1	2	Rua dos Funcionários,26	Orsegups
68	15/01/2015	3	68	3	6	Rua dos Funcionários,68	
69	15/01/2015	3	69	3	4	Rua dos Funcionários,144	
70	15/01/2015	3	70	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1482	
71	15/01/2015	3	71	4	8	Rua Quintino Bocaiuva,1020	
72	15/01/2015	3	72	3	6	Rua Abílio Peixoto,50	Intersept
73	15/01/2015	3	73	5	10	Rua Abílio Peixoto,33	Centrosul
74	15/01/2015	3	74	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1400	Cameraseg
75	15/01/2015	3	75	2	4	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1341	Fort Vision
76	15/01/2015	3	76	1	2	Travessa Rodolpho Rosenau,75	
77	15/01/2015	3	77	1	2	Travessa Rodolpho Rosenau,68	
78	15/01/2015	3	78	1	2	Travessa Rodolpho Rosenau,85	
79	15/01/2015	3	79	2	4	Rua Santo Afonso de Ligório,197	
80	15/01/2015	3	80	2	4	Rua Santo Afonso de Ligório,773	
81	15/01/2015	3	81	4	8	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1065	
82	15/01/2015	3	82	4	7	Rua Coronel Amazonas Marcondes,933	
83	15/01/2015	3	83	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,909	
84	15/01/2015	3	84	2	4	Rua Vitória,535	Poliservice
85	15/01/2015	3	85	2	4	Rua Campinas,277	Segurança
86	15/01/2015	3	86	2	4	Rua Ver.Antônio dos Reis Cavalheiro,652	G5 Segurança
87	15/01/2015	3	87	3	5	Rua Ver.Antônio dos Reis Cavalheiro,651	Intersept
88	15/01/2015	3	88	2	4	Rua Vitória,391	
89	15/01/2015	3	89	2	4	Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho,546	Colterseg
90	15/01/2015	3	90	1	2	Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho,571	Seg Line
91	15/01/2015	3	91	1	2	Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho,567	
92	15/01/2015	3	92	3	6	Rua da Bandeira,482	Intersept
93	15/01/2015	3	93	3	6	Rua da Bandeira,427	Megatronic
94	15/01/2015	3	94	1	2	Rua da Bandeira,415	
95	15/01/2015	3	95	2	4	Rua Pedro Fabbri,165	Centrosul

96	15/01/2015	3	96	1	2	Rua Pedro Fabbri,115	
97	15/01/2015	3	97	1	2	Rua Abílio Peixoto,356	
98	15/01/2015	3	98	1	2	Rua Abílio Peixoto,337	Intersept
99	15/01/2015	3	99	3	6	Rua Abílio Peixoto,298	
100	15/01/2015	3	100	2	4	Rua Abílio Peixoto,243	Seg Line
101	15/01/2015	3	101	4	7	Rua Abílio Peixoto,213	
102	15/01/2015	3	102	2	4	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1115	VKS
103	15/01/2015	3	103	2	4	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1220	Seg Line
104	15/01/2015	3	104	1	2	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1217	Intersept
105	15/01/2015	3	105	2	4	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1225	Intersept
106	15/01/2015	3	106	2	4	Rua Coronel Amazonas Marcondes,1341	Fort Vision
107	22/01/2015	4	107	4	8	Rua São Luiz,304	Orsegups
108	22/01/2015	4	108	6	10	Rua Chichorro Jr.,143	Megatronic
109	22/01/2015	4	109	2	4	Rua Belém,281	Campana
110	22/01/2015	4	110	5	10	Rua Chichorro Jr.,144	
111	22/01/2015	4	111	1	2	Rua Chichorro Jr.,47	
112	22/01/2015	4	112	3	4	Rua São Luiz,192	
113	22/01/2015	4	113	1	2	Rua Manoel Pedro,221	
114	22/01/2015	4	114	2	4	Rua Manoel Pedro,227	
115	22/01/2015	4	115	3	6	Rua Manoel Pedro,230	Megatronic
116	22/01/2015	4	116	2	4	Rua dos Passionistas,60	Seg Line
117	22/01/2015	4	117	1	2	Rua São Luiz,73	
118	22/01/2015	4	118	3	6	Rua São Pedro,27	
119	22/01/2015	4	119	1	2	Rua São Pedro,44	
120	22/01/2015	4	120	1	2	Rua São Pedro,43	
121	22/01/2015	4	121	3	6	Rua São Pedro,61	
122	22/01/2015	4	122	3	6	Rua São Pedro,122	
123	22/01/2015	4	123	1	2	Rua São Pedro,169	
124	22/01/2015	4	124	2	4	Rua São Pedro,149	Intersept
125	22/01/2015	4	125	3	6	Rua São Pedro,133	
126	22/01/2015	4	126	2	4	Rua São Pedro,101	Intersept
127	22/01/2015	4	127	2	4	Rua Belém,61	
128	22/01/2015	4	128	3	6	Rua Belém,94	
129	22/01/2015	4	129	1	2	Rua Manoel Pedro,318	
130	22/01/2015	4	130	3	6	Rua Manoel Pedro,325	Campana
131	22/01/2015	4	131	2	4	Rua Manoel Pedro,315	Intersept
132	22/01/2015	4	132	1	2	Rua Belém,305	JJG
133	22/01/2015	4	133	4	8	Rua Belém,220	
134	22/01/2015	4	134	2	3	Rua Chichorro Jr.,244	
135	22/01/2015	4	135	2	3	Rua Chichorro Jr.,266	Conceito
136	22/01/2015	4	136	1	3	Rua Chichorro Jr.,278	
137	22/01/2015	4	137	3	6	Rua Belém,309	Intersept

138	22/01/2015	4	138	3	6	Rua Belém,322	Intersept
139	22/01/2015	4	139	1	2	Rua Luciano Cardinale,81	Seg Line
140	22/01/2015	4	140	2	3	Av. Paraná,401	
141	22/01/2015	4	141	1	2	Av. Paraná,367	
142	22/01/2015	4	142	2	4	Av. Paraná,125	Seg Line
143	22/01/2015	4	143	2	4	Av. Paraná,111	Megatronic
144	22/01/2015	4	144	2	4	Av. Paraná,33	Seg Line
145	02/02/2015	5	145	6	12	Rua Bom Jesus,83	
146	02/02/2015	5	146	1	2	Rua Bom Jesus,43	
147	02/02/2015	5	147	1	2	Rua Bom Jesus,21	
148	02/02/2015	5	148	2	4	Rua Bom Jesus,48	
149	02/02/2015	5	149	3	6	Rua Bom Jesus,159	
150	02/02/2015	5	150	4	8	Av. Paraná,150	
151	02/02/2015	5	151	1	2	Rua Bom Jesus,266	Septon
152	02/02/2015	5	152	2	4	Rua São Pedro,261	Metronic
153	02/02/2015	5	153	1	2	Rua São Pedro,247	Endotec
154	02/02/2015	5	154	1	2	Av. Paraná,202	
155	02/02/2015	5	155	3	6	Av. Paraná,286	
156	02/02/2015	5	156	4	8	Rua Manoel Pedro,430	Intersept
157	02/02/2015	5	157	1	2	Rua Manoel Pedro,470	Metronic
158	02/02/2015	5	158	4	8	Rua Manoel Pedro,477	
159	02/02/2015	5	159	1	2	Av. Paraná,404	
160	02/02/2015	5	160	5	10	Rua Chichorro Jr.,371	Alcatraz
161	02/02/2015	5	161	1	2	Rua Alfredo Gulin,80	Alcatraz
162	02/02/2015	5	162	1	2	Rua dos Funcionários,906	
163	02/02/2015	5	163	2	4	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,281	
164	02/02/2015	5	164	2	4	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,242	
165	02/02/2015	5	165	1	2	Rua Manoel Pedro,532	BR Segurança
166	02/02/2015	5	166	2	4	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa,43	
167	02/02/2015	5	167	2	4	Rua São Pedro,515	
168	02/02/2015	5	168	1	2	Rua Recife,143	Seg Line
169	02/02/2015	5	169	1	2	Rua Munhoz da Rocha,648	Poliservice Segurança
170	02/02/2015	5	170	2	4	Rua Munhoz da Rocha,647	Poliservice Segurança
171	02/02/2015	5	171	1	2	Rua Manoel Pedro,720	
172	02/02/2015	5	172	1	2	Rua Munhoz da Rocha,800	
173	02/02/2015	5	173	1	2	Rua Munhoz da Rocha,820	
174	02/02/2015	5	174	4	8	Rua dos Funcionários,1172	Orsegups
175	02/02/2015	5	175	1	2	Rua dos Funcionários,1212	
176	02/02/2015	5	176	1	2	Rua Recife,461	
177	02/02/2015	5	177	2	4	Rua Recife,333	
178	02/02/2015	5	178	6	11	Rua Recife,300	Auxiliar Serviços

179	02/02/2015	5	179	2	4	Rua Manoel Pedro,107 Rua Professor Arthur	
180	02/02/2015	5	180	1	2	Loyola,296	
181	02/02/2015	5	181	1	2	Rua Manoel Pedro,951	
182	02/02/2015	5	182	2	4	Rua Manoel Pedro,928 Rua Professor Arthur	Metronic
183	02/02/2015	5	183	1	2	Loyola,215	
184	02/02/2015	5	184	1	2	Rua São Pedro,750 Rua Professor Arthur	Metronic
185	02/02/2015	5	185	3	6	Loyola,45 Rua Professor Arthur	Seg Line
186	02/02/2015	5	186	4	8	Loyola,85	Seg Line
187	02/02/2015	5	187	4	8	Rua São Pedro,650	
188	02/02/2015	5	188	2	4	Rua São Pedro,637	Intersept
189	02/02/2015	5	189	2	4	Rua São Pedro,533	
190	02/02/2015	5	190	1	2	Rua São Pedro,575	
191	02/02/2015	5	191	1	2	Rua Recife,72	Intersept
192	02/02/2015	5	192	1	2	Rua Recife,66	
193	02/02/2015	5	193	3	6	Rua Recife,25	
194	02/02/2015	5	194	1	2	Rua Recife,17	Intersept
195	02/02/2015	5	195	1	2	Rua Recife,15	Poliservice Segurança

Roteiro de mapeamento – bairro Cabral

Elaborado pela equipe de pesquisa.

APÊNDICE 02

Planilha-roteiro para mapeamento do bairro Prado Velho

PONTO	DATA	SETOR	CÓDIGO CÂMERA	No. DE CÂMERAS	No. DE FOTOS	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO
196	11/03/2015	1	1	1	2	Rua Imaculada Conceição,1155	
197	11/03/2015	1	2	2	4	Av. Senador Salgado Filho,424	Alfalider
198	11/03/2015	1	3	1	2	Rua Orestes Camilli,804	
199	11/03/2015	1	4	1	2	Rua Wilson Feijó,2	
200	11/03/2015	1	5	2	4	BR 476,11904	Foxe
201	11/03/2015	1	6	1	2	Rua Aloísio Finzeto,4334	Locamerica
202	11/03/2015	1	7	1	2	Rua Francisco Parolin,15	Poliservice
203	11/03/2015	1	8	1	2	Av. Marechal Floriano Peixoto,4155	
204	11/03/2015	1	9	2	4	Av. Marechal Floriano Peixoto,4189	
205	11/03/2015	1	10	1	2	Rua Antônio Parolin Junior,65	Globaltronic
206	11/03/2015	1	11	2	4	Av. Marechal Floriano Peixoto,3663	Metronic
207	11/03/2015	1	12	1	2	Av. Marechal Floriano Peixoto,3501	
208	11/03/2015	1	13	1	2	Av. Marechal Floriano Peixoto,3333	Santé
209	11/03/2015	1	14	2	4	Rua Regina Casagrande Marinoni,235	Megatronic
210	11/03/2015	1	15	1	2	Rua Iapó,1809	
211	11/03/2015	1	16	2	4	Rua Imaculada Conceição,1825	Brava
212	11/03/2015	1	17	1	2	Rua Imaculada Conceição,1805	Metronic
213	11/03/2015	1	18	2	4	Rua Imaculada Conceição,1562	
214	11/03/2015	1	19	2	4	Rua Imaculada Conceição,1430	
215	01/04/2015	2	20	3	4	Rua Imaculada Conceição,1122	JRS Segurança
216	01/04/2015	2	21	3	6	Rua Iapó,931	Call Seg
217	01/04/2015	2	22	1	2	Rua Iapó,1030	
218	01/04/2015	2	23	1	2	Rua Iapó,1108	
219	01/04/2015	2	24	3	6	Rua Iapó,1174	Grupo Aliança
220	01/04/2015	2	25	1	2	Rua Iapó,1211	Poliservice
221	01/04/2015	2	26	2	4	Rua Jóquei Clube,437	Orsegups
222	01/04/2015	2	27	1	2	Rua Iapó,1359	
223	01/04/2015	2	28	2	2	Rua Iapó,1370	
224	01/04/2015	2	29	1	2	Rua Iapó,1398	
225	01/04/2015	2	30	1	2	Rua Iapó,1408	

226	01/04/2015	2	31	2	4	Rua Iapó,1458	Poliservice
227	01/04/2015	2	32	1	2	Rua Iapó,1476	
228	01/04/2015	2	33	3	6	Rua Iapó,1549	Segline
229	01/04/2015	2	34	1	2	Rua Iapó,1536	
230	01/04/2015	2	35	2	4	Rua Iapó,1558	
231	01/04/2015	2	36	2	4	Rua Iapó,1556	
232	01/04/2015	2	37	1	2	Rua Iapó,1725	JC Segurança
233	01/04/2015	2	38	1	2	Rua Antônio Grocoske,45	Force
234	01/04/2015	2	39	2	4	Rua Francisco Nunes,1467	Gersepa
235	01/04/2015	2	40	2	4	Rua Francisco Nunes,1340	Intersept
236	01/04/2015	2	41	1	2	Rua Jóquei Clube,294	
237	01/04/2015	2	42	7	14	Rua Francisco Nunes,1241	
238	01/04/2015	2	43	1	2	Rua Francisco Nunes,1266	
239	01/04/2015	2	44	1	2	Rua Francisco Nunes,1224	
240	01/04/2015	2	45	2	4	Rua Francisco Nunes,1218	Gersepa
						Rua Comendador	
241	01/04/2015	2	46	2	4	Roseira,499	Metronic
242	01/04/2015	2	47	3	6	Rua Francisco Nunes,944	
243	01/04/2015	2	48	2	4	Rua Francisco Nunes,931	
244	01/04/2015	2	49	1	2	Rua Guabirota,173	
245	01/04/2015	2	50	3	2	Rua Guabirota,158	
						Rua Doutor Reynaldo	
246	01/04/2015	2	51	1	2	Machado,868	Alcatraz
						Rua Doutor Reynaldo	
247	01/04/2015	2	52	2	4	Machado,895	
						Rua Doutor Reynaldo	
248	01/04/2015	2	53	2	4	Machado,896	
						Rua Doutor Reynaldo	
249	01/04/2015	2	54	1	2	Machado,1032	
						Rua Comendador	
250	01/04/2015	2	55	1	2	Roseira,352	Segline
						Rua Comendador	
251	01/04/2015	2	56	1	2	Roseira,342	
						Rua Doutor Reynaldo	
252	01/04/2015	2	57	2	2	Machado,1050	Mastertron
						Rua Doutor Reynaldo	
253	01/04/2015	2	58	1	2	Machado,1120	Gersepa
						Rua Doutor Reynaldo	
254	01/04/2015	2	59	2	4	Machado,1188	
255	01/04/2015	2	60	1	2	Rua Jóquei Clube,174	
						Rua Doutor Reynaldo	
256	01/04/2015	2	61	2	4	Machado,1288	
						Rua Doutor Reynaldo	
257	01/04/2015	2	62	2	4	Machado,1295	Mastertron
						Rua Doutor Reynaldo	
258	01/04/2015	2	63	1	2	Machado,1336	
						Rua Doutor Reynaldo	
259	01/04/2015	2	64	2	4	Machado,1469	
260	01/04/2015	2	65	4	8	Rua Jóquei Clube,93	

261	01/04/2015	2	66	1	2	Rua Jóquei Clube,39	STV
262	01/04/2015	2	67	1	2	Rua Conselheiro Laurindo,2955	
263	01/04/2015	2	68	3	5	Rua Conselheiro Laurindo,2815	Grupo Interpol
264	01/04/2015	2	69	5	8	Rua Conselheiro Laurindo,248	
265	01/04/2015	2	70	1	2	Rua Conselheiro Laurindo,2725	
266	01/04/2015	2	71	1	2	Rua Conselheiro Laurindo,2655	
267	01/04/2015	2	72	1	2	Rua Conselheiro Laurindo,2576	
268	07/04/2015	3	73	1	2	Rua Guabirota,499	
269	07/04/2015	3	74	2	4	Rua Imaculada Conceição,731	Orsegups
270	07/04/2015	3	75	3	6	Rua Imaculada Conceição,690	Gersepa
271	07/04/2015	3	76	3	6	Rua Iapó,719	Segline
272	07/04/2015	3	77	2	4	Rua Iapó,805	
273	07/04/2015	3	78	1	2	Rua Iapó,686	
274	07/04/2015	3	79	1	2	Rua Chile,635	Metronic
275	07/04/2015	3	80	2	4	Rua Francisco Nunes,695	
276	07/04/2015	3	81	1	2	Rua Coronel Zacarias,206	
277	07/04/2015	3	82	1	2	Rua Piquiri,824	
278	07/04/2015	3	83	1	2	Rua Comendador Roseira,153	
279	07/04/2015	3	84	1	2	Rua Piquiri,1178	
280	07/04/2015	3	85	1	2	Rua Rockfeller,1671	
281	07/04/2015	3	86	1	2	Rua Rockfeller,1450	
282	07/04/2015	3	87	1	2	Rua Rockfeller,1529	
283	07/04/2015	3	88	2	4	Rua Rockfeller,1519	
284	07/04/2015	3	89	2	4	Rua Comendador Roseira,60	
285	07/04/2015	3	90	2	4	Rua Comendador Roseira,88	
286	07/04/2015	3	91	2	4	Rua Rockfeller,350	
287	07/04/2015	3	92	2	4	Rua Rockfeller,1310	
288	07/04/2015	3	93	1	2	Rua Rockfeller,1264	Metronic
289	07/04/2015	3	94	2	4	Rua Chile,1221	
290	07/04/2015	3	95	1	2	Rua Conselheiro Dantas,260	
291	07/04/2015	3	96	2	4	Rua Conselheiro Dantas,222	
292	07/04/2015	3	97	2	4	Rua Conselheiro Dantas,498	WS Segurança
293	07/04/2015	3	98	1	2	Av. Marechal Floriano Peixoto,233	
294	07/04/2015	3	99	1	2	Rua Chile,1373	Gersepa
295	07/04/2015	3	100	2	4	Rua Chile,1349	Gersepa
296	07/04/2015	3	101	1	2	Rua Chile,1335	
297	07/04/2015	3	102	3	6	Rua Caeté,53	
298	07/04/2015	3	103	2	4	Av. Marechal Floriano Peixoto,3160	

299	07/04/2015	3	104	1	2	Rua Iapó,1908	
300	07/04/2015	3	105	1	2	Rua Iapó,1932	
301	07/04/2015	3	106	1	2	Rua Francisco Nunes,1990	
302	07/04/2015	3	107	1	2	Rua Francisco Nunes,1988	Gersepa
303	07/04/2015	3	108	3	6	Travessa Solieri,85	Gersepa

Roteiro de mapeamento – bairro Prado Velho

Elaborado pela equipe de pesquisa.

APÊNDICE 03

CÂMERAS - CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA

PUNTO	CÂMERA	CARACTERÍSTICAS														EMPRESA			
		MODELO		LOCALIZAÇÃO		POSICIONAMENTO					ACESSO			PROTEÇÃO			APARÊNCIA		
		TUBULAR	DOMO	DENTRO LOTE	FORA LOTE	ACESSO PEDESTRES	ACESSO VEÍCULOS	FACHADA	RUA	UMA DE CADA LADO	FÁCIL	NORMAL	DIFÍCIL	SIM	NÃO		DISFARÇADA	NORMAL	
CABRAL	1	1		1				1										Poliservice Segurança	
		1		1				1									1		
	2	1	1	1							1						1		
	3	1	1		1	1						1						1	Force Vigilância
		2	1		1		1	1	1			1						1	
	4	1		1	1		1	1	1		1							1	Via Force
		2		1	1		1				1							1	
	5	1	1		1				1	1	1			1			1		Alcatraz
		2	1		1				1	1	1			1			1		
	6	1	1	1						1				1			1		
		1	1		1		1							1				1	
	7	1	1		1		1				1			1	1				1
		2	1		1		1							1	1				1
	8	1	1		1		1							1					Megatronic
		1	1		1		1							1					1
		1	1		1		1							1					1
	9	2	1		1		1							1					1
		3	1		1		1							1					1
		1	1		1		1			1				1					1
	10	1	1		1		1			1				1					1
		1	1		1		1							1			1		
	11	1	1		1		1							1			1		
		1	1		1		1							1					1
	12	1	1		1		1							1					1
		2	1		1		1							1					1
	13	1	1		1				1	1				1					1
		2	1		1				1	1				1					1
	14	1	1		1		1				1			1					1
		2	1		1				1				1				1		
	15	1	1		1		1							1			1		
1		1		1		1							1					1	
16	2	1		1				1					1					1	
	3	1		1				1					1			1			
	1	1		1		1							1			1			
17	2	1		1		1							1			1			
	3	1		1		1							1			1			
	1	1		1		1							1					1	
18	1	1		1		1							1					1	
	2	1		1		1							1					1	
	3	1		1				1					1					1	

19	1	1		1		1			1		1		1	G5
	2	1	1		1				1		1		1	Segurança
20	1	1		1		1			1		1		1	
21	1	1		1	1				1		1		1	Metronic
	2	1		1		1			1		1		1	
22	1	1	1							1			1	
23	1	1		1	1				1		1		1	
24	1	1		1		1			1		1		1	Orsegups
25	1	1		1	1				1		1	1		
	2	1		1		1			1		1	1		
26	1	1		1		1	1			1	1		1	
27	1	1		1		1	1			1	1		1	
28	1	1		1					1		1		1	Orsegups
29	1	1		1					1		1		1	Orsegups
	1	1	1		1					1	1		1	
30	2	1		1		1	1	1		1	1		1	Orsegups
	3	1		1		1	1	1		1	1		1	
31	1	1	1					1			1		1	
	1	1		1	1				1		1	1		
32	2	1		1		1	1			1	1	1		Intersept
	3	1		1	1		1			1	1	1		
33	1	1		1	1			1		1	1		1	Orsegups
	2	1		1	1			1		1	1		1	
34	1	1		1			1			1	1		1	
35	1	1		1		1	1			1	1		1	
	1	1		1		1	1			1	1		1	
	2	1		1		1	1			1	1		1	
	3	1		1		1	1			1	1		1	
36	4	1		1		1	1			1	1		1	
	5	1		1		1	1			1	1		1	
	6	1		1		1	1			1	1		1	
	7	1		1		1	1			1	1		1	
	8	1		1		1	1			1	1		1	
37	1	1		1		1			1		1		1	
38	1	1	1			1				1	1		1	
	1	1		1		1		1		1	1		1	
39	2	1		1		1		1		1	1		1	
	3	1		1		1		1		1	1		1	
	4	1		1		1		1		1	1		1	
40	1	1		1		1		1		1	1		1	G5
	2	1		1		1		1		1	1		1	Segurança
41	1	1	1			1	1		1		1		1	
	2	1	1			1	1		1		1		1	

42	1	1	1		1				1	1	1	
43	1	1	1		1				1	1	1	Santé
44	2	1	1					1	1	1	1	Lynx
45	1	1	1		1				1	1	1	
46	2	1	1		1			1	1	1	1	Metronic
47	3	1	1			1			1	1	1	
48	1	1	1					1	1	1	1	Giro Vigilância
49	1		1					1		1	1	
50	2	1	1						1	1	1	Seg Line
51	3	1	1						1	1	1	
52	4	1	1						1	1	1	
53	1	1	1						1	1	1	Via Force
54	2	1	1						1	1	1	
55	3	1	1						1	1	1	Seg Line
56	4	1	1						1	1	1	
57	1	1	1						1	1	1	Via Force
58	1	1	1						1	1	1	
59	2	1	1						1	1	1	Intersept
60	3	1	1						1	1	1	
61	4	1	1						1	1	1	Costa Melo
62	1	1	1						1	1	1	
63	1	1	1						1	1	1	Protectus
64	1	1	1						1	1	1	Orsegups

14	1	1				1			1		1		1	Seg Line
2	2		1						1			1		
14	1	1			1				1			1		Megatronic
3	2	1			1	1			1			1		
14	1	1		1							1		1	Seg Line
4	2	1		1				1				1		
	1	1			1				1				1	
	2	1			1				1		1		1	
14	3	1			1				1			1		
5	4		1		1	1			1			1		
	5	1		1		1			1			1		
	6		1		1				1		1	1		
14	6	1		1					1			1		
14	7	1			1			1				1		
14	1	1			1	1			1			1		
8	2	1			1	1			1			1		
	1	1			1				1	1	1	1		
14	2	1			1				1	1	1	1		
9	3	1		1					1			1		
	1	1		1					1			1		
15	2	1		1					1			1		
0	3	1		1					1			1		
	4	1		1					1			1		
15	1	1			1				1			1		Septron
15	1	1			1				1			1		
15	2	2		1					1			1		Metronic
15	3	1		1			1		1			1		Endotec
15	4	1			1				1		1			
	1	1			1				1			1		
15	2	1		1					1			1		
5	3	1		1					1			1		
	1	1		1					1			1		
15	2	1		1			1		1			1		Intersept
6	3	1		1			1		1			1		
	4	1		1			1		1			1		
15	7	1			1				1			1		Metronic
	1	1			1				1			1		
15	2	1		1					1			1		
8	3	1		1			1		1			1		
	4	1		1					1			1		
15	1	1			1				1		1			

APÊNDICE 04

QUESTIONÁRIO SURVEY

Entrevistado nº _____

Relação com o bairro:

- Reside
 Trabalha (contato direto com o público)
 Trabalha (sem contato direto com público)

Perguntas	Respostas
1. Que impressão você tem da rua que frequenta?	<input type="checkbox"/> Movimentada <input type="checkbox"/> Tranquila <input type="checkbox"/> Deserta <input type="checkbox"/> Segura <input type="checkbox"/> Insegura
2. Quanto você conhece as pessoas que frequentam essa rua?	<input type="checkbox"/> Pouco <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Muito
3. Como você utiliza a rua?	<input type="checkbox"/> Para passagem <input type="checkbox"/> Faço limpeza <input type="checkbox"/> Faço manutenção <input type="checkbox"/> Para lazer: brincadeiras, conversas com vizinhos, etc.
4. Como você se sentiria com uma câmera te vigiando no espaço público?	<input type="checkbox"/> Incomodado <input type="checkbox"/> Neutro/indiferente <input type="checkbox"/> Confortável
5. Você já presenciou alguma situação de perigo nesta rua?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim.
6. Qual é seu nível de satisfação com o governo quanto à gestão do espaço público?	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito alto
7. Por que você utiliza câmera de vigilância?	<input type="checkbox"/> Evitar roubos em minha propriedade <input type="checkbox"/> Inibir a presença de transeuntes em frente à minha propriedade <input type="checkbox"/> Observar as ações que acontecem na rua
8. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão da segurança?	<input type="checkbox"/> Muito menos segura <input type="checkbox"/> Menos segura <input type="checkbox"/> Nada mudou <input type="checkbox"/> Mais segura <input type="checkbox"/> Muito mais segura
9. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão de fluxo de pessoas?	<input type="checkbox"/> Muito menos fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Menos fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Nada mudou <input type="checkbox"/> Mais fluxo de pessoas <input type="checkbox"/> Muito mais fluxo de pessoas

10. Quem faz o monitoramento das imagens coletadas por suas câmeras?	<input type="checkbox"/> Você mesmo <input type="checkbox"/> Empresa de segurança contratada <input type="checkbox"/> Ambos			
11. Por quantas horas diárias as imagens coletadas são acompanhadas por alguém que assiste o monitor?	<input type="checkbox"/> 0:00 – 2:00 <input type="checkbox"/> 2:01 – 4:00 <input type="checkbox"/> 4:01 – 8:00 <input type="checkbox"/> Mais de 8 horas			
12. Por quanto tempo as imagens ficam gravadas?	<input type="checkbox"/> Elas não são gravadas <input type="checkbox"/> Até 24h <input type="checkbox"/> De 1 a 7 dias <input type="checkbox"/> De 8 a 15 dias <input type="checkbox"/> Mais de 15 dias			
13. Quantas vezes algum tipo de ação foi desencadeada por uma situação observada pelas imagens das câmeras? (ex.: chamar a polícia, evitar que pessoas façam algo considerado incorreto, punir pessoas por fazerem algo incorreto, etc.)	<input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> De 1 a 2 situações <input type="checkbox"/> De 3 a 5 situações <input type="checkbox"/> De 6 a 10 situações <input type="checkbox"/> Mais de 10 situações			
14. Na sua opinião, quem deve ter responsabilidade sobre a segurança e gestão do espaço público?	<input type="checkbox"/> Governo <input type="checkbox"/> Empresas privadas de gestão e segurança <input type="checkbox"/> Cidadãos <input type="checkbox"/> Governo + Empresas privadas <input type="checkbox"/> Governo + Cidadãos <input type="checkbox"/> Cidadãos + Empresas privadas <input type="checkbox"/> Todos os anteriores			
15. Na sua opinião, até onde vão os limites do controle para que o dono da propriedade estabeleça privacidade sobre este espaço?				
a.	b.	c.	d.	e.
<p>a. <input type="checkbox"/> Toda a parte interna do lote</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Parte interna do lote + Muros e cercas</p> <p>c. <input type="checkbox"/> Parte interna do lote + Muros e cercas + Porção indeterminada próxima aos acessos da propriedade</p> <p>d. <input type="checkbox"/> Parte interna do lote + Muros e cercas + Porção indeterminada próxima aos acessos e áreas próximas aos muros da propriedade</p> <p>e. <input type="checkbox"/> Parte interna do lote + Muros e cercas + Faixa indeterminada definida pela porção do espaço captada pela câmera de vigilância da propriedade</p>				

Modelo de questionário para *survey*

Elaborado pela autora.

APÊNDICE 05

CABRAL	ENTREVISTADO Nº																				TOTAL
Relação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Reside				1	1						1	1	1						1		6
Trabalha (c/ público)	1	1	1			1	1	1	1	1				1	1	1	1	1		1	14
Trabalha (s/ público)																					0
1. Impressão																					
Movimentada	1		1		1	1	1	1			1			1		1	1				10
Tranquila		1										1							1	1	4
Deserta																					0
Segura				1						1			1								3
Insegura									1							1				1	3
2. Pessoas																					
Pouco	1					1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Médio		1	1		1			1	1											1	6
Muito				1			1														2
3. Utilização																					
Para passagem	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	18
Faço limpeza								1													1
Faço manutenção																					0
Para lazer													1								1
4. Câmera Esp.Púb.																					
Incomodado																					0
Neutro/Indiferente						1	1		1	1	1		1					1	1	1	9
Confortável	1	1	1	1	1			1				1		1	1	1				1	11
5. Perigo																					
Sim	1	1	1		1	1	1	1	1	1				1				1		1	13
Não				1							1	1	1		1	1			1		7
6. Governo																					
Muito baixo	1		1							1		1					1				5
Baixo						1	1	1		1		1	1	1			1	1			9
Médio		1		1	1		1													1	6
Alto																					0
Muito alto																					0
7. Câmera de vig.																					
Roubos propriedade		1	1		1	1	1	1	1	1			1	1	1	1			1	1	16
Inibir transeuntes																					0
Observar as ações rua	1			1								1							1		4
8. Mudanças segurança																					
Muito menos segura																					0
Menos segura																					0

(continua)

Nada mudou	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Mais segura	1								1				1	1		1	1	5
Muito mais segura	1		1	1	1				1	1						1		7
9. Mudanças fluxo																		
Muito menos fluxo																	1	1
Menos fluxo																		0
Nada mudou	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18
Mais fluxo																		0
Muito mais fluxo				1														1
10. Monitoramento																		
Proprietário		1	1	1	1	1			1	1	1	1				1		10
Empresa de segurança							1	1										2
Ambos	1	1	1		1								1	1		1	1	8
11. Acompanhamento																		
0:00 - 2:00	1	1		1		1	1	1					1					7
2:01 - 4:00	1																	1
4:01 - 8:00					1													1
Mais de 8:00			1	1	1				1	1	1	1		1	1	1	1	11
12. Gravadas																		
Não são gravadas																		0
Até 24h														1				1
De 1 a 7 dias			1				1	1		1		1					1	5
De 8 a 15 dias		1			1					1								3
Mais de 15 dias	1	1		1	1	1	1	1		1		1	1	1	1	1	1	11
13. Ação																		
Nunca	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
De 1 a 2 situações													1		1	1	1	4
De 3 a 5 situações				1														1
De 6 a 10 situações																		0
Mais de 10 situações																		0
14. Responsabilidade																		
Governo	1	1	1	1		1							1				1	7
Empresas privadas																		0
Cidadãos						1			1									2
Governo + Empresas	1																	1
Governo + Cidadãos		1																1
Cidadãos + Empresas																		0
Todos os anteriores					1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
15. Controle																		
a.																		0
b.		1	1												1			3
c.								1	1									2
d.	1	1	1		1			1				1					1	7
e.				1	1	1	1			1		1	1	1		1		8

(continua)

CABRAL	ENTREVISTADO Nº																				TOTAL
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Relação																					
Reside	1	1	1	1	1	1	1			1			1	1				1		1	12
Trabalha (c/ público)								1	1		1				1	1			1		6
Trabalha (s/ público)												1					1				2
1. Impressão																					
Movimentada	1	1	1			1				1			1			1			1	1	9
Tranquila				1				1				1		1							4
Deserta																					0
Segura					1				1										1		3
Insegura								1			1				1		1				4
2. Pessoas																					
Pouco	1			1	1	1				1		1	1	1				1	1	1	11
Médio		1	1					1	1	1		1				1	1			1	9
Muito																					0
3. Utilização																					
Para passagem	1	1		1	1		1	1	1		1	1	1	1		1		1		1	14
Faço limpeza			1			1										1				1	4
Faço manutenção																					0
Para lazer										1								1			2
4. Câmera Esp.Púb.																					
Incomodado													1								1
Neutro/Indiferente	1							1	1			1						1			5
Confortável		1	1	1	1	1	1			1	1			1	1	1		1	1	1	14
5. Perigo																					
Sim	1	1		1	1	1	1	1	1		1	1			1	1	1	1	1	1	15
Não			1							1			1	1						1	5
6. Governo																					
Muito baixo	1				1	1				1			1	1						1	7
Baixo		1	1	1			1	1	1			1			1			1	1		10
Médio											1					1	1				3
Alto																					0
Muito alto																					0
7. Câmera de vig.																					
Roubos propriedade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1		1		1	16
Inibir transeuntes											1									1	2
Observar as ações rua												1					1				2
8. Mudanças segurança																					
Muito menos segura																					0

(continua)

Menos segura																		0	
Nada mudou	1	1	1	1	1			1	1	1	1							10	
Mais segura		1			1					1				1	1			5	
Muito mais segura				1			1	1					1				1	5	
9. Mudanças fluxo																			
Muito menos fluxo									1									1	2
Menos fluxo																		0	
Nada mudou	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
Mais fluxo																		0	
Muito mais fluxo							1	1										2	
10. Monitoramento																			
Proprietário	1	1		1	1	1		1	1		1	1				1	1	11	
Empresa de segurança											1					1		2	
Ambos		1	1			1	1		1			1	1					7	
11.																			
Acompanhamento																			
0:00 - 2:00							1			1								1	3
2:01 - 4:00																			0
4:01 - 8:00											1								1
Mais de 8:00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	16
12. Gravadas																			
Não são gravadas											1								1
Até 24h																			0
De 1 a 7 dias								1				1		1					3
De 8 a 15 dias			1					1			1								3
Mais de 15 dias	1	1		1	1	1	1		1				1		1	1	1	1	13
13. Ação																			
Nunca	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17
De 1 a 2 situações											1					1			2
De 3 a 5 situações							1												1
De 6 a 10 situações																			0
Mais de 10 situações																			0
14.																			
Responsabilidade																			
Governo		1		1	1	1		1	1				1			1			8
Empresas privadas																			0
Cidadãos																			0
Governo + Empresas													1						1
Governo + Cidadãos	1								1						1				3
Cidadãos + Empresas								1											1

(continua)

Todos os anteriores	1	1						1					1	1	7
15. Controle															
a.													1		1
b.										1				1	2
c.								1					1		2
d.							1					1		1	3
e.	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1	12

(continua)

CABRAL	ENTREVISTADO Nº							TOTAL
	41	42	43	44	45	46	47	
Relação								
Reside	1		1	1	1	1		5
Trabalha (c/ público)		1					1	2
Trabalha (s/ público)								0
1. Impressão								
Movimentada	1	1					1	3
Tranquila					1			1
Deserta								0
Segura				1				1
Insegura			1			1		2
2. Pessoas								
Pouco	1		1	1	1	1		5
Médio							1	1
Muito		1						1
3. Utilização								
Para passagem	1		1	1	1	1		5
Faço limpeza							1	1
Faço manutenção		1						1
Para lazer								0
4. Câmera Esp.Púb.								
Incomodado							1	1
Neutro/Indiferente		1				1		2
Confortável	1		1	1	1			4
5. Perigo								
Sim	1	1	1	1			1	5
Não					1	1		2
6. Governo								
Muito baixo					1	1		2
Baixo	1	1		1			1	4
Médio			1					1
Alto								0
Muito alto								0
7. Câmera de vig.								
Roubo propriedade	1	1		1		1	1	5
Inibir transeuntes								0
Observar as ações rua			1		1			2
8. Mudanças segurança								
Muito menos segura								0

(continua)

Menos segura								0
Nada mudou	1				1	1		3
Mais segura		1			1			2
Muito mais segura			1	1				2
9. Mudanças fluxo								
Muito menos fluxo			1					1
Menos fluxo								0
Nada mudou	1		1		1	1	1	5
Mais fluxo								0
Muito mais fluxo		1						1
10. Monitoramento								
Proprietário	1		1	1	1	1		5
Empresa de segurança								0
Ambos		1				1		2
11. Acompanhamento								
0:00 - 2:00		1	1					2
2:01 - 4:00					1			1
4:01 - 8:00								0
Mais de 8:00	1			1		1	1	4
12. Gravadas								
Não são gravadas								0
Até 24h	1							1
De 1 a 7 dias			1					1
De 8 a 15 dias					1			1
Mais de 15 dias		1		1		1	1	4
13. Ação								
Nunca	1		1	1	1	1	1	6
De 1 a 2 situações		1						1
De 3 a 5 situações								0
De 6 a 10 situações								0
Mais de 10 situações								0
14. Responsabilidade								
Governo				1		1		2
Empresas privadas			1					1
Cidadãos								0
Governo + Empresas								0
Governo + Cidadãos								0
Cidadãos + Empresas								0

(continua)

Todos os anteriores	1	1	1	1		4
15. Controle						
a.						0
b.				1		1
c.						0
d.		1				1
e.	1		1	1	1	5

Questionário para *survey* com respostas – Bairro Cabral

Elaborado pela autora.

APÊNDICE 06

PRADO VELHO	ENTREVISTADO Nº																				TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Relação	1																					
Reside	1			1								1			1		1				5	
Trabalha (c/ público)		1	1		1	1		1	1	1	1		1	1		1		1		1	13	
Trabalha (s/ público)							1												1		2	
1. Impressão																						
Movimentada	1	1		1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	15
Tranquila																						0
Deserta								1														1
Segura																						0
Insegura			1				1	1											1			4
2. Pessoas																						
Pouco	1		1	1		1	1					1		1	1		1		1	1		10
Médio		1			1				1	1			1			1		1		1		8
Muito								1			1											2
3. Utilização																						
Para passagem	1		1	1		1	1		1	1	1			1		1		1	1	1		13
Faço limpeza		1											1									2
Faço manutenção																						0
Para lazer					1			1				1			1		1					5
4. Câmera Esp.Púb.																						
Incomodado																						0
Neutro/Indiferente		1	1	1		1	1			1	1		1		1		1	1	1	1		12
Confortável	1				1			1	1			1		1		1					1	8
5. Perigo																						
Sim		1	1		1		1	1		1	1		1	1	1				1	1		12
Não	1			1		1		1				1				1	1		1			8
6. Governo																						
Muito baixo	1	1					1	1	1		1	1	1					1			1	10
Baixo			1			1				1				1					1			5
Médio				1	1										1	1				1	5	
Alto																						0
Muito alto																						0
7. Câmera de vig.																						
Roubo propriedade	1	1	1	1		1	1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1		16
Inibir transeuntes								1													1	2
Observar as ações rua					1								1									2
8. Mudanças segurança																						
Muito menos segura																						0
Menos segura																						0

(continua)

Nada mudou	1 1	1 1	1 1 1 1	1 1	10
Mais segura		1 1	1 1	1 1 1 1	8
Muito mais segura			1	1	2
9. Mudanças fluxo					
Muito menos fluxo					0
Menos fluxo			1		1
Nada mudou	1 1 1 1 1 1	1 1 1 1 1 1	1 1 1 1 1 1	1 1 1 1 1 1	19
Mais fluxo					0
Muito mais fluxo					0
10. Monitoramento					
Proprietário	1 1 1 1	1 1 1 1	1 1	1 1	10
Empresa de segurança		1			1
Ambos	1	1 1	1 1 1 1	1 1	9
11. Acompanhamento					
0:00 - 2:00		1 1 1 1 1	1 1 1 1	1 1 1	12
2:01 - 4:00					0
4:01 - 8:00					1
Mais de 8:00	1 1	1	1 1	1 1	7
12. Gravadas					
Não são gravadas					1
Até 24h					0
De 1 a 7 dias	1 1	1 1	1 1 1 1	1 1 1 1	12
De 8 a 15 dias					0
Mais de 15 dias	1 1	1	1	1 1	7
13. Ação					
Nunca	1 1 1 1 1	1 1 1 1 1 1	1 1 1 1 1	1 1 1 1	15
De 1 a 2 situações	1			1	2
De 3 a 5 situações		1			1
De 6 a 10 situações					0
Mais de 10 situações		1		1	2
14. Responsabilidade					
Governo	1 1	1 1 1	1 1 1 1	1	10
Empresas privadas					0
Cidadãos					0
Governo + Empresas					0
Governo + Cidadãos				1	1
Cidadãos + Empresas					0

(continua)

Todos os anteriores	1	1	1	1			1	1	1	1	1						9
15. Controle																	
a.	1																1
b.				1	1			1									3
c.																	0
d.																	0
e.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16

(continua)

PRADO VELHO	ENTREVISTADO Nº																				TOTAL
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Relação																					
Reside	1					1		1	1												4
Trabalha (c/ público)		1	1		1		1			1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	14
Trabalha (s/ público)				1								1									2
1. Impressão																					
Movimentada	1		1		1	1	1	1	1		1	1			1	1		1		1	13
Tranquila																	1				1
Deserta		1																			1
Segura																					0
Insegura				1						1			1	1					1		5
2. Pessoas																					
Pouco	1	1		1		1		1	1	1	1				1	1			1	1	12
Médio			1		1		1					1	1				1				6
Muito														1				1			2
3. Utilização																					
Para passagem		1	1	1	1		1			1	1	1	1		1	1	1		1	1	14
Faço limpeza														1				1			2
Faço manutenção																					0
Para lazer	1					1		1	1												4
4. Câmera Esp.Púb.																					
Incomodado																					0
Neutro/Indiferente	1			1	1	1	1			1				1		1	1		1		10
Confortável		1	1					1	1		1	1	1		1			1		1	10
5. Perigo																					
Sim		1					1			1	1		1			1	1	1	1	1	10
Não	1		1	1	1	1		1	1			1		1	1						10
6. Governo																					
Muito baixo	1				1	1			1	1	1	1		1		1	1		1	1	12
Baixo		1	1	1									1								4
Médio							1	1							1			1			4
Alto																					0
Muito alto																					0
7. Câmera de vig.																					
Roubos propriedade	1			1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	16
Inibir transeuntes																	1				1
Observar as ações rua		1	1						1												3

(continua)

8. Mudanças segurança		
Muito menos segura		0
Menos segura		0
Nada mudou	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	8
Mais segura	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	10
Muito mais segura	1 1	2
9. Mudanças fluxo		
Muito menos fluxo		0
Menos fluxo		1
Nada mudou	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	19
Mais fluxo		0
Muito mais fluxo		0
10. Monitoramento		
Proprietário	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	12
Empresa de segurança	1 1 1	3
Ambos	1 1 1 1 1	5
11. Acompanhamento		
0:00 - 2:00	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	14
2:01 - 4:00		0
4:01 - 8:00	1	1
Mais de 8:00	1 1 1 1 1	5
12. Gravadas		
Não são gravadas		0
Até 24h		0
De 1 a 7 dias	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	9
De 8 a 15 dias	1	1
Mais de 15 dias	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	10
13. Ação		
Nunca	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	12
De 1 a 2 situações	1 1	2
De 3 a 5 situações	1 1 1	4
De 6 a 10 situações		0
Mais de 10 situações	1 1	2

(continua)

14. Responsabilidade																
Governo	1	1	1			1	1		1	1	1		1	1	1	11
Empresas privadas																0
Cidadãos																0
Governo + Empresas																0
Governo + Cidadãos				1												1
Cidadãos + Empresas																0
Todos os anteriores	1		1	1		1			1	1	1				1	8
15. Controle																
a.		1	1											1		3
b.						1										1
c.										1						1
d.																0
e.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15

Questionário para *survey* com respostas – Bairro Prado Velho

Elaborado pela autora.

APÊNDICE 07

TABELA FINAL DE RESULTADOS SURVEY			
QUESTIONÁRIO		BAIRROS	
PERGUNTAS	RESPOSTAS	CABRAL	PRADO VELHO
Relação com a rua	Reside	23	9
	Trabalha (c/ público)	22	27
	Trabalha (s/ público)	2	4
1. Que impressão você tem da rua que frequenta?	Movimentada	22	28
	Tranquila	9	1
	Deserta	0	2
	Segura	7	0
	Insegura	9	9
2. Quanto você conhece as pessoas que frequentam essa rua?	Pouco	28	22
	Médio	16	14
	Muito	3	4
3. Como você utiliza a rua?	Passagem	37	27
	Limpeza	6	4
	Manutenção	1	0
	Lazer	3	9
4. Como você se sentiria com uma câmera te vigiando no	Incomodado	2	0
	Indiferente	16	22
	Confortável	29	18
5. Você já presenciou alguma situação de perigo nesta rua?	Não	33	22
	Sim	14	18
6. Qual é seu nível de satisfação com o governo quanto à gestão do espaço público?	Muito baixo	14	22
	Baixo	23	9
	Médio	10	9
	Alto	0	0
	Muito alto	0	0
7. Por que você utiliza câmera de vigilância?	Evitar roubos	37	32
	Inibir transeuntes	2	3
	Observar ações	8	5
8. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão da segurança?	Muito menos segura	0	0
	Menos segura	0	0
	Nada mudou	21	18
	Mais segura	12	18
	Muito mais segura	14	4

(continua)

9. Após a instalação de câmeras, houve mudanças na rua na questão de fluxo de pessoas?	Muito menos fluxo	4	0
	Menos fluxo	0	2
	Nada mudou	39	38
	Mais fluxo	0	0
	Muito mais fluxo	4	0
10. Quem faz o monitoramento das imagens coletadas por suas câmeras?	Você mesmo	26	22
	Empresa Segurança	4	4
	Ambos	17	14
11. Por quantas horas diárias as imagens coletadas são acompanhadas por alguém que assiste o monitor?	0:00 - 2:00	12	26
	2:01 - 4:00	2	0
	4:01 - 8:00	2	2
	Mais de 8 horas	31	12
12. Por quanto tempo as imagens ficam gravadas?	Não são gravadas	1	1
	Até 24h	2	0
	De 1 a 7 dias	9	21
	De 8 a 15 dias	7	1
	Mais de 15 dias	28	17
13. Quantas vezes algum tipo de ação foi desencadeada por uma situação observada pelas imagens das câmeras?	Nunca	38	27
	De 1 a 2 situações	7	4
	De 3 a 5 situações	2	5
	De 6 a 10 situações	0	0
	Mais de 10 situações	0	4
14. Na sua opinião, quem deve ter responsabilidade sobre a segurança e gestão do espaço público?	Governo	17	21
	Empresa de Segurança	1	0
	Cidadãos	2	0
	Governo + Empresa de Seg.	2	0
	Governo + Cidadãos	4	2
	Cidadãos + Empresa de Seg.	1	0
	Todos os anteriores	20	17
15. Na sua opinião, até onde vão os limites do controle para que o dono da propriedade estabeleça privacidade sobre este espaço?	Parte interna lote	1	4
	Lote + Muros	6	4
	Lote + Muros + Acessos	4	1
	Lote + Muros + Entorno	11	0
	Lote + Muros + até a Rua	25	31

Tabela resumo de resultados do survey

Elaborado pela autora.